



**ACADEMIA MILITAR**  
**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**PRÁTICA DO TIRO NO SERVIÇO TERRITORIAL:  
CONTRIBUTOS PARA UM NOVO MODELO**

**ALUNO: ASP GNR INF João Francisco S. L. M. Cordeiro**

**ORIENTADOR: CAP GNR INF João Miguel Almeida Madaleno**

**Lisboa, Julho de 2011**



**ACADEMIA MILITAR**  
**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**PRÁTICA DO TIRO NO SERVIÇO TERRITORIAL:  
CONTRIBUTOS PARA UM NOVO MODELO**

**ALUNO: ASP GNR INF João Francisco S. L. M. Cordeiro**

**ORIENTADOR: CAP GNR INF João Miguel Almeida Madaleno**

**Lisboa, Julho de 2011**

# DEDICATÓRIA

À minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Este espaço é dedicado a todos os que prestaram o seu contributo para que este trabalho fosse realizado. A todos eles deixo o meu sincero agradecimento.

Agradeço ao Capitão Almeida Madaleno enquanto Orientador pela forma dedicada e compreensiva como orientou o meu trabalho.

Ao Tenente-Coronel Santos Faria, Tenente-Coronel Firmino Nortadas, Major Monteiro Freitas e Major Silva Vieira pela sua disponibilidade na concessão das entrevistas e pelo elevado contributo a este trabalho.

A todos quantos disponibilizaram parte do seu precioso tempo a responder aos inquéritos por questionário.

À Professora Fátima Vasques pelo apoio na revisão do trabalho.

A todas as pessoas que directo ou indirectamente colaboraram comigo na realização deste trabalho, quer cedendo dados ou informações, quer contribuindo com a sua experiência pessoal e profissional.

## RESUMO

A qualidade dos serviços prestados pela Guarda Nacional Republicana depende em muito da qualidade da formação ministrada aos seus militares.

Num período em que a actuação das Forças e Serviços de Segurança se pretende da maior eficiência possível, contra uma criminalidade em constante evolução, os militares da GNR necessitam de estar mais e melhor preparados para usar a arma de fogo.

O objectivo deste estudo consiste em investigar que contributos são passíveis de serem prestados à prática de tiro no serviço territorial.

A metodologia da parte teórica baseia-se na análise documental existente, enquanto que na parte prática, se recorreu ao método hipotético-dedutivo, ou de verificação de hipóteses, e ao método inquisitivo, através da realização de entrevistas e de inquéritos por questionário.

A análise conjunta das entrevistas e dos inquéritos originou resultados que dão a conhecer a opinião dos vários intervenientes no estudo.

Chegámos à conclusão que os normativos que regulam a prática do tiro no serviço territorial necessitam de ser adaptados e tornados exequíveis, a fim de serem passíveis de serem cumpridas as suas disposições em todo o dispositivo. Concluiu-se ainda que existem métodos que podem contribuir para a inovação da qualidade da formação prestada aos militares da GNR.

Propõe-se uma adequação dos normativos que regulam a prática de tiro, bem como a maior disponibilização de recursos logísticos e financeiros, de forma a dotar os militares da GNR de uma formação de maior qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** CRIMINALIDADE, FORMAÇÃO, GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, SERVIÇO TERRITORIAL, PRÁTICA DE TIRO.

## ABSTRACT

The quality of services provided by the Guarda Nacional Republicana strongly depends on the quality of training provided to its police officers.

In a time when the performance of the Security Forces and Services are required with the highest possible efficiency, against criminals which are in permanent evolution, the GNR military police officers need to be more and better prepared to use firearms.

This study's aim is to investigate which contributions are likely to be provided for the shooting practice in the territorial service.

The methodology of the theoretical part is based on the analysis of the existing documents, while for the practical part a hypothetical-deductive method was used, along with the inquisitorial method, through interviews and questionnaire surveys.

Through the interviews and surveys joint analysis results it was possible to achieve several points of view from the stakeholders in study.

We came to the conclusion that the legislation which regulates the shooting practice in the operational service needs to be adapted and made more feasible, in order to be complied with its provisions. It was also concluded that there are methods that can contribute to innovate the quality of formation provided to the GNR military police officers. It is proposed an adequacy of the legislation which regulates the shooting practice, as well as more availability of logistical and financial resources, in order to provide the GNR military police officers with a higher quality formation.

**KEY-WORDS:** CRIMINALITY, FORMATION, GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, TERRITORIAL SERVICE, SHOOTING PRACTICE.

# ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS .....	II
RESUMO .....	III
ABSTRACT .....	IV
ÍNDICE GERAL .....	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	IX
ÍNDICE DE QUADROS.....	X
ÍNDICE DE TABELAS.....	XI
LISTA DE SIGLAS .....	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS .....	XV
EPÍGRAFE .....	XVI
INTRODUÇÃO .....	1
ENQUADRAMENTO .....	1
ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
PERGUNTA DE PARTIDA.....	2
OBJECTIVOS .....	2
QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO .....	2
HIPÓTESES .....	2
METODOLOGIA UTILIZADA .....	3
ESTRUTURA DO TRABALHO .....	3
I PARTE – TEÓRICA .....	4
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	4
1.1. INTRODUÇÃO .....	4
1.2. DIMENSÃO LEGAL.....	4
1.2.1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A ACTUAÇÃO POLICIAL.....	4

1.2.2.	DAS MEDIDAS DE POLÍCIA AO USO .....	6
1.3.	DIMENSÃO CONTEXTUAL.....	8
1.3.1.	ORGÂNICA E ATRIBUIÇÕES DO COMANDO TERRITORIAL .....	8
1.3.2.	IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE TIRO PARA A ACTIVIDADE OPERACIONAL.....	9
1.3.3.	ESTRUTURA DO TIRO NA GNR.....	10
1.4.	CONCLUSÕES.....	11
CAPÍTULO 2 – PRÁTICA DO TIRO NA GNR – DA FORMAÇÃO INICIAL À FORMAÇÃO CONTÍNUA DE TIRO .....		13
2.1.	INTRODUÇÃO.....	13
2.2.	FORMAÇÃO NA GNR.....	13
2.3.	FORMAÇÃO DE TIRO NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA .....	14
2.3.1.	FORMAÇÃO INICIAL.....	14
2.3.2.	FORMAÇÃO CONTÍNUA.....	15
2.4.	CONCLUSÕES.....	17
CAPÍTULO 3 – OUTROS MODELOS PARA A PRÁTICA DE TIRO .....		19
3.1.	INTRODUÇÃO.....	19
3.2.	O PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO DA PSP .....	19
3.3.	ESTÁGIOS DE TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL E TIRO .....	20
3.4.	SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO E <i>ROLE PLAYING</i> .....	21
3.5.	CONCLUSÕES.....	22
PARTE II – PRÁTICA.....		24
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO .....		24
4.1.	INTRODUÇÃO.....	24
4.2.	MÉTODO DE ABORDAGEM.....	24
4.3.	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS .....	24
4.4.	INQUÉRITOS.....	25
4.4.1.	DEFINIÇÃO DA AMOSTRA .....	26
4.5.	ENTREVISTAS .....	26



4.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	26
4.6. MEIOS UTILIZADOS.....	27
4.7. CONCLUSÕES.....	27
CAPÍTULO 5 – TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS .....	28
5.1. INTRODUÇÃO.....	28
5.2. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS .....	28
5.2.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS.....	28
5.2.2. CONSISTÊNCIA INTERNA.....	29
5.2.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	29
5.3. CONCLUSÕES DOS INQUÉRITOS.....	35
5.4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	37
5.4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NO GRUPO I.....	37
5.4.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NO GRUPO II.....	39
5.4.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NO GRUPO III.....	42
5.5. CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS.....	43
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	46
6.1. INTRODUÇÃO.....	46
6.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS.....	46
6.3. REFLEXÕES FINAIS.....	48
6.4. RECOMENDAÇÕES.....	49
6.5. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO .....	49
6.6. INVESTIGAÇÕES FUTURAS .....	49
BIBLIOGRAFIA .....	50
ANEXOS.....	52
ANEXO A – SUMÁRIO DO RELATÓRIO DE USO DE ARMAS DE FOGO EM ACÇÃO POLICIAL (RAFAP).....	52
APÊNDICES.....	55
APÊNDICE A – GUIÃO DA ENTREVISTA.....	55

APÊNDICE B – ENTREVISTA AO SR. TENENTE-CORONEL FARIA – CHEFE DE GABINETE DO COMANDO OPERACIONAL.....	60
APÊNDICE C – ENTREVISTA AO SR. TENENTE-CORONEL NORTADAS – SECÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL) .....	66
APÊNDICE D - ENTREVISTA: SR. MAJOR VIEIRA – NÚCLEO DE ARMAMENTO E TIRO (ESCOLA DA GUARDA).....	71
APÊNDICE E - ENTREVISTA AO SR. MAJOR FREITAS – DIRECÇÃO DE FORMAÇÃO DE TIRO E TREINO (COMANDO DE DOCTRINA E FORMAÇÃO).....	81
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO AOS COMANDANTES DE DESTACAMENTO E SUBDESTACAMENTO TERRITORIAL .....	87
APÊNDICE G – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS .....	90
APÊNDICE H – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DO OBJECTO DE ESTUDO .....	93
APÊNDICE I - ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS.....	105

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico G.1 – Idade. ....	90
Gráfico G.2 – Género. ....	90
Gráfico G.3 – Habilitações Literárias.....	91
Gráfico G.4 – Posto. ....	91
Gráfico G.5 – Já desempenhou funções de Oficial de Tiro?.....	92
Gráfico G.6 – Está habilitado com o curso de instrutores de tiro (CIT)?.....	92
Gráfico H.1 – Média de respostas ao Grupo 7.....	93
Gráfico H.2 – Média de respostas aos Grupos 8., 9. e 10. ....	95

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1 – Caracterização da Amostra .....	27
Quadro 5.1 – Respostas à Questão 11. ....	34
Quadro 5.2 – Respostas à Questão 12. ....	35
Quadro 5.1 – Análise de conteúdo à questão nº1 do Grupo I.....	105
Quadro 5.2 – Análise de conteúdo à questão nº2 do Grupo I.....	106
Quadro 5.3 – Análise de conteúdo à questão nº3 do Grupo I.....	107
Quadro 5.4 – Análise de conteúdo à questão nº4 do Grupo I.....	107
Quadro 5.5 – Análise de conteúdo à questão nº5 do Grupo I.....	108
Quadro 5.6 – Análise de conteúdo à questão nº1 do Grupo II.....	108
Quadro 5.7 – Análise de conteúdo à questão nº2 do Grupo II.....	109
Quadro 5.8 – Análise de conteúdo à questão nº3 do Grupo II.....	110
Quadro 5.9 – Análise de conteúdo à questão nº4 do Grupo II.....	111
Quadro 5.10 – Análise de conteúdo à questão nº5 do Grupo II.....	112
Quadro 5.11 – Análise de conteúdo à questão nº6 do Grupo II.....	112
Quadro 5.12 – Análise de conteúdo à questão nº7 do Grupo II.....	113
Quadro 5.13 – Análise de conteúdo à questão nº1 do Grupo III.....	113
Quadro 5.14 – Análise de conteúdo à questão nº2 do Grupo III.....	114
Quadro 5.15 – Análise de conteúdo à questão nº3 do Grupo III.....	114
Quadro 5.16 – Análise de conteúdo à questão nº4 do Grupo III.....	115

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 5.1 – Consistência Interna do Questionário.....	29
Tabela 5.2 – Escala de níveis das questões do Grupo 7.....	29
Tabela 5.3 – Escala de níveis das questões dos Grupos 8, 9 e 10.....	29
Tabela H.1 – Tabela referente à Questão 7.1.....	93
Tabela H.2 – Tabela referente à Questão 7.2.....	94
Tabela H.3 – Tabela referente à Questão 7.3.....	94
Tabela H.4 – Tabela referente à Questão 7.4.....	94
Tabela H.5 – Estatística das questões do Grupo 7.....	95
Tabela H.6 – Tabela referente à Questão 8.1.....	96
Tabela H.7 – Tabela referente à Questão 8.2.....	96
Tabela H.8 – Tabela referente à Questão 8.3.....	96
Tabela H.9 – Tabela referente à Questão 8.4.....	97
Tabela H.10 – Tabela referente à Questão 8.5.....	97
Tabela H.11 – Tabela referente à Questão 9.1.....	97
Tabela H.12 – Tabela referente à Questão 9.2.....	98
Tabela H.13 – Tabela referente à Questão 9.3.....	98
Tabela H.14 – Tabela referente à Questão 9.4.....	98
Tabela H.15 – Tabela referente à Questão 9.5.....	99
Tabela H.16 – Tabela referente à Questão 9.6.....	99
Tabela H.17 – Tabela referente à Questão 9.7.....	100
Tabela H.18 – Tabela referente à Questão 9.8.....	100
Tabela H.19 – Tabela referente à Questão 10.1.....	100
Tabela H.20 – Tabela referente à Questão 10.2.....	101
Tabela H.21 – Tabela referente à Questão 10.3.....	101
Tabela H.22 – Tabela referente à Questão 10.4.....	101

Tabela H.23 – Tabela referente à Questão 10.5 .....	102
Tabela H.24 – Tabela referente à Questão 10.6 .....	102
Tabela H.25 – Tabela referente à Questão 10.7 .....	102
Tabela H.26 – Estatística das questões do Grupo 8 e 9. ....	103
Tabela H.27 – Estatística das questões do Grupo 9. ....	103
Tabela H.28 – Estatística das questões do Grupo 9 e 10. ....	103
Tabela H.29 – Estatística das questões do Grupo 10. ....	104

## LISTA DE SIGLAS

AM	Academia Militar
CDF	Comando de Doutrina e Formação
CFFF	Centro de Formação da Figueira da Foz
CFP	Centro de Formação de Portalegre
CPA	Código de Procedimento Administrativo
CPCb	Curso de Promoção a Cabo
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTer	Comando Territorial
CTir	Carreira de Tiro
DFTT	Direcção de Formação, Tiro e Treino
DTer	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
EMGNR	Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana
FCAA	Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAQT	Instrução de Actualização de Quadros e Tropas
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna

NT	Normas de Tiro da Guarda Nacional Republicana
OCS	Órgãos de Comunicação Social
PFT	Plano de Formação de Tiro
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAFAP	Relatório de Armas de Fogo em Acção Policial
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFG	Regulamento do Curso de Formação de Guardas
RGSGNR	Regulamento Geral de Serviço da Guarda Nacional Republicana
RTM	Regulamento de Tiro de Manutenção
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SSL	<i>Secure Sockets Layer</i>
SubDTer	Subdestacamento Territorial
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TM	Tiro de Manutenção



## LISTA DE ABREVIATURAS

apud	citado em
et al	e outros
ibidem	no mesmo lugar
idem	o mesmo
in	em
n.º	número
p.	página
ss.	seguintes

*"Há homens que lutam um dia e são bons.  
Há outros que lutam um ano e são melhores.  
Há os que lutam muitos anos e são muito  
bons. Porém, há os que lutam toda a vida.  
Esses são os imprescindíveis."*

*Bertolt Brecht*

---

# INTRODUÇÃO

## ENQUADRAMENTO

No âmbito da estrutura curricular dos Cursos ministrados na Academia Militar (AM), surge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “Prática de Tiro no Serviço Territorial: Contributos para um novo modelo”, conducente à obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – especialidade de segurança.

Visa assim, aprofundar conhecimentos absorvidos ao longo da formação contínua ministrada pela AM e Escola da Guarda (EG), investigando uma problemática específica, de capital importância para o desempenho da missão da Guarda Nacional Republicana (GNR), reflectindo sobre as partes que a constituem, procurando no final, obter respostas adequadas para a solução dessa mesma problemática.

De igual forma, a este TIA importa dotar os futuros Oficiais da Guarda de noções e competências, para serem utilizadas no desempenho das suas futuras funções.

## ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O Recurso à arma de fogo parece-nos uma das principais preocupações quando se pretende garantir eficácia à actividade operacional da Guarda Nacional Republicana, no que respeita à manutenção da ordem pública, garantindo os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, no combate à criminalidade contemporânea.

É assim exigido aos militares da Guarda, no cumprimento da sua missão, uma resposta eficiente, perante as situações em que se torne necessário o uso de meios coercivos, mais especificamente, o que impõe maior coerção, a arma de fogo.

Parece-nos necessário, perante estas situações de recurso à arma de fogo, que cada vez mais se apresentam frequentes, que os militares da Guarda estejam bem preparados para o seu recurso e utilização, para que possam zelar pela preservação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A escolha deste tema consigna-se não só ao interesse do autor pela temática, mas também à pertinência e actualidade da matéria em causa, sendo que o actual modelo regulador do tiro em formação contínua poderá contemplar algumas lacunas, que ao serem solucionadas, poderão trazer qualidade às intervenções policiais, beneficiando a sociedade e a Guarda Nacional Republicana.

## PERGUNTA DE PARTIDA

O **objecto de estudo** que nos propusemos realizar respeita à Prática de Tiro no Serviço Territorial, tendo como **objectivo geral** o seguinte: analisar em que moldes se operacionaliza o tiro de manutenção, prestando contributos ao modelo em vigor.

Surge então a seguinte **pergunta de partida**: “Em que moldes se operacionaliza a prática de tiro no serviço territorial?”

## OBJECTIVOS

Procurando dar resposta ao problema formulado, foram delineados objectivos específicos pertinentes de forma a enquadrar esta problemática:

- Caracterizar sucintamente o enquadramento legal da actuação policial;
- Compreender as necessidades de formação de tiro para o serviço territorial da Guarda;
- Estudar como se operacionaliza o tiro de manutenção no serviço territorial;
- Analisar a necessidade de promover actualizações à formação de tiro na Guarda.

## QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

- A prática de tiro é uma necessidade para o serviço territorial?
- Qual a adequação dos normativos referentes ao Tiro de Manutenção (TM), às necessidades formativas do efectivo afecto ao serviço territorial?
- De que forma se operacionaliza a prática do tiro de manutenção na GNR?
- Existe necessidade de efectuar actualizações à formação de tiro na GNR?

## HIPÓTESES

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 119) “(...) um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou várias hipóteses (...) porque a hipótese traduz, por definição, este espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico”.

Desta forma, e atendendo às perguntas de investigação, apresentam-se de seguida as hipóteses de investigação de forma a responder à pergunta de partida:

**H1** – A formação de tiro confere as competências mínimas no recurso à arma de fogo, certificando-se que as mesmas são mantidas ao longo da carreira dos militares, através da formação contínua.

**H2** – A formação contínua de tiro assegura a manutenção das competências dos militares para operar e manusear o armamento, com observância nas normas e procedimentos de segurança.

**H3** – As Normas de Tiro da GNR (NT) e o Regulamento de Tiro de Manutenção (RTM) estão adequados às necessidades de formação de tiro do efectivo afecto ao serviço territorial.

**H4** – A prática de tiro de manutenção é operacionalizada dando cumprimento ao disposto nas NT e RTM.

**H5** – A formação de tiro na GNR necessita de ser actualizada.

## **METODOLOGIA UTILIZADA**

Este trabalho obedece à metodologia científica empregue no âmbito da investigação em ciências sociais, de acordo com o proposto por Sarmiento (2008), adaptado às orientações fornecidas pela Academia Militar (2008) e à realidade do trabalho em questão, motivo pelo qual foi dividido em duas partes distintas.

A investigação foi desenvolvida com base em diferentes métodos, respeitando cada um deles a uma parte específica do trabalho.

O método hipotético – dedutivo, ou de verificação de hipóteses, assentando em quatro fases: a observação, a formulação de hipóteses, a dedução e a verificação de hipóteses. Fora ainda utilizados os métodos qualitativo e quantitativo, sendo o primeiro materializado por uma pesquisa bibliográfica e documental específica respeitante ao tema e ainda por entrevistas exploratórias e confirmatórias, a personalidades que pela sua experiência ou função que desempenham possam contribuir para o esclarecimento das questões suscitadas pela temática em estudo. O método quantitativo conflui no levantamento de dados estatísticos de forma inquisitiva, pela realização de inquéritos por questionário, a uma amostra representativa e estratificada por posto dentro do efectivo da Guarda Nacional Republicana.

## **ESTRUTURA DO TRABALHO**

O presente trabalho congrega duas partes distintas: a Parte I (Teórica) e a Parte II (Prática).

A Parte I, eminentemente teórica, congrega o capítulo 1 que respeita ao enquadramento conceptual; o capítulo 2 que respeita à prática de tiro no serviço territorial; e o capítulo 3 que respeita a contributos a prestar para um novo modelo.

A Parte II, essencialmente prática, congrega o capítulo 4 que se refere à metodologia do trabalho de campo; o capítulo 5 que apresenta o trabalho de campo e seus resultados; e o capítulo 6 que respeita a conclusões e recomendações.

## **I PARTE – TEÓRICA**

### **CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL**

#### **1.1. INTRODUÇÃO**

No seio deste capítulo iremos desenvolver algumas temáticas que nos parecem importantes para enquadrar a investigação que nos propomos a desenvolver.

Desta forma, numa dimensão legal, far-se-á alusão aos princípios fundamentais para a actuação policial, às medidas de polícia, meios coercivos e direitos que estes colocam em causa. Numa dimensão contextual, far-se-á uma caracterização do objecto de estudo, aludindo à orgânica e atribuições do Comando Territorial, mais especificamente do Destacamento Territorial (DTER) e Subdestacamento Territorial (SubDTER), à importância da formação de tiro para o eficaz desempenho da actividade operacional da Guarda e ainda à estrutura do tiro na mesma, desde o local responsável pela elaboração da doutrina relativa ao tiro, até aos locais onde essa doutrina converge em formação transmitida aos militares.

#### **1.2. DIMENSÃO LEGAL**

##### **1.2.1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA A ACTUAÇÃO POLICIAL**

Propomo-nos neste subcapítulo, por nos parecer pertinente para a fundamentação da nossa investigação, a realizar uma breve explanação destes princípios que a Dr<sup>a</sup>. M. J. Nogueira considera contribuir para uma actuação policial que deverá “pautar-se pelo estritamente necessário à reposição da legalidade violada e que na ponderação dos diversos interesses em jogo adoptem as medidas que se mostrem, face às circunstâncias, necessárias, adequadas e proporcionais.” (Nogueira, 2003, p.3)

A Guarda é, por força da alínea a) do nº 2 do artigo 2º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), um órgão da Administração Pública “que está subordinada à CRP à Lei, em sentido formal e material e a todo o direito: princípios gerais do direito, princípios gerais do ramo específico do direito a aplicar, lei formal e material, jurisprudência e doutrina” (Valente apud Fernandes, 2010, p.10).

Aludindo à Constituição da República Portuguesa (CRP), que no seu Título IX, respeitante à Administração Pública, explicita os princípios fundamentais da Administração Pública através do nº 2 do artigo 266º, estabelecendo que “Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no

exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa fé”.

O princípio da legalidade, consagrado no nº 1 artigo 18º da CRP, estabelece que “À Polícia cabe, constitucionalmente a função de «defesa da legalidade democrática» - nº 1 do art. 272º da CRP” (Valente, 2008, p.137). Explicita ainda que “Qualquer acto de polícia ou medida – seja civil, seja administrativa, seja criminal – têm de encontrar «fundamento necessário na lei» e têm de ser «medidas ou procedimentos individualizados e com conteúdo suficiente definido na lei»<sup>1</sup> (Valente, 2008, p.140).

Consagrado no nº 2 do artigo 18º, nº 2 do artigo 266º e nº 2 do artigo 272º da CRP, o Princípio da Proporcionalidade predispõe o seguinte:

*“podemos afirmar que o princípio da proporcionalidade é um «princípio informador e conformador da actividade»<sup>2</sup> da polícia, desde logo por na desenvoltura das medidas de polícia não puderem «ser utilizadas para além do necessário» - ex vi da parte final do nº2 do art. 272º da CRP – ou só puderem afectar os direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos «em termos adequados e proporcionais aos objectivos a realizar» - ex vi do nº 2 do art. 5º do CPA -, ou seja, devemos obedecer aos «requisitos da necessidade, da exigibilidade e da proporcionalidade»<sup>3</sup> face à possível lesão de direitos, liberdades e garantias do cidadão.”*

Consagrado no nº 2 do artigo 266º da CRP, o Princípio da Boa Fé corresponde

*Corresponde “«à necessidade de criar um clima de confiança e previsibilidade no seio da Administração Pública»<sup>4</sup>, onerando, desde logo, a administração [Polícia] actuar com fundamento em «valores básicos do ordenamento» e adoptar, por respeito a um «dever jurídico-funcional», condutas «consequentes e não contraditórias»” (Valente, 2008, pp. 155 e 156).*

Assim, “apresenta-se como «instrumento garantístico das expectativas e da confiança dos particulares, geradas a partir de comportamentos»<sup>5</sup>, neste caso, da polícia” (Valente, 2008, p. 156).

Atendendo aos princípios da igualdade e da imparcialidade, consagrados no artigo 13º e no nº 2 do artigo 266º da CRP, respectivamente, e segundo Valente (2008), a sua união deve-se à relação existente entre os mesmos, embora não se confundindo, pois o princípio da imparcialidade é uma consequência do princípio da igualdade.

“O Princípio da Igualdade no âmbito da actuação da polícia releva quer no quadrante negativo – em que se proíbem tratamentos preferenciais – quer no positivo – que impõe tratamento igual para situações iguais.” (Valente, 2008, p.174).

Do princípio da imparcialidade, predispõe que “a polícia na prossecução do interesse público (...) actue de forma isenta na determinação daquele para que não se sacrifique

---

<sup>1</sup> Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da Republica Portuguesa Anotada, 3ª Edição, Coimbra Editora, 1999, p.956.

<sup>2</sup> Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da Republica..., 3ª Edição, p. 924

<sup>3</sup> Ibidem

<sup>4</sup> Diogo Freitas do Amaral et al, Código de Procedimento Administrativo Anotado, 3ª e 6ª Edições, Almedina, Coimbra, 2007, p.47.

<sup>5</sup> Alexandre Sousa Pinheiro e Maria João de Brito Fernandes, Comentário à IV Revisão Constitucional, AAFDL, Lisboa, 1999, p.547.

desnecessariamente e desproporcionalmente os direitos e interesses dos particulares” (Valente, 2008, p.175).

Consagrado no nº 2 do artigo 266º da CRP e no artigo 6º do CPA, “Poderá afirmar-se que o princípio da Justiça é um princípio geral de intervenção da actividade policial por esta, desde logo, ser a face visível não só da lei, mas de todo o direito.” (Valente, 2008, p.176). Estipula ainda o autor que:

*“é uma consequência do Estado de direito democrático que vincula toda a actividade administrativa, inclusive a policial, a «critérios de justiça material ou de valor, constitucionalmente plasmados»<sup>6</sup> e a violação (...) de um destes princípios materiais ou de valores constitui violação do princípio da justiça”* (Valente, 2008, p.176).

### **1.2.2.DAS MEDIDAS DE POLÍCIA AO USO DE MEIOS COERCIVOS E AOS DIREITOS INFLINGIDOS**

A consagração constitucional das medidas de polícia encontra-se no nº 2 do artigo 272º da CRP e no nº 2 do artigo 2º da Lei de Segurança Interna (LSI), estabelecendo que “As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário”. Estabelece ainda que “A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, e isto “só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos”, segundo o disposto no nº 1 e nº 3, respectivamente, do artigo 272º da CRP.

Segundo Correia (2006), para o Dr. Germano Marques da Silva as medidas de polícia englobam a questão relativa ao uso da força, e parece-nos pertinente a alusão a essa temática com vista a melhor enquadrar a temática em estudo.

Ainda remetendo a Correia (2006), e do ponto de vista da legislação em vigor em Portugal, o uso da força está intimamente ligado ao princípio da proporcionalidade, e sendo este um dos princípios fundamentais para uma correcta actuação policial, o emprego dessa força não deve ser feito de forma desproporcional com o objectivo a atingir.

Aludindo novamente a Correia (2006), “há ocasiões em que para executar funções essenciais, todo o polícia tem de acabar por recorrer a certo grau de força” embora se encontre “reservada a situações excepcionais, a arma de fogo pelos agentes ou polícias” (Maximiano apud Correia, 2006, p.52).

“Num Estado que elege como principio fundamental a dignidade da pessoa humana, que consagra constitucionalmente como direitos fundamentais os direitos à vida e à integridade física” (Nogueira, 2003, p.2), parece-nos necessário que as situações de

---

<sup>6</sup> Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição da República ..., 3ª Edição, p.925 e Diogo Freitas do Amaral et al, Código do Procedimento..., 3ª Edição, p.44.



recurso à arma de fogo estejam previstas de forma explícita na lei, permitindo avaliar quais as condutas que são correctas por parte dos agentes das forças e serviços de segurança, e condenar as que forem contrárias ao expectável.

Assim, “não basta a mera proclamação de grandes princípios para que as forças policiais se sintam em condições de, a todo o momento, poder optar por um de entre os vários tipos de intervenção possíveis”, sendo por isso necessário “explicitar e desenvolver condicionantes ao uso de armas de fogo inerentes aos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstas e enfatizar especialmente a necessidade de salvaguardar a vida humana até ao extremo possível” (Nogueira, 2003, p.3), sendo este o fundamento para que, na nossa opinião, se tenha optado por criar o Decreto-Lei 457/99 de 5 de Novembro, que na nossa opinião, se torna desde o momento da sua entrada em vigor, o normativo legal por excelência para regular este tipo de actuação.

Este diploma veio, segundo Nogueira (2003), congregar em si, matérias que até à data se encontravam dispersas e a sua elaboração apoiou-se em documentos nacionais e internacionais.

Este Decreto-Lei previu situações que ainda não se encontravam previstas, e absorveu conceitos do que se encontrava instituído a nível internacional, e desta forma se constata que:

*“este trouxe uma maior concretização dos pressupostos que possibilitam o recurso a arma de fogo, estabeleceu com clareza duas categorias de utilização da arma (uma muito mais exigente do que a outra), e restringiu de forma acentuada a possibilidade de a elas recorrer contra pessoas, fixando taxativamente as condições susceptíveis de o legitimar, deixando expressa a necessidade de respeitar e preservar a vida humana até ao extremo possível. Este regime restritivo do uso de armas de fogo veio a ser posteriormente reforçado no Código Deontológico do Serviço Policial aplicável aos militares da GNR e ao pessoal da PSP, no âmbito do exercício das suas funções policiais, no qual se vinca a natureza extrema que reveste a medida de recurso a arma de fogo”* (Nogueira, 2003, pp. 5 e 6).

O Código Deontológico do Serviço Policial, no nº 1 do seu artigo 3º, explicita que os membros das forças de segurança, no cumprimento da sua missão “promovem, respeitam e protegem a dignidade humana, o direito à vida, à liberdade, à segurança e demais direitos fundamentais de toda a pessoa”, fazendo referência aos Direitos, Liberdades e Garantias que o seu preâmbulo nos fala. O seu artigo 8º prevê a “Adequação, necessidade e Proporcionalidade do uso da força” para se promover à “reposição da legalidade e da ordem, segurança e tranquilidade públicas”, que irão fazer prevalecer os direitos, liberdades e garantias acima referidos. No seu nº 3 fala especificamente da arma de fogo, e limita o seu recurso como “medida extrema”.

Estas são as linhas traçadas pela legislação interna no que respeita à actuação dos membros das forças de segurança, procurando salvaguardar os Direitos, Liberdades e Garantias previstos na Lei Constitucional. A CRP, no seu Título II “Direitos, Liberdades e Garantias”, estabelece regras intransponíveis, no que respeita à Vida Humana, no nº 1 do seu artigo 24º, e no que respeita à Integridade Pessoal, no nº1 do seu artigo 25º. No nº 2

seu artigo 16º faz alusão à Declaração Universal dos Direitos do Homem, explicitando que “Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”, fazendo a conexão entre os preceitos legais contidos na nossa Lei Constitucional e o previsto ao nível do Direito Internacional.

### 1.3. DIMENSÃO CONTEXTUAL

#### 1.3.1. ORGÂNICA E ATRIBUIÇÕES DO COMANDO TERRITORIAL

O serviço territorial, tal como estabelecido no tema deste TIA, é o local onde o estudo a ser desenvolvido irá ter lugar, e é dessa forma que se torna importante a descrição desse serviço, fazendo a explanação orgânica das unidades que o compõem, e referência às atribuições que lhes estão cometidas.

Desta arte, a Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro, Lei Orgânica da GNR, estabelece no seu artigo 20º a estrutura geral da Guarda, sendo ela composta por Estrutura de Comando, as Unidades e o Estabelecimento de Ensino. Dentro do espectro destas unidades situam-se os Comandos Territoriais, que na Lei Orgânica se encontram regulados pelos artigos 37º a 39º.

Com a reestruturação da Guarda, cuja orgânica fora aprovada pela Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro, foi emanado o Despacho nº 72/08-OG, de 22 de Dezembro, com vista à definição de competências, estrutura e efectivo dos Comandos Territoriais (CTer). Este Despacho viera a ser revogado pelo Despacho nº 53/09-OG, de 1 de Janeiro, (adiante designado por Despacho, para efeitos do presente subcapítulo) que iremos utilizar como referência para a caracterização da estrutura e competências do mesmo.

Com efeito, este define a articulação dos CTer, sendo que para efeitos deste TIA, importa explicar a composição das Subunidades Operacionais (alínea c, 2. Articulação e Dispositivo), nomeadamente os DTer.

O DTer constitui segundo o Despacho nº 53/09-OG, de 1 de Janeiro:

*“Um escalão eminentemente operacional que agrupa um número variável de Postos, em regra cinco a seis. O conjunto das respectivas áreas de intervenção, constitui a sua zona de acção (ZA), competindo-lhe designadamente:*

- (a) Manter a lei e a ordem;*
- (b) Auxiliar e proteger os cidadãos;*
- (c) Vigiar o território, com especial incidência nos pontos sensíveis.”*

Esta Subunidade Operacional compreende Subdestacamentos Territoriais (SubDTer) e conforme o Despacho nº 53/09-OG, de 1 de Janeiro:

*“O Subdestacamento Territorial é uma subunidade que pode ser criada na dependência dum Destacamento Territorial, sempre que motivos de natureza operacional o justifiquem, para melhor garantir o cumprimento da missão nas respectivas zonas de acção.”*

Compreende ainda Postos Territoriais e segundo o Despacho nº 53/09-OG, de 1 de Janeiro “O Posto Territorial é a mais pequena unidade orgânica da Guarda que, no dispositivo territorial, constitui o escalão que fundamentalmente detém a responsabilidade operacional.”.

Estas subunidades operacionais, nomeadamente os militares que as constituem, são o primeiro escalão no desempenho da actividade operacional, sendo elas constituídas maioritariamente pela classe de Guardas, que em conjunto com a classe de Sargentos, serão, no âmbito deste TIA, as classes às quais se irá, maioritariamente, direccionar o estudo.

Refere ainda, no seu ponto 2., a existência de Secções de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas (SOITRP), sendo estas as principais coordenadoras do Treino nos CTer.

### **1.3.2.IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE TIRO PARA A ACTIVIDADE OPERACIONAL**

O Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro, através do nº 2 do seu artigo 1º, define que a Guarda tem por missão “no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.”

No seu artigo 3º, define as atribuições cometidas a esta Guarda, sendo as constantes das alíneas a) e b), as seguintes:

*“a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;*

*b) Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens”*

Desta arte, e aludindo aos capítulos anteriormente elaborados, a missão e atribuições cometidas à GNR implicam o constante uso da força e recurso a meios coercivos, colocando os agentes das Forças e Serviços de Segurança (FFSS) em situações que põem em causa Direitos, Liberdades e Garantias previstos Constitucionalmente. É desta forma que nos parece mostrar-se de imperativa importância uma formação condigna, que prepare os agentes das FFSS para dar cumprimento a estas missões de forma eficiente.

Segundo o Relatório do Recurso a Armas de Fogo em Acção Policial (RAFAP) de 2010<sup>7</sup>, que contém os disparos que foram alvo de Relatório por Uso de Arma de Fogo em 2010, podemos contabilizar 147 situações em que foi necessário recorrer à arma de fogo, sendo que 23 foram para abate de animais e não serão tidos em conta, sendo contabilizados 125. Desse número de disparos decorreu um morto e quatro feridos.

Contabilizaram-se ainda quatro disparos acidentais, sendo que foram contra propriedade da GNR (em viaturas ou dentro do Posto), (RAFAP, 2010).

Contabilizaram-se ainda 14 disparos dos quais decorreram danos materiais, sendo que 11 deles afectaram suspeitos e apenas 3 afectaram a GNR (RAFAP, 2010).

Pudemos ainda verificar, neste mesmo documento, nomeadamente através dos motivos dos disparos, que existem situações que não respeitam o preceituado pelo Decreto-Lei 457/99, principalmente verificados em situações de perseguição de suspeito em fuga, em que se efectuaram disparos na direcção dos suspeitos, atingindo os mesmos, ou na direcção dos pneus da viatura (RAFAP, 2010).

Estes dados permitem verificar que este tipo de situações se repete, originando consequências para pessoas ou bens, continuando a transmitir uma imagem de uma formação de tiro mal conseguida para os Órgãos de Comunicação Social (OCS), e consequentemente, para a sociedade.

Temos como exemplo a recente situação no Posto Territorial de Monchique, de acordo com a agência Lusa:

*“Um militar da Guarda Nacional Republicana (GNR) morreu no domingo à noite no posto de Monchique, no Algarve, na sequência de um disparo acidental com a arma de serviço, disse à Lusa fonte daquela força. De acordo com o tenente-coronel Luís Sequeira, o acidente ocorreu cerca das 23:55 de domingo, quando o militar, que se preparava para entrar ao serviço, «manuseava a arma de fogo, e esta se disparou acidentalmente».” (in Expresso, 30 de Maio de 2011)*

Ainda que não se trate de uma abordagem abrasiva por parte do OCS em questão, à semelhança de outras, continua a ser imagem de uma formação com lacunas, que acaba, na nossa opinião, por denegrir a imagem de uma Guarda de confiança.

É com base nestas disposições, que se sugere pertinente referir que a formação de tiro é de capital importância para o desempenho da actividade operacional, para que a missão da Guarda seja cumprida com a devida descrição e competência, salvaguardando os Direitos, Liberdades e Garantias previstos na letra da Lei.

### **1.3.3. ESTRUTURA DO TIRO NA GNR**

As Normas de Tiro da Guarda Nacional Republicana (NT) são por excelência o Diploma que regula a operacionalização do Tiro em toda a GNR. Em análise a esse mesmo

---

<sup>7</sup> Ver Anexo A.

diploma, podemos concluir através dos artigos 3º a 9º, visto serem os que respeitam às componentes de tiro em estudo, que a doutrina e formação de tiro se concentram em três grandes pólos: o Comando de Doutrina e Formação (CDF), na Escola da Guarda (EG), e nos CTer<sup>8</sup>.

A Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro, situa-nos no seu artigo 34º, o CDF, que segundo a letra dessa mesma Lei “assegura o comando e direcção de toda a actividade da Guarda nos domínios da doutrina e formação do efectivo da Guarda.”. O Despacho 4501/2010 do Exmo. Comandante-Geral da GNR, veio no seu artigo 44º, enquadrar dentro da estrutura do CDF a Divisão de Formação, Tiro e Treino (DFTT), à qual o Decreto - Regulamentar nº 19/2008, de 27 de Novembro, no seu artigo 17º, atribui competências no âmbito da doutrina e formação respeitante ao tiro.

A operacionalização do tiro, que irá por em prática a doutrina criada, e ministrar a formação que dela decorre, é então responsabilidade da EG e dos CTer, sendo que o primeiro influi na formação inicial, através dos seus pólos de formação: Centro de Formação da Figueira da Foz (CFFF) e Centro de Formação de Portalegre (CFP); e o segundo na formação contínua, através dos Oficiais e Sargentos de Tiro que todas as Unidades devem conter.

É desta forma que se pretende explorar cada uma dessas vertentes da formação, no que concerne ao tiro, nos capítulos que se seguem.

## 1.4. CONCLUSÕES

Analisando o presente capítulo, concluímos que, apesar da forma explícita em que se encontram redigidos e estipulados os princípios que regulam a actuação policial e os normativos relativos ao recurso a meios coercivos, nomeadamente os que respeitam ao recurso à arma de fogo, se torna por vezes muito subjectiva, a interpretação que se faz à actuação dos militares da Guarda, no que respeita a estas temáticas (Nogueira, 2003). Importa portanto referir, que é de extrema importância que os militares tenham constantemente presentes as matérias que regulam a actividade que desempenham, nomeadamente no que concerne ao uso da força.

Salientamos também a importância da formação de tiro, não só pela importância da mesma para o cabal cumprimento da missão da GNR, como para minimizar o número de acidentes com armas de fogo.

---

<sup>8</sup> Sendo que as restantes unidades, constantes dos artigos referidos, influenciam o tiro de forma diferente daquela que as três supra referidas o fazem, e assim sendo: o CARI colabora com a disponibilização de verba, não sendo esse um parâmetro a estudar na análise deste TIA; e todos os restantes, desde Destacamento a Posto Territorial, incluindo o Oficial de Tiro e Sargento de Tiro, se incluem na estrutura do Comando Territorial, tendo sido estabelecida a anterior analogia.

Alguns dos incidentes deste tipo decorrem, segundo o RAFAP (2010), provêm de situações de recurso à arma de fogo que não reúnem os pressupostos para serem efectuadas. Este tipo de situações pode levar ao ferimento ou até mesmo à morte de militares da Guarda, e causar prejuízo a terceiros, o que se afasta do tipo de actuação pretendida com a redacção do Decreto-Lei 457/99 de 5 de Novembro.

Desta forma, tornar-se-ia possível evitar, que à semelhança de várias situações, esta formação ministrada na Guarda Nacional Republicana seja posta em causa pelos OCS, causando prejuízo para a sua imagem, denegrindo o seu prestígio.

## **CAPÍTULO 2 – PRÁTICA DO TIRO NA GNR – DA FORMAÇÃO INICIAL À FORMAÇÃO CONTÍNUA DE TIRO**

### **2.1. INTRODUÇÃO**

Feito um enquadramento conceptual do tema em estudo, através dos pilares teóricos que envolvem essa mesma temática, chega a altura de aprofundar as componentes do tiro, afim de poder estabelecer um paralelismo entre as vertentes a analisar: a formação inicial e a formação contínua.

Deste modo, inicia-se este capítulo explicando sucintamente a formação na GNR, caracterizando de que forma a mesma se divide.

Abordar-se-á de seguida a temática da formação de tiro na GNR, caracterizando a vertente inicial, procurando definir o momento em que é ministrada e as componentes que a constituem. Far-se-á posteriormente a análise à vertente de formação contínua de tiro na GNR, fazendo uma análise aos documentos nos quais a mesma está vertida. Esta análise comparativa, na opinião do autor, possibilitará a identificação de lacunas a colmatar, prestando contributos no âmbito deste TIA.

### **2.2. FORMAÇÃO NA GNR**

A formação na GNR é, segundo Pinheiro (2008) o conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões.

Essa formação é composta por quatro campos: a formação inicial, a formação de progressão na carreira, a formação de especialização e qualificação e a instrução de actualização e aperfeiçoamento, segundo (Pinheiro, 2008).

A formação inicial visa então “proporcionar ao indivíduo a qualificação essencial ao ingresso nos quadros da GNR e habilitá-lo com as competências necessárias ao primeiro cargo” (Pinheiro, 2008, p.20).

A formação contínua, por sua vez “engloba toda a formação posterior à formação inicial e visa adaptar o indivíduo às transformações decorrentes do cargo através da actualização técnica, da especialização e da promoção entre outros.” (Pinheiro, 2008, p.20).

É partindo deste pressuposto que nos propomos a explorar os diferentes momentos de formação na GNR, influenciando na vertente do tiro, conforme o âmbito deste TIA.

## **2.3. FORMAÇÃO DE TIRO NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

### **2.3.1. FORMAÇÃO INICIAL**

A formação inicial ao nível do tiro é materializada numa componente definida pelas NT, na alínea a) do nº 3 do seu artigo 1º, como o Tiro de Instrução, sendo este “Todo o tiro realizado no âmbito de cursos de formação, promoção ou especialização”, e focando-se essa mesma formação inicial nos cursos de formação inicial, previstos pelo Decreto – Lei nº 297/2009, de 14 de Outubro, Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, Capítulo XVIII - *Ensino e Formação*, alínea a) do nº 2 do artigo 146º, sendo que estes se “destinam a assegurar a preparação militar e os conhecimentos técnico-profissionais para ingresso na Guarda ou para o exercício de funções em categoria superior”.

Tendo em conta o âmbito deste TIA, a análise a ser promovida no campo da formação inicial, cingir-se-á ao *ingresso na Guarda*, nomeadamente, ao Curso de Formação de Guardas, visto esta classe compreender a maior percentagem do efectivo da Guarda.

Assim, o Curso de Formação de Guardas, dispõe de Regulamento próprio, o Regulamento do Curso de Formação de Guardas (RCFG), definido pelas entidades responsáveis pela doutrina e formação, com vista a ser aplicado nos centros de formação da EG, o CFFF e o CFP.

Cada bloco de formação tem as suas unidades curriculares, segundo o artigo 5º do RCFG 2010 - 2011, e cada uma delas é orientada por um plano curricular (Anexos A e B ao RCFG 2010 - 2011).

As unidades curriculares acima referidas, são dotadas de um detalhe de instrução, definido pela Direcção de Instrução da EG, em coordenação com os seus Centros de Formação.

Assim, a unidade curricular de Tiro, contida no módulo Técnico – Profissional, dispõe de um detalhe de instrução em que são descritas as temáticas a ministrar aos formandos, e são essas temáticas que importam ter como referência, para que se possa estabelecer uma comparação com a formação contínua, para no âmbito deste TIA, se poderem tecer algumas conclusões.

Desta arte, segundo o Detalhe de Instrução do CFG 2010 – 2011, os seus formandos executam tiro com pistola, espingarda, pistola-metralhadora, e caçadeira, com as especificidades exigíveis para cada uma, no que respeita à modalidade de tiro, posição e calibre.

Por último, importa referir que os formandos são dotados com sessões de procedimentos de segurança para o manuseamento de todas as armas que utilizam, sessões de colocação de equipamento individual, e sessões teóricas e práticas de utilização de lanternas para tiro, em ambiente nocturno ou de fraca visibilidade.



### 2.3.2. FORMAÇÃO CONTÍNUA

Como fora referido anteriormente neste TIA, a classe em que influi este estudo é a classe de Guardas, e no que concerne à formação contínua no tiro, esta pode existir em momentos como a formação de progressão na carreira - Curso de Promoção a Cabo (CPCb); a formação de especialização e qualificação; e a instrução de actualização e aperfeiçoamento, que se materializava no IAQT – Instrução de Actualização de Quadros e Tropas, actualmente designada por FCAA – Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização.

A FCAA no que respeita ao tiro, é conseguida através de uma componente definida pelas NT, na alínea b) do nº 3 do seu artigo 1º, como o Tiro de Manutenção, sendo este “Todo o tiro realizado por militares prontos ao serviço, executado nos termos deste regulamento, tendo por base a manutenção e melhoria dos ensinamentos já adquiridos”. Assim, atendendo ao documento que regula este tipo de tiro, o RTM, segundo a alínea b) do nº 1 do artigo 1º das NT, que no seu artigo 1º define como seu objectivo “proporcionar a todos os militares da Guarda Nacional Republicana a manutenção das técnicas de tiro já adquiridas, o seu permanente aperfeiçoamento e a melhoria da destreza necessária na correcta execução do tiro”, tendo como finalidade, segundo o artigo 2º:

*“a transmissão de conhecimentos de âmbito técnico, tático, e de enquadramento legal e doutrinário na utilização das armas de fogo, focando as técnicas e procedimentos de segurança, armamento (...) e de âmbito prático, realçando a execução correcta da pontaria e do disparo, nas modalidades de tiro de precisão e tiro policial.”*

Segundo o constante do artigo 3º do RTM, este tipo de tiro é de carácter obrigatório para Oficiais, Sargentos e Guardas, com as armas existentes no dispositivo, sendo elas as que lhes estão distribuídas ou aquelas com que habitualmente fazem serviço.

No que concerne à execução do tiro, prevista no Capítulo I do RTM, as tabelas de tiro a executar são as constantes do Anexo A ao RTM, segundo o seu artigo 6º, sendo elas respeitantes ao tiro com pistola, com espingarda, com pistola-metralhadora, com espingarda caçadeira e com outras armas.

O tiro com pistola é segundo o artigo 7º do RTM, efectuado por todo o pessoal afecto a funções operacionais, no mínimo, numa sessão quadrimestral, sendo que os militares não afectos a esse serviço realizam no mínimo, uma sessão semestral.

O tiro com espingarda é efectuado anualmente por todos os militares que realizem serviço com esse tipo de armamento, segundo o artigo 8º do RTM, o que é também aplicado para a espingarda caçadeira, segundo o artigo 10º do RTM, e semestralmente com a pistola-metralhadora, segundo o artigo 9º do mesmo diploma.

No que respeita à avaliação, prevista no Capítulo II do RTM, o artigo 12º prevê as situações relacionadas com a inaptidão na execução de tiro, sendo que o nº 1 vincula os

militares classificados como inaptos ou com classificação inferior a 10 valores, a receber formação técnica adicional, e a repetir a tabela de tiro logo que possível. O nº 2 vincula os militares nas condições do nº 1 ou que não tenham executado o tiro por motivos justificados, ao impedimento de utilizar o respectivo tipo de armamento.

No que a este diploma concerne, em último lugar, o artigo 14º do RTM, faz alusão às regras de segurança, que no seu nº 1 explicita serem explicadas antes de qualquer tabela de tiro, e no nº 2 explicita o impedimento de continuar a executar tiro para os militares que não cumpram essas mesmas regras.

A Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização, introduz no que respeita ao Tiro novas determinações, começando por definir o seguinte:

*“Com o objectivo claro do cumprimento das tabelas previstas no Regulamento de Tiro de Manutenção (RTM), e com vista à redução de custos (operacionais, humanos e financeiros), a prática do tiro deverá ser maioritariamente executada nos locais de trabalho, recorrendo à utilização de simuladores de tiro portáteis que garantam a execução das referidas tabelas. A deslocação à carreira de tiro deverá ser reduzida ao mínimo indispensável (previsivelmente 1 vez/ano) para realização dos procedimentos (saque rápido, operações de segurança) e validação das tabelas de tiro treinadas no simulador.”.*

Refere ainda o seguinte:

*“O treino e o tiro real deverão, sempre que possível serem executados no mínimo em parilha (2 elementos – unidade básica da actividade policial), desenvolvendo os procedimentos de apoio e segurança em conjunto, por parte dos elementos que normalmente integram uma patrulha.”.*

No que respeita às características do treino de tiro estipula que:

*“Tendencialmente a execução do treino de tiro deve ter como características:*

- Avaliação qualitativa;*
- Maior estratificação nos requisitos a atingir;*
- Mais treino, menos avaliação;*
- Garantido por especialistas.”*

Apresenta por último os pressupostos para estas novas “referências” para a execução do treino do tiro, sendo eles:

**“O quê?** – Planeamento, coordenação, execução, registo, controlo e avaliação das tabelas de tiro;

**Porquê?** – Em 2010 os militares que não obtiverem aproveitamento em alguma das sessões de tiro ficarão impossibilitados de utilizar o respectivo tipo de armamento enquanto não obtiverem classificação positiva;

**Quem?** – Graduado, em regime de exclusividade de funções, com formação específica [formação a cargo da EG];

**Como?** – Treino regular em simulador no local de trabalho e tiro real de validação na carreira de tiro, com a arma atribuída e distribuída;

**Quando?** – De acordo com o planeamento previamente acordado entre o Comandante de Destacamento e o responsável pela avaliação do tiro;

**Onde?** – No local de trabalho e nas carreiras de tiro.”

Estas são as considerações que importam ter em conta quando se tentar estabelecer um paralelismo entre a formação inicial e a formação contínua na Guarda, visto ser

verificável que existem vários parâmetros que possam suscitar dúvidas, ou que se destaquem enquanto lacunas.

Há que salientar, no entanto, algumas disposições que relacionam a formação com o desempenho do serviço operacional, pelo que se conseguiu verificar, através de observação directa, que os militares afectos ao serviço operacional são maioritariamente escalados para as sessões de tiro, durante o horário de patrulha, sendo que despendem, no máximo, cerca de três horas para comparecerem nas sessões de tiro.

O nº 1 do artigo 32º do RGSGNR, em que se estabelece que, entre outras disposições, o serviço externo tem prioridade sobre a formação, tal como o serviço de justiça prevalece sobre os restantes serviços.

Aludindo ao EMGNR, no nº 1 do artigo 26º encontramos disposições referentes ao horário de referência, que não se encontra definido, e que é ainda reforçado pelo facto de não poder prejudicar o dever de disponibilidade e o serviço da Guarda, segundo o nº 2 do mesmo artigo.

O artigo 10º do EMGNR, referente ao Dever de Disponibilidade, contempla no seu nº 1, que os militares da Guarda se encontram permanentemente disponíveis para o serviço.

Através destas disposições pretendemos tecer alguns considerandos nas conclusões a este capítulo.

## **2.4. CONCLUSÕES**

Este capítulo influi directamente nos aspectos práticos que dão nome a este TIA, sendo que se apresenta com uma importância capital, no que respeita às conclusões que dele decorrem.

Assim, surge a assimetria relacionada com a componente de tiro nocturno, que apenas é praticada na formação inicial, e é descurada na restante carreira dos militares. Com um elevado número de ocorrências nocturnas em que é exigido o recurso à arma de fogo (RAFAP, 2010), levanta-se a questão da pertinência de inclusão de formação de tiro nocturno na formação contínua da GNR.

Atendendo ao Estudo do Despacho do MAI de 26 de Junho de 2008 da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro, adiante designado por Estudo, pudemos tecer algumas conclusões.

No ponto a. do ponto 3. deste Estudo, que a disposição “elementos sem funções policiais” não se encontra adequada à realidade da Guarda, pois atendendo ao dever de disponibilidade, a todo o momento o militar poderá ser chamado a intervir em funções policiais.

No ponto b. do mesmo ponto 3., verifica-se a impossibilidade de cumprimento das tabelas de tiro por quadrimestres, sendo que no máximo se conseguem cumprir semestralmente,

impossibilidade essa essencialmente motivada pela falta de disponibilidade do efectivo para ser retirado do serviço normal para ir à carreira de tiro.

Estas sessões quadrimestrais acima referidas, acarretariam encargos insustentáveis, preconizados pelos pontos c., d., e., f. e g. deste Estudo, nomeadamente relacionados com o número de munições necessárias para o seu cumprimento, os custos acrescidos para deslocações à carreira de tiro e pagamento da respectiva utilização, o prejuízo para o serviço conectado a cada deslocação à carreira de tiro, a inexistência de ambulâncias adequadas e/ou disponíveis em algumas Unidades e as condições meteorológicas adversas, que obrigam à suspensão ou adiamento da execução do tiro.

Outro parâmetro que aparenta não estar consolidado é o referido na Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Actualização, quando faz referência à utilização de simuladores de tiro, para o incremento da prática de tiro, que levaria à redução de deslocações à CTir para periodicidade anual, cingindo-se a restante prática aos simuladores de tiro.

Decorrente do estatuído no RTM, nomeadamente nos seus artigos 12º e ss., surge a situação relacionada com a inaptidão para utilização da arma, que segundo a mesma, inibiria os militares, que não obtivessem aproveitamento nas sessões de tiro do uso da arma. O Estudo considera tratar-se de uma situação que levanta algumas problemáticas, nomeadamente as constantes do seu ponto d., questionando-se sobre o que fazer com estes militares sem certificação, logo, não armados; que tipo de serviço poderão desempenhar; quais as implicações a nível operacional; as implicações legais e implicações financeiras.

Importa ainda referir que, conforme o nº 1 do artigo 32º do RGSGNR, o serviço externo (no qual se inclui o serviço operacional) prevalece sobre a formação, no que respeita à nomeação dos militares. Conjugado com as disposições do EMGMR, nomeadamente o nº 1 e nº 2 do artigo 26º, o horário de referência nunca poderá prejudicar o dever de disponibilidade consagrado no artigo 10º deste diploma.

Confrontando estas disposições com o conceito de periodicidade quadrimestral previsto pelo RTM, e notando que os militares apenas ocupam cerca de três horas a comparecer nas sessões de tiro, por cada quadrimestre, denota-se que isso implicaria o dispêndio de cerca de 12 horas anuais para a prática de tiro de pistola.

Sendo que essas horas se incluem no horário de patrulha dos militares, prevalecendo a formação sobre o serviço operacional, surge a questão do não cumprimento do disposto no RGSGNR, não se recorrendo ao dever de disponibilidade dos militares da GNR, para que estes pratiquem tiro sem prejuízo para o serviço operacional.

## CAPÍTULO 3 – OUTROS MODELOS PARA A PRÁTICA DE TIRO

### 3.1. INTRODUÇÃO

No âmbito deste capítulo será realizada uma explanação da doutrina vigente na Polícia de Segurança Pública (PSP), que pertencendo à mesma tutela, aborda de forma diferente a formação dos seus agentes, procurando verificar situações em que seja valoroso fazer-se uma adaptação da doutrina em vigor na Guarda.

Far-se-á também alusão a outros métodos que permitam inovar e complementar a formação, tais como os Estágios de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro em vigor na PSP.

Por último, propomo-nos a estudar os métodos que servem de base para a formação nos estágios acima referidos, procurando enfatizar o contributo que a adopção de modelos semelhantes possa transportar para a formação na GNR.

### 3.2. O PLANO DE FORMAÇÃO DE TIRO DA PSP

No que respeita à PSP, torna-se importante a referência à regulamentação em vigor no campo da formação, de forma a estabelecer-se um termo comparativo, por fim a analisar possíveis adaptações a serem efectuadas às Normas existentes na Guarda, procurando promover mudanças no sentido de otimizar as mesmas.

Desta forma, a PSP, através do Plano de Formação de Tiro (PFT) (2009), documento que pretende “harmonizar e regulamentar toda a actividade de formação de tiro com as armas de fogo na PSP”, estipula que a sua formação de tiro tem como objectivos específicos:

- “- Capacitar os elementos policiais para identificar os componentes principais e sistemas de funcionamento do armamento utilizado no cumprimento das missões do serviço;*
- Preparar os elementos policiais para operar, manusear e manter o armamento em uso na PSP, com observância nas normas e procedimentos de segurança;*
- Capacitar os elementos policiais a responder adequadamente aos diversos graus de ameaça com que se podem deparar durante o exercício das suas funções;*
- Garantir que os elementos da PSP que têm armas de fogo distribuídas reúnem as condições para tal.”*

Desta arte, define o PFT (2009), os momentos em que ocorre a formação do tiro, enunciando-os enquanto formação inicial e formação contínua, fazendo alusão a parâmetros balizadores de cada um, e enquadrando as componentes de cada tipo de formação.

No que respeita à formação inicial, o PFT (2009) estipula que cada estabelecimento de ensino policial terá a responsabilidade de definir os programas de formação inicial a ministrar, enquadrados com as regras e procedimentos em vigor na PSP, relativos ao manuseamento e recurso a armas de fogo, tendo o dever de dar conhecimento à Direcção de Formação da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública.

Respeitante à formação contínua, o PFT (2009) define que a formação de tiro terá componente teórica e prática, vertendo-se nas áreas de “Aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo”, “Manuseamento seguro de armas de fogo e sua desmontagem básica” e “Sessões de tiro”. As sessões de tiro abrangem as modalidades avaliativas e formativas, sendo que as sessões avaliativas se resumem a tiro de pistola, referindo-se a “Tiro de precisão com pistola”, “Tiro para áreas corporais seleccionadas, com progressão e cobertura, com pistola” e “Tiro de reacção policial com pistola”. As sessões formativas respeitam a espingarda caçadeira e a pistola-metralhadora, sendo que a segunda só se executa em comandos que tenham essas armas em uso (ibidem).

Parece-nos importante salientar que no campo da certificação do tiro, o PFT define três provas distintas: um teste escrito sobre aspectos legais e regulamentares do recurso a armas de fogo, um teste prático sobre o manuseamento seguro de armas de fogo e sua desmontagem básica, e por último a sessão de tiro, organizada nas três modalidades de tiro deste PFT (ibidem).

É de salientar também a alusão feita neste diploma aos agentes que não compareçam nas sessões de tiro, cuja responsabilidade recai sobre o próprio, tanto no que respeita ao dever de informar quando não lhe for possível a comparência, tanto no dever de solicitar nova data para comparecer na sessão, tanto na responsabilidade disciplinar que lhe é imputada, caso a falta não seja justificada (ibidem).

Este diploma prevê ainda a existência de sessões adicionais de tiro, sendo que os militares têm de requerer a participação em tais sessões adicionais, solicitando ao Comandante da respectiva unidade policial a autorização para tal, e com a importante ressalva de essa mesma sessão ter lugar fora do período normal de trabalho dos elementos policiais que nela participa. (ibidem).

### **3.3. ESTÁGIOS DE TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO POLICIAL E TIRO**

O PFT (2009), anteriormente explorado, alude a um conceito denominado técnicas de intervenção policial, que Correia (2006) enquadra como parte constituinte da formação contínua na PSP, sendo denominados Estágios de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, sendo que “são uma aposta da PSP na actualização profissional dos seus elementos e destinados prioritariamente aos elementos operacionais.” (Correia, 2006, p.31).

Segundo Correia (2006) a Direcção Nacional da PSP criou o Curso de Formadores em Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, com a finalidade de formar elementos nos vários Comandos por todo o país, atribuindo a cada Comando a responsabilidade de gerir a formação contínua do seu efectivo.

Correia (2006) refere que a adopção deste estágio data de Abril de 2003, e compreende desde então uma parte teórica e outra prática, sendo que ambas congregam formação do

âmbito do “Decreto-Lei 457/99 e da NEP Normas sobre os Limites ao Uso de Meios Coercivos, tiro policial, técnicas de defesa policial, abordagem a viaturas e movimento tático.” (Correia, 2006, p.32).

Constata ainda que “é atribuída uma grande importância à componente prática da formação (...) cerca de 80% das aulas são práticas e dedicadas a simulações de desempenho e ao *role-playing*.”

### 3.4. SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO E *ROLE PLAYING*

“Enquanto um jovem aprende através de modelos de carácter dedutivo, o adulto aprende principalmente de forma indutiva, pelo que a formação está dependente da experiência anterior” (Correia, 2006, p.34).

“A avaliação do risco e o modo como ele é valorizado assume uma importância fundamental, porque «a avaliação de uma situação específica, tem por vezes, de ser feita com escassa margem para apreciação do tempo ou espaço», pelo que a formação policial e o treino profissional são factores decisivos numa actuação policial.” (*Fernandez apud Correia*, 2006, p.35).

Segundo Correia (2006), apesar de existirem várias técnicas para formar adultos, a simulação de desempenho e o *role-playing* são as mais comuns. Assim podemos constatar que “A simulação de desempenho consiste na criação de cenários semelhantes às situações reais em que se desempenha a função e constituem um reforço de aprendizagem, facilitando a transferência da aprendizagem para o contexto profissional” (*Schulte apud Correia*, 2006, p.35).

O *role-playing* baseia-se na “representação feita por participantes que assumem o desempenho de um determinado papel para tratarem de um caso real ou fictício” (*Rodrigues apud Correia*, 2006, p.35).

Apraz-nos referir que as técnicas acima mencionadas são viáveis complementos da formação, pois segundo Correia (2006) constituem uma possibilidade para os formadores avaliarem o desempenho dos formandos e corrijam os erros detectados, possibilitando que pratiquem as suas competências técnicas em situações semelhantes às reais, criando estratégias de resposta a situações que sugiram stress.

Atendendo ao Relatório nº 13-10, Sistemas e Pistolas de Treino para Instrução de 15 de Julho de 2010, que conclui sobre o Relatório nº 4/08 de 15 de Abril de 2010, do Núcleo de Armamento e Tiro da Escola da Guarda, nomeadamente no ponto 2.a. que se refere ao treino com uso dos sistemas *Simunition*, verificamos que estes sistemas se tratam de “uma mais-valia imprescindível, sendo de equacionar a sua aquisição (...)”, conforme o estipulado em 3).

A alínea 6) deste relatório explica o seguinte:

*“no tiro de instrução, é necessário assimilar toda uma sequência evolutiva, que sucintamente passa por:*

- a) Treinar a precisão (objectivo: atingir exactamente o local pretendido, neste caso o centro de um alvo circular, sem condições de stress, para além das resultantes da própria execução de tiro);
- b) Treinar a parte policial (objectivo: atingir o local pretendido, neste caso as zonas menos letais de um alvo tipo silhueta humana, implicando o stress de ao receber um estímulo, um apito, ter de sacar a arma, prepará-la e disparar em 7 segundos voltando a colocá-la no coldre, em segurança);
- c) Treinar uma parte policial mas em circuito dinâmico (objectivo: atingir os locais pretendidos, neste caso as zonas menos letais de vários alvos tipo silhueta humana, acrescentando o stress do atirador ter de se deslocar e proteger ao longo de um percurso) ”.

Verificamos, segundo a alínea 7) que:

*“mesmo que venha a ser implementado um sistema de simuladores de tiro (...) considera-se que continuará a existir uma lacuna que apenas poderá ser colmatada com recurso a um tipo de armamento e munições que permitam treinar e disparar sobre alvos humanos com todas as condições exigíveis de segurança e com a maior proximidade possível a situações reais.”*

E que segundo a alínea 8):

*“alcançar-se-á um novo objectivo: o somatório de todos os objectivos anteriores acrescentando-se ainda inúmeras variáveis nos níveis de stress no atirador uma vez que este tem consciência de que pode atingir o alvo humano Adversário, mas que aquele também se pode deslocar, esconder, proteger, render ou responder ao fogo, causando-lhe dor, pelo impacto dos projectéis e marcação dos locais atingidos através de tinta colorida”.*

### 3.5. CONCLUSÕES

Pareceu-nos pertinente concluir, com a elaboração deste capítulo, que importa estudar as doutrinas em uso em outras forças, a fim de aferir boas práticas, através das quais a GNR pode prestar contributos à sua formação.

O PFT da PSP introduz práticas como a realização de teste teórico e teste prático, versando sobre aspectos legais e manuseamento da arma de fogo, respectivamente, que surgem como alternativas utilizadas por esta força de segurança, na certificação dos seus agentes para o uso das referidas armas.

Os Estágios de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, adequam, na nossa perspectiva, a realização de tiro às situações de risco que decorrem da actividade operacional, sendo uma forma diferente de sujeitar os seus agentes a situações de stress, diferentes do ambiente controlado da CTir, daquela que se encontra em uso na GNR.

Quanto ao método de simulação de desempenho, este sugere a criação de cenários, enquanto o *role-playing* se baseia na representação feita por participantes, que assumem o desempenho de um determinado papel para possibilitar o treino de casos reais ou fictícios, sendo que a sua conjugação permite o treino de situações que não se encontram previstas no PFT (Correia, 2006).

O sistema *Simunition* é um exemplo de um mecanismo que permite o treino destes métodos anteriormente referidos, que segundo o Relatório nº 13-10 de 15 de Julho de 2010, se mostra como uma resposta a lacunas constantes do tiro de instrução e manutenção.

Atendendo ao seu ponto 3., constatamos através dos pontos a.,b. e c. que “Existe uma lacuna, no Tiro de Instrução e no Tiro de Manutenção, mesmo que venha a ser implementado um sistema de simuladores de tiro que permita projectar numa tela todo um conjunto de cenários interactivos ”, “Essa lacuna, apenas poderá ser colmatada com recurso a um tipo de armamento e munições que permitam treinar e disparar sobre alvos humanos



com todas as condições exigíveis de segurança e com a maior proximidade possível a situações reais. ” e “Os sistemas que utilizam munições de treino (projectil normalmente em plástico, contendo tinta no interior), surgem como resposta a essa lacuna, já que acrescentam inúmeras variáveis nos níveis de stress no atirador uma vez que este tem consciência de que pode atingir o alvo humano adversário, mas que aquele também se pode deslocar, esconder, proteger, render ou responder ao fogo, causando-lhe dor, pelo impacto dos projecteis e marcação dos locais atingidos através de tinta colorida”.

---

## **PARTE II – PRÁTICA**

### **CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO DE CAMPO**

#### **4.1. INTRODUÇÃO**

Feito o enquadramento teórico do trabalho, há que seguir com a metodologia, tendo em vista a concretização dos objectivos definidos e a resposta à pergunta de partida.

Neste sentido, apresenta-se neste capítulo a metodologia da investigação de campo, iniciando-se com o método de abordagem, seguindo-se os procedimentos e técnicas utilizadas para obtenção de informação, a forma de aplicação e tratamento de inquéritos e entrevistas, finalizando com breves conclusões.

#### **4.2. MÉTODO DE ABORDAGEM**

Considerando que uma investigação pode ser definida como o diagnóstico das necessidades de informação e selecção das variáveis relevantes sobre as quais vão ser recolhidas, registadas e analisadas informações (Sarmiento, 2008), utilizaram-se três métodos de recolha de informação.

A análise documental foi ponto inicial da investigação, tendo-se realizado pesquisa de informação, tanto em documentos legais, como em publicações de interesse, relacionadas com a problemática.

O método inquisitivo, passou inicialmente por conversas informais com Oficiais da GNR com conhecimento nesta área, materializando-se ainda na realização de inquéritos por questionário, realizados a uma amostra previamente seleccionada de Oficiais da GNR.

Por último, o método hipotético-dedutivo ou de verificação de hipóteses, através do qual se procurou a verificação ou não das hipóteses formuladas, por fim a aferir a sua validade.

#### **4.3. PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS**

Foi preocupação inicial desta investigação, começar-se com conversas informais com Oficiais da GNR com conhecimentos na área, a fim de recolher informação e orientar a

pesquisa bibliográfica. Essa pesquisa possibilitou a fase seguinte da investigação, sendo realizada uma análise de documentos considerados pertinentes para o estudo.

O principal método de investigação foram os inquéritos por questionário e as entrevistas realizadas a diferentes amostras dentro do efectivo da GNR. Optou-se assim por duas amostras diferentes de forma a perceber uma opinião mais adequada relativa às hipóteses de investigação. Deste modo, os inquéritos foram dirigidos maioritariamente a oficiais subalternos e capitães, ocupando as funções de comandante de DTer e SubDTer. As entrevistas foram dirigidas a oficiais superiores com funções ou conhecimentos relevantes na área de estudo.

A escolha de diferentes instrumentos para cada amostra possibilitou a obtenção de opiniões dos inquiridos com clareza, realçando as divergências entre elas.

#### 4.4. INQUÉRITOS

A metodologia de investigação por inquérito “considera as opiniões de terceiros sobre o objecto que se investiga” (Sarmiento, 2008, p.21).

O inquérito por questionário “consiste em colocar a um conjunto de inquiridos (...) uma série de perguntas relativas (...) ao seu nível de conhecimentos ou de consistência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto de interesse dos investigadores” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.188).

Neste inquérito colocaram-se algumas afirmações relacionadas com as hipóteses de investigação, com vista a auxiliar na confirmação ou refutação (parcial ou total) das hipóteses formuladas.

A administração do inquérito foi através de administração directa<sup>9</sup> (Quivy & Campenhoudt, 2005) via internet, sendo constituído por quatro páginas, 29 questões fechadas<sup>10</sup> e duas questões abertas.

O inquérito foi realizado e aplicado com recurso à internet, através da plataforma *surveymonkey*, na versão profissional, com a certificação *trust*<sup>11</sup> e *accredited business*<sup>12</sup>.

Esta plataforma dispõe de um *Secure Sockets Layer*<sup>13</sup> (SSL) que apenas admite uma resposta por e-mail. Efectuou o reconhecimento de IP's e protege automaticamente os questionários através do sistema *verisin*<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> Quando é o próprio inquirido que o preenche (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.188)

<sup>10</sup> No caso das questões fechadas o investigador apresenta uma lista pré-estabelecida de respostas possíveis, de entre as quais o inquirido deve indicar a resposta que melhor representar a sua intenção ou ideia (Barañano, 2004, p.98).

<sup>11</sup> A certificação *trust* atribui à *surveymonkey* um certificado de licenciamento do programa com privacidade.

<sup>12</sup> A *accredited business* atribui à *surveymonkey* uma certificação pelo cumprimento da norma *US Federal Section 508 certification guidelines*.

<sup>13</sup> *Secure Sockets Layer* (SSL) garante a segurança e efectua a leitura e arquivo dos IP's.

<sup>14</sup> O sistema *verisin* atesta a validade da plataforma e a sua capacidade de armazenamento de dados com segurança através de endereços criptografados com SSL antes da transmissão.

Para a análise dos dados foi utilizado o *software* estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 19.0 para *Windows*.

#### 4.4.1. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Atendendo ao objecto de estudo, decidiu-se aplicar os inquéritos aos comandantes de DTer e SubDTer do país, que detêm as opiniões e informações acerca dos militares que comandam.

Nesta investigação importa analisar o panorama das capacidades e competências dos militares afectos ao serviço territorial, a formação dada ao nível dos DTer e SubDTer, discernir sobre o cumprimento das normas de tiro da Guarda e regulamento de tiro de manutenção e sobre os contributos viáveis de prestar à formação na Guarda, mostrando-se os inquiridos como peças chave nesta investigação.

A amostra é do tipo representativa, sendo a população alvo constituída por 88 oficiais da GNR, sendo 85 Comandantes de DTer e três de SubDTer. Foram inquiridos 57 oficiais, sendo a amostra válida para a população alvo com um nível de confiança de 95% e um nível de erro de 7,6%. Para calcular o tamanho adequado da amostra e o nível de erro utilizou-se a plataforma *surveysystem*.

Segundo Sarmiento (2008), para que a validade do estudo possa ser considerado importante, a margem de erro deverá estar entre os cinco e os dez por cento, o que se verificou.

#### 4.5. ENTREVISTAS

Foram elaboradas entrevistas semidirectivas<sup>15</sup>, pelo facto de o “investigador dispor de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte dos entrevistados” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.192). As perguntas do guião visavam responder a algumas das hipóteses levantadas na investigação.

Posteriormente, as respostas foram submetidas a uma análise qualitativa (análise de conteúdo), construindo-se “sinopses das entrevistas numa grelha vertical” (Guerra, 2006, p.73).

##### 4.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Foram realizadas quatro entrevistas semi-directivas, tendo a preocupação de entrevistar oficiais com funções ou cargos de relevo no que respeita ao tiro na GNR. São compostas por 19 questões de resposta aberta.

O quadro 4.1 resume as variáveis da amostra à qual se aplicou a entrevista.

---

<sup>15</sup> No sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.192).

Quadro 4.1 – Caracterização da Amostra

Entrevistados	Nome	Género	Posto	Função já desempenhada relacionada com o Tiro
1	João Nuno Alberto dos Santos Faria	Masculino	Tenente-Coronel	Presidente da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro
2	João Manuel Ramalho Firmino Nortadas	Masculino	Tenente-Coronel	Membro da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro
3	José Miguel Silva Vieira	Masculino	Major	Chefe do Núcleo de Armamento e Tiro da Escola da Guarda
4	Jorge Manuel Monteiro Freitas	Masculino	Major	Adjunto do Chefe da Direcção de Formação de Tiro e Treino do Comando de Doutrina e Formação

## 4.6. MEIOS UTILIZADOS

O inquérito foi elaborado na plataforma *surveymonkey* e enviado por e-mail, pessoalmente, aos Comandantes de Destacamento Territorial e Subdestacamento Territorial. No mesmo e-mail seguia a hiperligação para que o inquirido pudesse aceder ao mesmo inquérito para o seu preenchimento. No tratamento dos dados quantitativos foi utilizado o *software* estatístico *SPSS 19.0 for Windows*, sendo ainda utilizado o *Microsoft Office Excel 2007* para a elaboração de alguns gráficos.

Na realização da entrevista, as respostas foram gravadas com auxílio de um gravador *Phillips Voice Tracer LFH0622*.

## 4.7. CONCLUSÕES

No que concerne ao trabalho de campo, este foi fundamental, baseando-se essencialmente na realização de inquéritos e entrevistas a amostras diferentes, com vista a auscultar opiniões de diferentes categorias, relativamente à mesma temática.

Em suma, os inquéritos visaram elementos com funções de Comando em DTer e SubDTer, ao ponto que as entrevistas se direccionaram a oficiais superiores com experiência ou funções de relevo no que ao tiro diz respeito.

---

## **CAPÍTULO 5 – TRABALHO DE CAMPO E RESULTADOS**

### **5.1. INTRODUÇÃO**

Este capítulo inicia-se com a análise dos inquéritos, começando pela caracterização dos inquiridos e posteriormente, a análise e comparação de respostas dadas.

No que concerne às entrevistas, foram analisadas contendo “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis (...) ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2006, p.73).

### **5.2. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS**

#### **5.2.1. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS**

Colaboraram no presente estudo 57 oficiais, dos quais a maioria se encontra no escalão etário 25-29 anos (43%). Os mais novos (< 25 anos) representam apenas 7% dos inquiridos, enquanto os mais velhos (> 34 anos) representam 13%, conforme se apresenta no gráfico G.1 (Apêndice G).

A maioria dos inquiridos encontra-se afecta ao género masculino (98%), enquanto o género feminino se encontra representado por apenas 2%, conforme se constata através da observação do gráfico G.2 (Apêndice G).

Atendendo às habilitações literárias, 53% dos inquiridos ostentam o grau de licenciado, 17% possuem pós-graduações e 30% o grau de mestrado, não se verificando a existência de qualquer oficial doutorado, conforme o constante do gráfico G.3 (Apêndice G).

Analisando a distribuição por postos, conforme o apresentado no gráfico G.4, a maioria dos inquiridos está actualmente no posto de Capitão (65%), 32% ocupam o posto de tenente e apenas 3% o posto de alferes, sendo que nenhum dos inquiridos ocupa o posto de major. Relativamente à função de oficial de tiro, 51% dos inquiridos já desempenhou essa função enquanto que 49% não a desempenharam, segundo a observação do gráfico g.5. quanto à habilitação com o curso de instrutores de tiro, 58% dos inquiridos não está habilitado com o curso, enquanto apenas 42% se encontram habilitados com o mesmo, segundo o constante do gráfico G.6 (Apêndice G).

### 5.2.2. CONSISTÊNCIA INTERNA

A consistência interna do questionário foi analisada com recurso ao coeficiente *Alpha* de *Cronbach*. Este coeficiente é uma estatística que indica a consistência das respostas dos sujeitos nos itens das escalas ou subescalas. Varia entre 0 e 1, e quanto mais elevado for o seu valor, mais consistentes são os itens de uma escala ou questionário. O valor obtido é de 0,623.

Tabela 5.1 – Consistência Interna do Questionário

Alpha de Cronbach	Nº de itens
0,623	24

### 5.2.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O grupo de questões nº 7 é elaborado segundo a escala constante da tabela 5.2, enquanto os grupos de questões nº 8, nº 9 e nº 10 são elaborados segundo a escala constante da tabela 5.3.

Tabela 5.2 – Escala de níveis das questões do Grupo 7.

1	Nenhuma Frequência (NF)
2	Pouca Frequência (PF)
3	Alguma Frequência (AF)
4	Regular Frequência (RF)
5	Muita Frequência (MF)

Tabela 5.3 – Escala de níveis das questões dos Grupos 8, 9 e 10.

1	Discordo Totalmente (DT)
2	Discordo (D)
3	Não Concordo Nem Discordo (NCND)
4	Concordo (C)
5	Concordo Totalmente (CT)

Atendendo ao **grupo de questões nº 7**, é pedido aos inquiridos que **classifiquem a frequência da instrução nos seus Destacamentos**.

A **questão 7.1** refere-se a **componentes do armamento, seu funcionamento, manutenção e características**. Através da observação da tabela H.1 (Apêndice H), permite-nos concluir que a maioria dos inquiridos respondeu PF (45,6%). Analisando a tabela H.5 (Apêndice H), concluímos que o desvio padrão foi alto (0,901), o que denota que não existiu concordância entre os inquiridos, havendo 28,1% de respostas AF e 21,1% de respostas RF. A média de respostas aproximou-se do AF, segundo a tabela H.5.

A **questão 7.2** refere-se a **normas e procedimentos de segurança a ter em conta ao manusear o armamento**. Através da observação da tabela H.2 (Apêndice H), é-nos possível concluir que a maioria dos inquiridos respondeu AF (38,6%). O desvio padrão, constatado pela análise à tabela H.5, foi alto (0,908), verificando-se pouca concordância entre os inquiridos, contabilizando-se 28.1% de respostas PF e 26,3% de respostas RF. A média de respostas aproximou-se do AF, segundo a tabela H.5.

A **questão 7.3** reporta-se a **graus de ameaça e patamares do uso da força**. Através da observação da tabela H.3 (Apêndice H), concluiu-se que a maioria dos inquiridos respondeu RF (36,8%). O desvio padrão, contemplado na tabela H.5 foi alto (0,944), havendo dispersão de respostas, verificando-se 29,8% de respostas PF e 28,1% de respostas AF. A média de respostas, contemplada na tabela H.5 aproximou-se do AF.

A **questão 7.4** está relacionada com **normativos legais dos princípios de actuação policial, uso de meios coercivos e recurso à arma de fogo**. Analisando a tabela H.4 (Apêndice H) concluímos que a maioria dos inquiridos (40,4%) respondeu AF, enquanto 36,8% respondeu RF. Estes são valores motivados por um desvio padrão elevado (0,808), que denota pouca concordância entre respostas, cuja média se aproxima do AF, constatável pela observação da tabela H.5.

Atendendo ao **grupo de questões nº 8**, é pedido aos inquiridos que respondam a **questões que estão relacionadas com os seus militares**.

A **questão 8.1** inquiri o seguinte: **A formação de tiro imposta pelo Regulamento de Tiro de Manutenção é a adequada às exigências que o serviço operacional coloca aos seus militares**. Analisando a tabela H.6 (Apêndice H), podemos concluir que a maioria dos inquiridos (43,9%) respondeu C. Tratando-se de uma questão com desvio padrão elevado (1,047), que denota pouca concordância entre as respostas, segundo a tabela H.26 (Apêndice H), a segunda maior porção de inquiridos (29,8%) respondeu D. A média desta questão aproxima-se da resposta NCND (tabela H.26).

A **questão 8.2** estipula o seguinte: **“Os seus militares são conhecedores dos aspectos legais que envolvem o recurso a meios coercivos, especialmente à arma de fogo**. Através da análise da tabela H.7 (Apêndice H) concluímos que a maioria dos inquiridos (71,9%) respondeu C. O desvio padrão para esta questão é de 0,695, enquanto a média de respostas se aproxima do C (tabela H.26).

A **questão 8.3** estabelece o seguinte: **“Os seus militares dominam os procedimentos de segurança a ter em conta aquando do manuseamento da arma de fogo”**. Analisando a tabela H.8 (Apêndice H) pudemos concluir que a maioria dos inquiridos (70,2%) respondeu C. A tabela H.26 indica-nos que o desvio padrão é de 0,602 e a média se aproxima do C (3,68), sendo que 22,8% dos inquiridos respondeu NCND (tabela H.8).

A **questão 8.4** refere: **“Os seus militares são assíduos, quando escalados para comparecer nas sessões de tiro”**.. A tabela H.9 mostra que a maioria dos inquiridos responde de forma positiva, sendo que 50,9% respondeu C e 43,9% respondeu CT. O



desvio padrão para esta questão (0,590) permite verificar concordância nas respostas dos inquiridos, e a média aproxima-se do C (tabela H.26).

A **questão 8.5** refere-se: **“Os seus militares estão aptos a manusear a arma de fogo em condições de segurança.”**. Analisando a tabela H.10 (Apêndice H) concluímos que a maioria dos inquiridos respondeu C (73,7%), numa questão em que o desvio padrão é de 0,591, denotando-se concordância entre inquiridos, e a média se aproxima do C (tabela H.26).

Atendendo ao **grupo de questões nº9**, é pedido aos inquiridos que se **pronunciem em diversos parâmetros, caracterizando o tiro na Guarda**.

A **questão 9.1** refere-se a: **“As funções de Oficial de Tiro do Comando Territorial cumulativamente com as de Comandante de Destacamento, permitem a dedicação necessária à formação de tiro”**. Através da análise da tabela H.11 (Apêndice H) pudemos concluir que a maioria dos inquiridos respondeu de forma negativa (78,9%), enquanto apenas 12,3% respondeu C. A tabela H.26 indica que o desvio padrão foi alto (0,964), e a média é coincidente com a resposta D.

A **questão 9.2** estipula: **“Os militares do seu Destacamento cumprem as sessões quadrimestrais previstas no Regulamento de Tiro de Manutenção”**. Através da análise da tabela H.27 (Apêndice H) pudemos concluir que o desvio padrão foi muito elevado (1,205), e a média para esta pergunta se aproxima do NCND. Concluímos que se trata de uma questão em que as respostas não têm concordância, sendo que a percentagem mais considerável de respostas é dada à resposta C (40,4%) segundo a tabela H.12 (Apêndice H).

A **questão 9.3** estabelece: **“Os militares do seu Destacamento cumprem as sessões quadrimestrais com aproveitamento”**. Analisando a tabela H.13 (Apêndice H), concluímos que a percentagem mais elevada é dada à resposta C (40,4%), embora o NCND contenha 35,1% de respostas. Esta falta de concordância é provada através da análise da tabela H.27, que indica um desvio padrão elevado (0,900). Ainda nos permite constatar que a média de respostas se aproxima da resposta NCND.

A **questão 9.4** refere: **“Escalar os militares para sessões de tiro durante o horário de patrulha constitui prejuízo para o serviço operacional”**. Através da análise da tabela H.14 (Apêndice H), concluímos que apenas 19,3% respondeu de forma negativa à questão, enquanto a percentagem de respostas positivas é de 64,9%. A tabela H.27 refere que a média se aproxima da resposta NCND, e o desvio padrão (1,114) indica falta de concordância entre inquiridos.

A **questão 9.5** estabelece: **“Os seus militares faltam a sessões de tiro com frequência, ainda que por motivos de serviço (ocorrências, etc.)”**. A tabela H.27 permite-nos verificar um desvio padrão de 0,972, o que denota alguma falta de concordância entre os inquiridos. Permite ainda verificar que a média se aproximou da resposta D. A tabela H.15 (Apêndice H) permite verificar que realmente, a maior percentagem de respostas incide sobre a opção D (49,1%).

A **questão 9.6** menciona: **“A impossibilidade de fazer uso da arma consagrado no Regulamento de Tiro de Manutenção, motivado pela obtenção de classificação negativa em sessões de tiro, é uma medida que pode constituir prejuízo para o serviço operacional”**. A tabela H.27 mostra-nos um desvio padrão elevadíssimo (1,255), que verifica inexistência de concordância entre os inquiridos. Permite ainda verificar que a média de respostas se situa entre o NCND e o C, sendo que 21,1% respondeu NCND e 56,2% respondeu de forma positiva entre C e CT.

A **questão 9.7** refere: **“Seria valoroso manter a prática de tiro nocturno, dado esta extinguir-se após a formação inicial (Curso de Formação de Guardas)”**. A tabela H.27 indica um desvio padrão de 0,731 para esta questão, cuja média é próxima de C. Esta afirmação comprova-se com a observação da tabela H.17 (Apêndice H) que verifica 82,5% de respostas positivas, situadas em C e CT.

A **questão 9.8** estabelece: **“As Normas de Tiro da GNR necessitam de ser reformuladas”**. A análise da tabela H.28 (Apêndice H) permite verificar um desvio padrão elevado (0,940), numa questão que denota falta de concordância nas respostas por parte dos inquiridos. Respostas essas que em média se aproximam do NCND. A tabela H.18 (Apêndice H) permite verificar que não existem percentagens significativas entre respostas negativas, intermédias ou positivas.

No **grupo de questões nº 10** é pedido aos inquiridos que se pronunciem sobre **aspectos da formação da PSP, e sobre as vantagens de alguns dos seus parâmetros se adaptarem à formação da Guarda**.

A **questão 10.1** estipula: **“A estrutura de formação da PSP, com núcleos de formação adstritos aos Comandos Distritais, é valorosa para a formação dos seus agentes”**. A tabela H.28 permite verificar um desvio padrão de 0,658, e uma média de respostas situada entre o NCND e o C. A tabela H.19 (Apêndice H) permite denotar apenas 1,8% de respostas discordantes, 52,6% de respostas NCND e as restantes respostas positivas.

A **questão 10.2** menciona: **“A estrutura de formação da PSP preconiza uma formação garantida por especialistas”**. A tabela H.28 permite verificar um desvio padrão de 0,551, correspondente a uma considerável concordância de respostas entre inquiridos, cuja média se aproxima do NCND. A tabela H.20 (Apêndice H) permite verificar que não se apresentaram respostas discordantes, sendo que 31,6% dos inquiridos deram respostas concordantes e os restantes responderam NCND.

A **questão 10.3** refere: **“Uma estrutura de formação idêntica traria valor para a formação dos militares da Guarda”**. A tabela H.28 permite verificar uma média de respostas situada entre o NCND e C, com um desvio padrão de 0,682. A tabela H.21 (Apêndice H) mostra-nos que apenas 3,5% dos inquiridos responderam de forma discordante, como a mesma percentagem de inquiridos mostrou concordar totalmente com a afirmação. Uma percentagem de 42,1% dos inquiridos respondeu C, enquanto 50,9% respondeu NCND.

A **questão 10.4** estabelece: “**O teste teórico efectuado aos agentes da PSP, referente aos normativos legais que envolvem o recurso à arma de fogo, é uma medida de avaliação profícua**”. A tabela H.22 (Apêndice H) mostra-nos que 3,5% respondeu de forma discordante, enquanto 47,4% respondeu de forma concordante. A maior percentagem de inquiridos respondeu NCND (49,1%). A tabela H.28 mostra um desvio padrão relativamente baixo (0,658), com uma média de respostas situada entre o NCND e o C.

A **questão 10.5** estipula: “**O teste prático efectuado aos agentes da PSP, referente ao manuseamento das armas e segurança das mesmas, é uma medida de avaliação profícua**”. A tabela H.28 permitiu-nos verificar que a média de respostas se situou entre o NCND e o C, numa questão cujas respostas têm um desvio padrão de 0,658, que denota alguma concordância entre inquiridos. A tabela H.23 (Apêndice H) regista valores significantes de respostas agrupadas entre o NCND (50,9%) e o C (40,4%).

À **questão 10.6** menciona: “**Os Estágios de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, em vigor na PSP, são uma medida eficaz na formação e avaliação dos seus agentes**”. A tabela H.29 mostra-nos uma média de respostas entre o NCND e o C, com um desvio padrão de 0,600. A tabela H.24 (Apêndice H) permite verificar que as percentagens de respostas relevantes se agrupam no NCND (54,4%) e no C (40,4%).

A **questão 10.7** refere: “**Faltas injustificadas a sessões de tiro deveriam, à semelhança da PSP, resultar em responsabilidade disciplinar para os militares da Guarda**”. A tabela H. 25 (Apêndice H) mostra uma dispersão de respostas algo significativa, sendo que a maioria se apoia na resposta NCND (47,4%) e as restantes respostas dispersas. Esta afirmação comprova-se com a observação da tabela H.29 (Apêndice H), que mostra um desvio padrão elevado (0,928), que denota pouca concordância entre inquiridos, com uma média de respostas situada entre o NCND e o C.

A **questão 11** menciona: “**Indique, segundo a sua opinião, três das principais lacunas na operacionalização do Tiro de Manutenção nos Comandos Territoriais**”. Pede-se aos inquiridos que respondam numa questão eminentemente aberta, cujas respostas foram elencadas no Quadro 5.1

Quadro 5.1 – Respostas à Questão 11.

Conceitos - Chave	Argumentação
Carreiras de Tiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carreiras de tiro pertencentes a outras instituições.</li> <li>- Distância das subunidades à carreira de tiro.</li> <li>- Falta de disponibilidade das carreiras de tiro.</li> <li>- Carreiras de tiro inoperacionais.</li> <li>- Carreiras de tiro que permitissem realização das sessões, independentemente das condições atmosféricas.</li> </ul>
Oficiais e Sargentos de Tiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não existe Oficial de Tiro no Comando Territorial.</li> <li>- Falta de Oficiais com o Curso de Tiro no Comando Territorial.</li> <li>- Falta de Oficiais e Sargentos para desempenhar exclusivamente as funções de Oficial e Sargento de Tiro.</li> <li>- Apenas existir Sargento de Tiro.</li> <li>- Não existência de Sargento de Tiro no Comando Territorial.</li> <li>- Não existência de Sargento de Tiro em exclusividade de funções (é Chefe do NPA).</li> <li>- O instrutor de tiro não tem Curso de Instrutores de Tiro.</li> </ul>
Efectivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de efectivos nos Postos Territoriais.</li> <li>- Disponibilidade de efectivo para as sessões de tiro.</li> </ul>
Recursos Logísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de alvos e munições.</li> <li>- Falta de combustível para as deslocações à carreira de tiro.</li> <li>- Armamento obsoleto (Walther P38)</li> </ul>
Instrução	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de um corpo de especialistas que se dedicasse unicamente à formação teórica e prática de armamento e tiro.</li> <li>- Falta de um oficial na SOITRP unicamente dedicado à instrução e treino.</li> <li>- Instrução muitas vezes cancelada em detrimento de funções operacionais e outras.</li> </ul>

A **questão 12** estipula: “Indique, segundo a sua opinião, três alterações necessárias à **optimização do Tiro de Manutenção nos Comandos Territoriais**”. Pede-se aos inquiridos que respondam numa questão eminentemente aberta, cujas respostas foram elencadas no Quadro 5.2.

Quadro 5.2 – Respostas à Questão 12.

Conceitos - Chave	Argumentação
Normas reguladoras do tiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover alterações às tabelas de tiro.</li> <li>- Solucionar a penalização dos militares que obtêm nota negativa.</li> <li>- Sessões de tiro com periodicidade trimestral.</li> </ul>
Carreiras de Tiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de mais carreiras de tiro.</li> <li>- Introdução de alvos móveis em carreira de tiro.</li> <li>- Maior disponibilidade de carreiras de tiro.</li> </ul>
Panorama Logístico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior celeridade no abastecimento de alvos e munições.</li> <li>- Maior abastecimento de munições.</li> <li>- Maior verba para combustíveis, permitindo deslocações.</li> </ul>
Efectivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incremento do número de oficiais e sargentos com o CIT.</li> <li>- Incremento do efectivo afecto ao serviço operacional.</li> </ul>
Instrução	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de equipas dedicadas à instrução.</li> <li>- Utilização de novas tecnologias na prática de tiro.</li> <li>- Adopção da prática de tiro nocturno.</li> </ul>

### 5.3. CONCLUSÕES DOS INQUÉRITOS

Após a análise dos resultados são feitas algumas conclusões acerca dos dados recolhidos através do inquérito por questionário.

Atendendo ao **grupo de questões nº 7**, as **questões 7.2 e 7.4** obtiveram respostas AF (38,6% e 40,4%, respectivamente). A **questão 7.1** obteve maior número de respostas PF (45,6). A **questão 7.3** verificou o maior número de respostas agrupadas em RF (36,8%).

As respostas a este grupo de questões permitem concluir que, em qualquer das temáticas abordadas, **não existem níveis de frequência da instrução elevados**. De todas as temáticas, a única que se destaca alcançando um nível positivo (RF – Regular Frequência) é a relativa a graus de ameaça e patamares do uso da força.

Atendendo ao **grupo de questões nº 8**, pudemos concluir que todas as questões obtiveram respostas concordantes. Analisando as **questões 8.3 e 8.5**, constatamos que **os militares se encontram aptos**, na opinião dos inquiridos, **para manusear o armamento em condições de segurança e são conhecedores dos procedimentos**. A **questão 8.1** permite constatar que a **formação contemplada no RTM é adequada às exigências do serviço operacional**, com 43,9% de respostas C.

A **questão 8.2** permite concluir que **os militares são conhecedores dos aspectos legais elencados** com 71,9% de respostas C. Por último, a **questão 8.4** obteve 94,85% de

respostas positivas entre C e CT, denotando-se que **os militares são assíduos às sessões de tiro** para as quais são escalados.

O **grupo de questões nº 9** respeita a questões relacionadas com a operacionalização do tiro de manutenção.

A **questão 9.1** obteve 78,9% de respostas negativas, levando-nos a concluir **a acumulação das referidas funções não permite dedicação necessária à formação de tiro**.

As **questões 9.2 e 9.3** obtiveram respostas concordantes (40,4% em ambas), motivando-nos a concluir que **os militares cumprem as sessões quadrimestrais previstas, fazendo-o com aproveitamento**.

A **questão 9.4** obteve 64,9% de respostas concordantes entre C e CT, permitindo-nos concluir que **escalar os militares para as sessões de tiro durante o horário de patrulha prejudica o serviço operacional**.

Através da análise da **questão 9.5**, que obteve 49,1% de respostas em D, podemos concluir que **os militares não faltam com frequência às sessões de tiro**.

A **questão 9.6** obteve 56,2% de respostas positivas, entre C e CT, possibilitando-nos concluir que **o conteúdo da referida disposição legal causa prejuízo ao serviço operacional**.

Analisando a **questão 9.7**, podemos concluir através do agrupamento das respostas (82,5% de respostas positivas, entre C e CT) que **a prática de tiro nocturno se deveria prolongar para além do Curso de Formação de Guardas**.

A **questão 9.8**, última deste grupo, que respeita à reformulação dos normativos reguladores do tiro, obteve uma grande dispersão de respostas, tendo a percentagem mais significativa respondido NCND, o que não nos permite concluir sobre a mesma.

O **grupo de questões nº 10** ficou marcado por respostas pouco esclarecedoras, sendo que muitos dos inquiridos responderam NCND em muitas das questões, neste grupo referente a **métodos em uso na PSP, que podem ou não, ser considerados contributos à formação da Guarda**.

As **questões 10.1, 10.3, 10.6 e 10.7** obtiveram maior percentagem na resposta NCND, não nos permitindo retirar conclusões acerca das disposições contidas nas mesmas.

A **questão 10.2** obteve maior percentagem de questões concordantes (31,6%), permitindo-nos concluir que **a estrutura da PSP preconiza uma formação garantida por especialistas**.

As **questões 10.4 e 10.5** referem-se ao teste teórico e teste prático em uso na PSP, respectivamente, e obtiveram apreciações maioritariamente positivas, ainda que repartindo as percentagens de respostas entre as opções NCND e C. Estas disposições permitem-nos concluir que se tratam de **medidas eficazes na formação do efectivo da PSP**.

A **questão 11** refere-se a lacunas na operacionalização do tiro de manutenção nos Comandos Territoriais. Nesta questão **os inquiridos salientaram como principais lacunas aspectos relacionados com as carreiras de tiro, a falta ou não existência de Oficiais e**

**Sargentos de Tiro, a falta de recursos logísticos e aspectos relacionados com a instrução.**

A **questão 12** refere-se a alterações necessárias à optimização do tiro de manutenção nos Comandos Territoriais, sendo que **os inquiridos salientaram questões que passam pela resolução de aspectos relacionados com as normas reguladoras do tiro, inovações às carreiras de tiro, incremento de meios no panorama logístico, incremento de efectivos e inovações à instrução.**

## **5.4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Seguidamente passaremos à análise das entrevistas, de forma a enaltecer os aspectos considerados relevantes para responder às hipóteses formuladas, sendo quatro entrevistas com 16 questões cada, não havendo diferenças de questões entre as entrevistas realizadas.

### **5.4.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NO GRUPO I**

#### **5.4.1.1. Análise de conteúdo à questão nº 1**

No **quadro 5.1** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº1 do Grupo I – “A formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo?”.**

R: A análise desta questão leva-nos a concluir que a formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo, sendo que os entrevistados nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 responderam afirmativamente. O entrevistado nº3 justifica a sua resposta afirmando que os detalhes de instrução do Curso de Formação de Guardas contêm o considerado mínimo essencial para que os militares desempenhem a sua profissão.

#### **5.4.1.2. Análise de conteúdo à questão nº 2**

No **quadro 5.2** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 2 do Grupo I – “Se respondeu sim, são as mesmas mantidas através da formação contínua? Justifique.”.**

R: Através da análise desta questão foi-nos possível concluir que nenhum dos entrevistados respondeu de forma positiva, sendo que todos os entrevistados duvidam que as competências referidas na questão nº 1 sejam mantidas através da formação contínua. Os entrevistados nº 1 e nº 2 justificam as suas respostas referindo o incumprimento do plano anual de tiro por parte das unidades territoriais. O entrevistado nº 3 refere limitações para o não cumprimento das disposições referentes ao tiro de manutenção, enumerando questões como as carreiras de tiro, que devido às suas características impossibilitam a realização das sessões de tiro, a inexistência de condições de apoio como ambulâncias, a inexistência de

munições e a impossibilidade de deslocação à carreira de tiro de pessoal com formação. O entrevistado nº 4 refere que quem executa o tiro de manutenção mantém essas capacidades, mas o mesmo não acontece com quem não o executa.

#### **5.4.1.3. Análise de conteúdo à questão nº 3**

No **quadro 5.3** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 3 do Grupo I – “Considera que os militares afectos ao Serviço Territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança?”**.

R: A análise a esta questão permitiu que se concluísse que os militares afectos ao serviço territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança. Todos os entrevistados concordam que estes militares têm as capacidades referidas, embora todos refiram algumas questões limitativas às suas afirmações. O entrevistado nº 1 refere que poderão haver unidades nas quais os militares não estejam aptos, enquanto o entrevistado nº 2 refere que desde que cumpram o determinado nas operações de segurança, todos os militares têm essas capacidades. O entrevistado nº 3 refere que os militares têm as habilitações e competências necessárias, embora por vezes não as apliquem. O entrevistado nº 4 levanta uma questão relativa ao aspecto psicológico dos militares, referindo que têm de estar psicologicamente preparados para efectuar o recurso à arma em condições de segurança, tendo de saber exactamente o que a arma que transportam consigo representa.

#### **5.4.1.4. Análise de conteúdo à questão nº 4**

No **quadro 5.4** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 4 do Grupo I – “Caso tenha respondido afirmativamente, a manutenção dessas capacidades decorre de uma boa formação contínua, versando sobre as matérias de armamento e tiro nas Unidades Territoriais?”**.

R: Através da análise feita a esta questão, é-nos permitido concordar que a manutenção das referidas capacidades é conseguida por uma formação contínua bem conseguida nas unidades territoriais. Corroboram essa opinião todos os entrevistados, que responderam de forma afirmativa. O entrevistado nº 2 salienta a importância das regras e operações de segurança constarem dessa formação, enquanto o entrevistado nº 3 dá ênfase a questões técnicas, tácticas e legais que devem ser lembradas ao efectivo. O entrevistado nº 4 refere ainda que a rentabilidade da instrução seria maior caso houvesse um oficial único que gerisse essa mesma instrução.

#### **5.4.1.5. Análise de conteúdo à questão nº 5**

No **quadro 5.5** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 5 do Grupo I – “Considera que a formação nos Destacamentos Territoriais prepara os militares para**



**responder adequadamente aos diferentes graus de ameaça, decorrentes das suas funções operacionais? Justifique.”.**

R: Analisando as respostas à questão acima referida não nos é permitido obter uma resposta clara, visto nem todos os entrevistados darem uma resposta concisa à mesma. No entanto, embora não o fazendo com concisão, todos referem que é necessário haver preparação por parte dos militares, quer cumprindo os mínimos estabelecidos pelo programa de tiro de manutenção, segundo o entrevistado nº 1; quer conhecendo os limites impostos pela Lei, segundo o entrevistado nº 2, que toma a posição mais sólida, dando uma resposta claramente negativa; quer estando preparados psicologicamente para reagir a situações de risco, segundo o entrevistado nº 4. O entrevistado nº 3 salienta a importância da formação ao nível dos destacamentos, salientando que as equipas de tiro que se pretendem com o novo Regulamento de Tiro em cada Comando Territorial serão uma mais-valia para a formação. Refere ainda saber que há dificuldade em cumprir-se essa formação, levando a depreender uma resposta tendencialmente negativa.

## **5.4.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NO GRUPO II**

### **5.4.2.1. Análise de conteúdo à questão nº 1**

No **quadro 5.6** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 1 do Grupo II** – **“Na sua óptica, é possível todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto pelas Normas de Tiro e Regulamento do Tiro de Manutenção?”.**

R: Analisando as respostas à questão que se levanta, podemos concluir que não é possível todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto nas normas de tiro e no regulamento do tiro de manutenção. Corroborando a nossa opinião encontram-se as respostas de todos os entrevistados, que de uma forma mais ou menos directa, negam essa possibilidade. O entrevistado nº 1 refere a falta de carreiras de tiro e de efectivo como dificuldades na operacionalização do tiro. O entrevistado nº 2 apela às munições e materiais necessários a esse cumprimento. Os entrevistados nº 3 aponta que muitas unidades estão a cumprir, não referindo que todas o fazem, apontando, tal como o entrevistado nº 4, não só as carreiras de tiro mas também a falta de ambulâncias, défice de munições e dificuldades de combustível como condicionantes para o cumprimento das sessões de tiro.

### **5.4.2.2. Análise de conteúdo à questão nº 2**

No **quadro 5.7** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 2 do Grupo II** – **“Que solução utilizar, na sua opinião, relativamente às disposições contidas no nº 2 do artigo 12º, artigo 13º e nº 2 do artigo 16º do RTM, cuja aplicação foi suspensa, após análise da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro da GNR? Quais as consequências que, no seu ponto de vista, podem decorrer para o serviço operacional, caso esta disposição prevaleça?”.**

R: Efectuando uma análise às respostas obtidas com a questão nº 2, podemos concluir que o disposto no nº 2 do artigo 12º do regulamento do tiro de manutenção é inadequado, e que as consequências para o serviço operacional seriam gravosas, apesar das justificações apresentadas pelos entrevistados divergirem entre vários conceitos.

O entrevistado nº 1 não refere uma solução além da suspensão já aplicada à norma, referindo como consequências a falta de perícias aos militares que não executem os mínimos. O entrevistado nº 2 refere como soluções o cumprimento do disposto no plano de tiro complementado com a existência de sargentos de tiro em exclusividade de funções, referindo que as consequências após estas implementações seriam mínimas. O entrevistado nº 3 aponta uma avaliação qualitativa ao invés da quantitativa como solução, apontando o conceito quadrimestral como limitação, acrescido da sessão avaliativa corresponder ao último quadrimestre. Refere ainda aspectos como a perda de subsídios e a redução de efectivo operacional como aspectos a ter em conta, enaltecendo a importância de pareceres por parte de órgãos responsáveis sobre estas matérias. O entrevistado nº 4 não apresenta soluções claras, levantando questões relativas a perda de subsídios e de efectivo operacional como consequências gravosas.

#### **5.4.2.3. Análise de conteúdo à questão nº 3**

No **quadro 5.8** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 3 do Grupo II – “Considera viável a limitação da deslocação à CTir a uma vez por ano, a fim de realizar a validação, restringindo-se a restante prática a simuladores de tiro? Considera os simuladores de tiro um meio viável para a preparação dos militares para executar tiro?”**.

R: Analisando as respostas à questão nº 3 podemos concluir que a adopção de simuladores de tiro seria uma medida valorosa. Todos os entrevistados concordam com esta afirmação, apontando este método como positivo no incremento da prática de tiro, permitindo corrigir problemas relacionados com a pontaria e o gatilho, permitindo ainda reduzir os custos de munições e as deslocações à carreira de tiro. Concordam ainda que não é um método que substitua as idas à carreira de tiro na íntegra, referindo o entrevistado nº 1 que é necessário complementar a sua utilização com a prática de tiro real. O entrevistado nº 2 refere que o mínimo ideal seria uma ida semestral à carreira de tiro.

#### **5.4.2.4. Análise de conteúdo à questão nº 4**

No **quadro 5.9** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 4 do Grupo II – “Verifica serem acumuláveis as funções de Oficial de Tiro e as de Comandante de Destacamento Territorial? Este facto, se constatado nas Unidades Territoriais, aproxima-se da “formação garantida por especialistas” que se procura com a**

**Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, assegurando o Sargento de Tiro essa formação?”.**

R: Analisando o conteúdo das respostas a esta questão concluímos que a opinião não é uniforme entre todos os entrevistados. Os entrevistados nº 1, nº 3 e nº 4 concordam que é uma função acumulável, enquanto o entrevistado nº 2 discorda desta afirmação.

Quanto à segunda parte da questão, enquanto o entrevistado nº 2 não se pronuncia, os entrevistados nº 1 e nº 3 concordam que o sargento de tiro garante a “formação garantida por especialistas”. O entrevistado nº 4 refere como ideal a existência de um Oficial que assegurasse toda a instrução de FCAA. O entrevistado nº 3 refere ainda como necessária a actualização dos instrutores de tiro, através de uma reciclagem do curso.

#### **5.4.2.5. Análise de conteúdo à questão nº 5**

No **quadro 5.10** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 5 do Grupo II – “Ao serem escalados para as sessões de tiro durante o horário de patrulha, os militares descuram, inevitavelmente, uma destas duas funções que desempenham. Parece-lhe que esta prática é viável? Que soluções lhe encontra?”.**

R: Com a análise à questão nº 5, podemos concluir que se trata de uma temática em que as opiniões, embora não divergindo por completo, não são concisas. Não podemos afirmar desta forma se é uma prática viável ou de soluções que se lhe apresentem. Podemos sim, através do contributo dos entrevistados, referir que se trata de uma questão incontornável, que deve ser gerida da melhor forma por parte dos comandantes de destacamento ou posto, de forma a, não descurando nenhuma das duas funções, dosear o tempo que em cada uma é dispendido, evitando o prejuízo para qualquer uma das duas.

#### **5.4.2.6. Análise de conteúdo à questão nº 6**

No **quadro 5.11** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 6 do Grupo II – “Na sua opinião, dado a formação relativa à componente de tiro nocturno extinguir-se, para a classe de Guardas, no Curso de Formação de Guardas, seria valoroso manter essa instrução e execução de tiro em ambiente de visibilidade reduzida, durante a formação contínua dos militares? Justifique.”.**

R: Através da análise de conteúdo às respostas obtidas, podemos concluir que é necessário que os militares se mantenham aptos para reagir em ambientes de fraca visibilidade.

Os entrevistados nº 2 e nº 4 referem a impossibilidade de prática de tiro nocturno baseado nas carreiras de tiro, que não dispõem de condições para que tal seja praticável.

#### **5.4.2.7. Análise de conteúdo à questão nº 7**

No **quadro 5.12** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 7 do Grupo II – “Na sua opinião, as Normas de Tiro da GNR e o Regulamento de Tiro de**

**Manutenção, necessitam de ser revistos? Quais as disposições que considera mais inadequadas, além das abordadas nas perguntas anteriores?”.**

R: Efectuando uma análise de conteúdo às repostas obtidas com a questão nº 7, concluímos que estes documentos se encontram em revisão, devido a necessitarem de se manter actualizados e serem exequíveis. Esta é opinião de todos os entrevistados, que concordam que têm de conter disposições exequíveis e adaptadas à realidade da Guarda.

### **5.4.3. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NO GRUPO III**

#### **5.4.3.1. Análise de conteúdo à questão nº 1**

No **quadro 5.13** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 1 do Grupo III – “Parece-lhe pertinente a inclusão de uma validação teórica na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o uso de meios coercivos e recurso à arma de fogo?”.**

R: As respostas à questão nº 1 não foram concordantes, sendo que existem respostas que aprovam o método referido, enquanto outras o reprovam. O entrevistado nº 2 afirma claramente tratar-se de uma mais-valia, enquanto o entrevistado nº 1 reprova a sua absorção. O entrevistado nº 4 refere que a Guarda deve conseguir manter a sua instrução adaptada ao contexto que está inserida, não referindo claramente se concorda ou não com o método referido. O entrevistado nº 3 refere que se pode tratar de uma mais-valia, mas que os militares deverão ter presente toda essa parte teórica. Aponta como importante a prática de situações em que se exija aos militares uma resposta com base em toda essa teoria, sendo essa a forma ideal para obter hábitos de resposta.

#### **5.4.3.2. Análise de conteúdo à questão nº 2**

No **quadro 5.14** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 2 do Grupo III – “Concorda com a inclusão de uma validação prática na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o manuseamento das armas e procedimentos de segurança”.**

R: Analisando as respostas que se obtiveram com a questão nº 2, concluímos que dois dos entrevistados concordam com a adopção do método referido, enquanto os restantes sugerem que o mesmo já esteja contemplado na doutrina reguladora do tiro de manutenção. Os entrevistados nº 2 e nº 4 concordam com a inclusão de uma validação prática desta natureza, enquanto que os entrevistados nº 1 e nº 3 referem tratar-se de uma questão já em prática nas sessões de tiro.

#### 5.4.3.3. Análise de conteúdo à questão nº 3

No **quadro 5.15** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 3 do Grupo III – “Considera pertinente a contemplação na doutrina da Guarda, de estágios relacionados com Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, à semelhança da PSP, com vista à melhor preparação dos militares para responder a situações operacionais de risco elevado?”**.

R: Efectuando uma análise às respostas prestadas à questão nº 3 podemos afirmar que este tipo de prática é valorosa para o efectivo da Guarda.

Todos os entrevistados concordam que é profícua a criação de situações que permitam preparar os militares para melhor reagir a situações de risco elevado, embora nem todos se manifestem concordantes com a adopção de um modelo semelhante ao da PSP como o entrevistado nº 2. O entrevistado nº 1 refere que é uma prática que apesar de valorosa, já é conseguida através dos circuitos práticos constantes das tabelas de tiro. O entrevistado nº 3 concorda com a criação deste tipo de situações, não se manifestando relativamente ao modelo apresentado. O entrevistado nº 4 manifesta-se apenas referindo que será positivo para a Guarda a adopção de sistemas que lhe possam trazer benefício.

#### 5.4.3.4. Análise de conteúdo à questão nº 4

No **quadro 5.16** (Apêndice I) apresenta-se a análise de conteúdo à **questão nº 4 do Grupo III – “Considera valorosa a inclusão de exercícios que envolvam os métodos de simulação de desempenho e *role-playing*, para melhor preparar e avaliar os militares em situações idênticas às reais, que os coloquem sob stress?”**.

R: A análise à questão nº 4 permitiu-nos concluir que os métodos de simulação de desempenho e *role-playing* são da maior importância e valor. Todos os entrevistados corroboram esta afirmação através das suas respostas, referindo os entrevistados nº 2 e nº 4 que se trata de uma questão muito importante, enquanto o entrevistado nº 1 se manifesta da mesma forma, enaltecendo as condições que têm de existir para que tal seja possível. O entrevistado nº 3 considera esta prática como ideal para a formação na Guarda, identificando-a como o futuro que deveria ser o presente da instituição.

### 5.5. CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS

Atendendo às entrevistas realizadas podemos tecer algumas conclusões, com base nas opiniões dos entrevistados.

Relativamente ao **Grupo I**, que se reporta ao panorama da formação de tiro na Guarda Nacional Republicana, com observância nas competências que fornece aos seus militares, concluímos que **a formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares da Guarda façam recurso à arma de fogo**. Duvida-se que essas mesmas competências **sejam mantidas através da formação contínua**, motivada pela falta de

carreiras de tiro com as condições necessárias, falta de condições de apoio como ambulâncias e falta de munições.

Acredita-se que os militares afectos ao serviço territorial **têm capacidade para manusear e operar o armamento com que desempenham serviço em condições de segurança**, e que a manutenção dessas capacidades é conseguida por uma **formação contínua bem conseguida nas Unidades Territoriais**.

Não existe concordância de opinião sobre o facto de **os militares serem preparados para responder aos diferentes graus de ameaça decorrentes das suas funções operacionais, através da formação contínua que lhes é ministrada**.

Atendendo ao **Grupo II**, este reporta-se aos normativos que regulam o tiro de manutenção, a fim de discernir se as suas disposições se encontram inadequadas.

Concluimos **não ser possível, todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto nas Normas de Tiro e Regulamento do Tiro de Manutenção**, por força da falta de carreiras de tiro com as condições necessárias, condições de apoio como ambulâncias, falta de munições e dificuldades de combustível.

As **disposições contidas no nº2 do artigo 12º do Regulamento do Tiro de Manutenção são consideradas inadequadas**, e caso assim prevaleçam, considera-se que **as consequências para o serviço operacional seriam gravosas**, passando pela redução do efectivo que lhe estará afecto. A adopção de **simuladores de tiro** é unanimemente considerada uma **medida de adopção valorosa para o incremento da prática de tiro e consequente redução dos custos que lhe estão associados**. No entanto, considera-se que se trata de uma prática que não substitui as idas à carreira de tiro, visto ter total necessidade de ser complementada com esta última.

Concluimos que **as funções de Oficial de Tiro e Comandante de Destacamento são acumuláveis, embora de difícil coordenação**. A formação garantida por especialistas continua a ser garantida através da figura do **Sargento de Tiro**, que é necessário que se encontre em **exclusividade de funções**.

O facto de os **militares serem escalados para as sessões de tiro durante o horário da patrulha foi considerada uma questão incontornável**, sendo necessária a existência de uma gestão bem conseguida, evitando prejuízo para ambas, por parte dos comandantes de Posto e Destacamento Territorial.

Foi considerado **necessário que os militares se mantenham aptos para reagir em ambientes de fraca visibilidade**, embora a prática de tiro nestas condições seja inviabilizada pela incapacidade das carreiras de tiro suportarem este tipo de prática.

Por fim, concluimos que **os normativos reguladores do tiro de manutenção já se encontram em revisão, sendo que foi considerada a necessidade de serem actualizados e mantidos exequíveis, perante a realidade da Guarda**.

Considerando o **Grupo III**, este concerne à auscultação de boas práticas, que possam trazer contributos à formação na Guarda.

Concluimos que o **teste teórico em uso na PSP se possa tratar de uma mais-valia**, embora seja necessário que os militares tenham consciência que têm de ter presente toda esta parte teórica. O **teste prático realizado na PSP pode ser uma medida a adoptar, embora se trate de um campo já em prática na Guarda**, visto ser uma avaliação efectuada nas sessões em carreira de tiro.

O método referido na questão nº3 é considerado **uma prática valorosa, que pode trazer ao efectivo da Guarda muitos benefícios na sua formação**. Concorde-se que o tipo de situações elencadas nestes métodos, são importantes para serem criadas ao efectivo, embora não se concorde unanimemente com a adopção do modelo da PSP integralmente.

Em última análise, os métodos de **simulação de desempenho e role-playing são considerados da maior importância e valor, sendo vistos como o ideal à formação de tiro**, mas que requerem que sejam criadas as condições necessárias à sua implementação, e delas decorrem custos elevados.

---

## CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 6.1. INTRODUÇÃO

Após a formulação das hipóteses é necessário verificar a veracidade das mesmas. Este será o capítulo reservado à verificação das hipóteses práticas, elaboração de reflexões finais e consequentes recomendações acerca do trabalho, exposição de limitações à investigação e de investigações a desenvolver no futuro.

### 6.2. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS

Partindo de toda a informação recolhida na Parte I deste TIA, foi elaborado um conjunto de perguntas que conduziram a investigação. Deste conjunto de perguntas decorrem algumas hipóteses práticas, que serão validadas, parcialmente validadas ou refutadas, tendo em conta toda a investigação levada a cabo.

Relativamente à **H1 – “A formação de tiro confere as competências mínimas no recurso à arma de fogo, certificando-se que as mesmas são mantidas ao longo da carreira dos militares, através da formação contínua”**, constatámos ter sido **parcialmente validada**, visto todos os entrevistados, em resposta à pergunta 1 do Grupo I, concordarem que a formação inicial confere as competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo. No entanto, em resposta à pergunta 2 do Grupo I, os entrevistados duvidam que as mesmas sejam mantidas através da formação contínua, sendo um facto motivado pela falta de carreiras de tiro, meios logísticos e condições de apoio.

Estas afirmações são no entanto contrapostas com as respostas dos inquiridos no questionário, nomeadamente às questões 7.4 e 8.2. A questão 7.4, que classifica a frequência de instrução relacionada com normativos legais, nos quais se insere o recurso à arma de fogo, apenas obteve 19,3% de respostas que indiciam pouca ou nenhuma frequência de instrução nos destacamentos em causa. Ainda a questão 8.2, que respeita ao conhecimento dos militares relativamente aos aspectos legais que condicionam o recurso à arma de fogo, obteve 71,9% de percentagem concordante, podendo-se verificar que na opinião dos inquiridos, os militares são conhecedores dos mesmos.

Relativamente à **H2 – “A formação contínua de tiro assegura a manutenção das capacidades dos militares para operar e manusear o armamento, com observância nas normas e procedimentos de segurança”**, trata-se de uma hipótese **validada**, sendo que em resposta às perguntas 3 e 4 do Grupo I da Entrevista, todos os entrevistados



concordaram que os militares afectos ao serviço territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança, e que essas capacidades são mantidas através da formação contínua.

A questão 7.2 do questionário, referente à frequência de instrução de normas e procedimentos de segurança nos Destacamentos, obteve apenas 28% de respostas indicativas de baixa frequência de instrução.

A questão 8.3, que respeita ao domínio dos procedimentos de segurança pelos militares obteve 70,2% de respostas concordantes por parte dos inquiridos, enquanto a questão 8.5, que respeita à aptidão para manusear o armamento em condições de segurança obteve 73,7% de respostas concordantes.

Relativamente à **H3 – “As Normas de Tiro da GNR e o Regulamento de Tiro de Manutenção estão adequados às necessidades de formação de tiro do efectivo afecto ao serviço territorial”**, foi **parcialmente validada**, sendo que os entrevistados, em resposta à questão 7 do Grupo II da entrevista, referiram que os normativos reguladores do tiro estão em revisão, visto ter-se verificado necessidade de os actualizar e manter exequíveis.

Atendendo às respostas ao questionário, 43% dos inquiridos concorda que este normativos se encontram adequados às exigências que o serviço operacional coloca aos seus militares, em resposta à questão 8.1.

A questão 9.8 não permite extrair conclusões, devido a média de respostas ter-se aproximado da resposta “Não Concordo Nem Discordo”, numa questão direccionada à necessidade de reformulação dos normativos reguladores do tiro na Guarda.

Relativamente à **H4 – “A prática de tiro de manutenção é operacionalizada dando cumprimento ao disposto nas Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção”**, trata-se de uma hipótese que **foi refutada**. Em resposta à questão nº 1 do Grupo II da entrevista, todos os entrevistados concordaram que não é possível a todas as Unidades Territoriais cumprir o disposto nas Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção.

Pudemos ainda verificar, em resposta às questões 11 e 12 do questionário, que os inquiridos referem como lacunas ou soluções à operacionalização do tiro de manutenção nos Comandos Territoriais, questões relacionadas com a falta de Sargentos e Oficiais de Tiro, tabelas de tiro inadequadas e sessões de tiro com periodicidade incomportável, o que denota incumprimento das NT e RTM na operacionalização do tiro de manutenção.

Relativamente à **H5 – “A formação de tiro na GNR necessita de ser actualizada”**, trata-se de uma hipótese **validada**. As questões 7 do Grupo II, 3 e 4 do Grupo III da entrevista permitem, através das respostas prestadas pelos entrevistados, verificar que a formação de tiro na GNR necessita de ser actualizada. Assim, em resposta à referida questão 7, todos os entrevistados referiram que os normativos reguladores do tiro se encontram em revisão, pois foi considerada necessária a sua actualização e manutenção da sua exequibilidade. Em resposta à referida questão 3, todos os entrevistados consideraram o método exposto como uma prática valorosa, que poderá trazer benefícios ao efectivo da Guarda. Em resposta à

referida questão 4, os entrevistados consideraram os métodos expostos de maior importância e valor para a inovação da formação de tiro.

No que concerne ao questionário, nomeadamente à sua questão 12, os inquiridos referiram, enquanto soluções à optimização do tiro de manutenção nos Comandos Territoriais, questões relacionadas com alterações às tabelas de tiro e à periodicidade das sessões de tiro e utilização de novas tecnologias na prática de tiro, o que denota uma necessidade de se actualizar a formação de tiro.

### 6.3. REFLEXÕES FINAIS

Pode-se agora responder à pergunta de partida: **Em que moldes se concretiza/operacionaliza a prática de tiro no serviço territorial?**

A formação inicial de tiro consegue capacitar os militares da Guarda para fazerem recurso à arma de fogo, mas essas capacidades não são mantidas através da formação de tiro que decorre no serviço territorial, ainda que se considere que os militares se mantenham aptos para manusear e operar o armamento em condições de segurança. Torna-se assim importante que os militares da Guarda se auto-capacitem, tendo sempre presentes as questões que regulam o emprego de meios coercivos e, nomeadamente, o recurso à arma de fogo em acção policial.

Não é possível verificar na totalidade que as NT e o RTM se encontrem, ou não, adequados às exigências que o serviço operacional coloca aos militares da GNR. O que foi possível verificar foi que a prática de tiro nas Unidades Territoriais não é operacionalizada dando cumprimento ao disposto nestes normativos reguladores do tiro na GNR, essencialmente por motivos relacionados com a inadequação de disposições contidas nos mesmos. Os meios logísticos e financeiros foram também relacionados com estas dificuldades de cumprimento, verificando-se que se torna imperativo uma maior disponibilização de verbas e meios para a que a prática de tiro se possa executar cumprindo o disposto nos normativos reguladores do tiro.

De necessária referência é também o prejuízo que decorre para o serviço operacional, aquando da nomeação dos militares para as sessões de tiro. Esta prática é motivada pelo incumprimento de algumas das disposições do RGSGNR e EMGNR, que caso fossem cumpridas, iriam apenas responsabilizar os militares pela sua formação, não prejudicando o serviço operacional da GNR.

Por último, verificou-se que a formação de tiro na Guarda necessita de actualizações, com vista à colmatação de lacunas que o tiro de manutenção tem dificuldade em solucionar.

Em suma, a prática de tiro no serviço territorial operacionaliza-se em moldes precários, com dificuldades de cumprimento dos normativos reguladores de tiro um pouco por todo o dispositivo territorial, motivados por dificuldades logísticas, financeiras e até mesmo por inadequações ao nível normativo. Estas implicações irão derivar numa deficitária formação

contínua, e consequente lacuna de formação nos militares da GNR no que respeita ao recurso à arma de fogo.

#### **6.4. RECOMENDAÇÕES**

A utilização de armas é indispensável ao cumprimento de determinadas missões cometidas à GNR, pelo que é imperativo que os seus militares se mantenham aptos para efectivar o seu recurso e a sua utilização. Deste modo, a prática de tiro deve ser considerada uma prioridade para a instituição, a fim de certificar os seus militares para o porte e utilização de armas de fogo, para que estes possam levar a cabo o cabal cumprimento das missões que estão cometidas à GNR.

Considera-se recomendável a disponibilização de meios logísticos que permitam cumprir o disposto nos normativos que regulam a prática de tiro na GNR, o que implicaria uma maior disponibilização de verbas para a sua aquisição. A referida verba é também necessária para capacitar as infra-estruturas que acolhem a execução de tiro. É também necessária à inovação da formação de tiro, sendo que os métodos que permitem colmatar as lacunas de formação necessitam de uma disponibilização significativa de verbas.

#### **6.5. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO**

Enquanto limitações encontradas ao desenvolvimento da investigação realizada, podemos elencar limitações de dois tipos: o primeiro relacionado com o limite de páginas imposto a este trabalho, que limita a explanação das temáticas necessárias para melhor entendimento da problemática. O segundo relaciona-se com a recolha de opiniões relativas ao inquérito por questionário, que não permitiu que se elaborassem conclusões baseadas nas opiniões de toda a população definida, sendo que nem todos os Senhores Oficiais a que foi solicitada uma resposta ao questionário responderam ao mesmo.

#### **6.6. INVESTIGAÇÕES FUTURAS**

Atendendo à pertinência e actualidade do tema, seria interessante realizarem-se estudos que compilassem os meios logísticos que se encontram em falta no dispositivo e a estimativa da verba necessária à sua aquisição.

Considera-se também pertinente a dedicação a investigações relacionadas com as Carreiras de Tiro existentes, elaborando propostas de modificação e estudando ainda o modelo ideal deste tipo de infra-estrutura, que permitisse a satisfação das necessidades da GNR no cumprimento as sessões de tiro que as NT e RTM prevêm.

---

## BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar (2008), *Orientações para redacção de trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.
- Assembleia da Republica (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto.
- Assembleia da Republica (2007). Lei n.º 63/07 de 06 de Novembro. *Diário da Republica*, 1ª Série, nº 213, pp. 8043 – 8051.
- Assembleia da Republica (2008). Lei n.º 53/08 de 29 de Agosto. *Diário da Republica*, 1ª Série, nº 167, pp. 6135 – 6141.
- Barañano, Ana M. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Comando de Doutrina e Formação (2010). Directiva nº 05/2010/CDF. *Guarda Nacional Republicana*.
- Correia, Carlos (2006). Recurso a arma de fogo, *Dissertação Final da Licenciatura em Ciências Policiais*. Lisboa: ISCPSI.
- Direcção Nacional da Policia de Segurança Pública (2009). Plano de Formação de tiro da PSP e anexos. *Polícia de Segurança Pública*.
- Escola da Guarda (2010). Relatório 13/10 – Sistemas e Pistolas de Treino para Instrução. *Guarda Nacional Republicana*.
- Fernandes, Pedro S. M. (2010). O Recurso à Arma de Fogo Pelos Militares da Guarda Nacional Republicana. *Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Guarda Nacional Republicana (2008). Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção. *Comando Geral*.
- Guarda Nacional Republicana (2009). Despacho nº 53/09. *Ordem à Guarda*, 1ª Série, nº 5. - Comandos Territoriais.
- Guarda Nacional Republicana (2010). Despacho nº 4501/2010. *Diário da República*, 2ª Série, nº 51.
- Guarda Nacional Republicana (2010). Despacho nº13-A/10. *Ordem à Guarda*, 1ª Série, nº 10.
- Guarda Nacional Republicana (2010). *Regulamento do Curso de Formação de Guardas 2010/2011*. *Guarda Nacional Republicana*.
- Guarda Nacional Republicana (2011). Estudo do Despacho do MAI. *Guarda Nacional Republicana*.
- Guerra, Isabel (2008). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipe Editora, Lda..
- Inspecção Geral da Administração Interna (1998). Controlo Externo da Actividade Policial. Lisboa: *Ministério da Administração Interna*.
- Lusa (2011, Maio 30). Monchique: Militar da GNR morto por disparo accidental da arma de serviço. *Expresso*. Consult. 6 de Junho de 2011, disponível em <http://aeiou.expresso.pt/monchique-militar-da-gnr-morto-por-disparo-acidental-da-arma-de-servico=f652206>.
- Ministério da Administração Interna (1999). Decreto-Lei n.º 457/99, de 05 de Novembro. *Diário da República*, 1ª Série – A, nº 258.
- Ministério da Administração Interna (2009). Decreto-Lei n.º 297/09 de 14 de Outubro. *Diário da República*, 1ª Série, nº 199, pp. 7662 - 7700.

- Ministério da Administração Interna (2009). Relatório Anual de Segurança Interna. Lisboa: *Ministério da Administração Interna*.
- Ministério da Administração Interna (2010). Relatório Anual de Segurança Interna. Lisboa: *Ministério da Administração Interna*.
- Moreira, Manuel A. S. (2009). A Instrução e Execução de Tiro: Modelos de Formação, *Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Nogueira, Maria J. R. L. (2003). O Uso de Armas de Fogo pelos Agentes Policiais: Alguns Aspectos. Lisboa: Inspeção Geral da Administração Interna.
- Pinheiro, Luís P. (2008). A Formação na GNR – Aplicação de Critérios de Eficácia. *Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.
- Presidência do Conselho de Ministros (1991). Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de Novembro. *Diário da República*, 1ª Série – A, nº 263, pp. 5852 – 5871.
- Presidência do Conselho de Ministros (2002). Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2002, de 7 de Fevereiro de 2002. *Diário da República*, Série 1-B, nº 50.
- Quivy, R., & V. Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, Manuela (2008), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Valente, Manuel M. G. (2009). *Teoria Geral do Direito Policial* (2ª edição). Coimbra: Almedina.

## ANEXOS

### ANEXO A – SUMÁRIO DO RELATÓRIO DE USO DE ARMAS DE FOGO EM ACÇÃO POLICIAL (RAFAP)

<u>Motivo dos Disparos</u>	<u>Disparos</u>	<u>Fer/Mor</u>	<u>Danos</u>
Veiculo furtado	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Resposta a fogo dos suspeitos	Suspeitos	Morto	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Suspeito	Não	Não
Resposta a fogo dos suspeitos	Viatura	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Pneu	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Viatura do suspeito
Detenção de suspeitos	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Viatura	Não	Não
Veiculo furtado	Ar/Pneus	Não	Não
Dispersão de multidão	Chão	Não	Não
Resposta ao fogo do ADV	Adversário	Não	Viatura da GNR
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Detenção de suspeitos	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Viatura	Não	Viatura do suspeito
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Remoção de canídeo raça perigosa	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Viatura	Não	Viatura do suspeito
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Desacatos entre 3 indivíduos	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não

## Anexos

Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Viatura	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/ Pneus	Não	Não sabe
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Pneus	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/ Pneus	Sim	Viatura do suspeito
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Detenção de suspeito	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Mandato de Detenção	Ar	Não	Não
Mandado de Detenção	Ar	Não	Não
Agressão a Militar	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Viatura do suspeito
Perseguição de suspeito em fuga		Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Detenção de suspeito	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Direcção Suspeito.	Não	Não
Dispersão de multidão	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Detenção de suspeito	Ar	Não	Não
Disparo acidental no depósito da moto	Moto	Não	Depósito da Moto do militar
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Viatura do suspeito
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Evadidos Estabelecimento Prisional	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneu	Não	Viatura do suspeito
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Fiscalização ao veículo	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Suspeito	Não	Viatura da GNR
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Não
Abate Animal	Animal	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Viatura	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Detenção de suspeito	Ar	Não	Não
Detenção de suspeito armado	Ar	Não	Não
Dispersão de multidão	Ar	Não	Não

## Anexos

Por termo a uma rixa entre dois grupos	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar/Pneus	Não	Viatura do suspeito
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Tentativa de Agressão a Militar	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Condução Perigosa	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Disparo acidental no próprio Pé	Pé	Ferido	Bota do pé direito
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Abate Animal	Animal	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Disparo acidental no Posto	Posto GNR	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Pneu/Ar	Não	Não
Detenção de suspeitos	Viatura	Não	Viatura dos suspeitos
Veículo furtado	Suspeito	Ferido	Suspeito. Atingido na mão
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Detenção de suspeitos	Ar	Não	Não
Fiscalização de caça	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Abordagem a suspeitos	Acidental	Sim	Vidro do carro
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Ataque de Cão raça PitBull	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Solo	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Disparo de intimidação	Ar	Não	Não
Dispersão de multidão	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Mandado de Detenção	Ar	Não	Não
Disparo acidental no Posto	Posto GNR	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Suspeito	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Apontou a Arma ao Militar	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Veículo em Fuga	Ar/Pneu	Não	Viatura do suspeito
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de viatura (manobras perigosas)	Ar	Não	Não
Abate Animal	Animal	Sim	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não
Perseguição de suspeito em fuga	Ar	Não	Não



---

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – GUIÃO DA ENTREVISTA**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Segurança  
(GNR)**

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

### **PRÁTICA DO TIRO NO SERVIÇO TERRITORIAL:**

### **CONTRIBUTOS PARA UM NOVO MODELO**

**ALUNO: ASP GNR INF João Francisco S. L. M. Cordeiro**  
**ORIENTADOR: CAP GNR INF João Miguel Almeida Madaleno**

**Queluz, Agosto de 2011**

## CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “A Prática de Tiro no Serviço Territorial: Contributo para um novo Modelo”. Este trabalho tem como objectivo estudar o modelo em vigor respeitante ao Tiro de Manutenção, comparando-o com outros, visando possibilitar a prestação de contributos ao mesmo.

O objectivo da Entrevista é recolher dados relativos à possibilidade do actual modelo conter algumas lacunas, auscultando a necessidade de lhe efectuar alterações e actualizações.

O guião que se apresenta tem como finalidade, através da experiência e opinião de cada Oficial, estabelecer um fio condutor para os aspectos a abordar durante o mesmo.

De forma a recolher dados pertinentes para este estudo, solicita-se ao entrevistado que, antes de iniciar a entrevista, proceda à sua identificação, faça um breve resumo do seu percurso bem como experiência profissional.

Neste sentido, consideramos o seu contributo fundamental para o sucesso desta investigação pois irá, decerto, enriquecê-la e valorizá-la, com base nos seus conhecimentos e experiência na temática de investigação.

Assim sendo, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> permissão para o entrevistar, de forma a contribuir significativamente para o enriquecimento deste trabalho. Caso V. Ex.<sup>a</sup> assim o entenda, ser-lhe-á colocada à disposição a transcrição da entrevista bem como os dados resultantes da sua análise, antes da exposição pública do trabalho.

Grato pela colaboração e muito respeitosamente,

Marques Cordeiro

ASP GNR/INF

## GUIÃO DE ENTREVISTA

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar sobre a mesma?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### Caracterização do entrevistado(a)

*Vou começar por pedir-lhe que enuncie alguns traços de caracterização socioprofissional.*

1. Diga-me, por favor, a sua idade.
2. Peço-lhe que me descreva, sinteticamente, o seu percurso profissional, fazendo referência às funções desempenhadas ao nível do tiro.

### I. Grupo – Dos aspectos gerais da formação de tiro

*Com as perguntas seguintes pretende-se discernir qual o panorama da formação de tiro na Guarda Nacional Republicana, com observância nas competências que fornece aos seus militares. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

1. A formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo?
2. Tendo respondido afirmativamente, são as mesmas mantidas através da formação contínua? Justifique.
3. Considera que os militares afectos ao Serviço Territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança?
4. Tendo respondido afirmativamente, a manutenção dessas capacidades decorre de uma boa formação contínua, versando sobre as matérias de armamento e tiro nas Unidades Territoriais?
5. Considera que a formação nos Destacamentos Territoriais prepara os militares para responder adequadamente aos diferentes graus de ameaça, decorrentes das suas funções operacionais? Justifique.

## **II. Grupo – Das Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção**

*Este grupo de questões pretende reportar-se às normas reguladoras do tiro, nomeadamente o tiro de manutenção, procurando discernir quais das suas disposições possam encontrar-se inadequadas. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

1. Na sua óptica, é possível todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto pelas NT e RTM?
2. Que solução utilizar, na sua opinião, relativamente às disposições contidas no nº2 do artigo 12º, do RTM, cuja aplicação foi suspensa, após análise da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro da GNR?
3. Quais as consequências que, no seu ponto de vista, podem decorrer para o serviço operacional, caso esta disposição prevaleça?
4. Considera viável a limitação da deslocação à CTir a uma vez por ano, a fim de realizar a validação, restringindo-se a restante prática a simuladores de tiro? Considera os simuladores de tiro um meio viável para a preparação dos militares para executar tiro?
5. Verifica serem acumuláveis as funções de Oficial de Tiro e as de Comandante de Destacamento Territorial? Este facto, se constatado nas Unidades Territoriais, aproxima-se da “formação garantida por especialistas” que se procura com a Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, assegurando o Sargento de Tiro essa formação?
6. Ao serem escalados para as sessões de tiro durante o horário de patrulha, os militares descurem, inevitavelmente, uma destas duas funções que desempenham. Parece-lhe que esta prática é viável? Que soluções lhe encontra?
7. Na sua opinião, dado a formação relativa à componente de tiro nocturno extinguir-se, para a classe de Guardas, no Curso de Formação de Guardas, seria valoroso manter essa instrução e execução de tiro em ambiente de visibilidade reduzida, durante a formação contínua dos militares? Justifique.
8. Na sua opinião, as Normas de Tiro da GNR e o Regulamento de Tiro de Manutenção, necessitam de ser revistos? Quais as disposições que considera mais inadequadas, além das abordadas nas perguntas anteriores?

## **III. Grupo – Dos contributos para um novo modelo**

*Para terminar, vou pedir-lhe uma apreciação a alguns métodos utilizados por outras forças de segurança, por fim a discernir se se tratam de boas práticas, que possam trazer contributos à formação na Guarda Nacional Republicana. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

1. Parece-lhe pertinente a inclusão de uma validação teórica na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o uso de meios coercivos e recurso à arma de fogo?
2. Concorde com a inclusão de uma validação prática na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o manuseamento das armas e procedimentos de segurança?
3. Considera pertinente a contemplação na doutrina da Guarda, de estágios relacionados com Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, à semelhança da PSP, com vista à melhor preparação dos militares para responder a situações operacionais de risco elevado?
4. Considera valorosa a inclusão de exercícios que envolvam os métodos de simulação de desempenho e *role-playing*, utilizando por exemplo as munições *Simunition*, para melhor preparar e avaliar os militares em situações idênticas às reais, que os coloquem sob stress?

Agradecimentos finais.

## **APÊNDICE B – ENTREVISTA AO SR. TENENTE-CORONEL FARIA – CHEFE DE GABINETE DO COMANDO OPERACIONAL**

### **Caracterização do entrevistado(a)**

*Vou começar por pedir-lhe que enuncie alguns traços de caracterização socioprofissional.*

**1. Diga-me, por favor, a sua idade.**

R: 46 anos.

**2. Peço-lhe que me descreva, sinteticamente, o seu percurso profissional, fazendo referência às funções desempenhadas ao nível do tiro.**

R: Entrei para a Guarda-fiscal em 1987, fiz dois anos de Curso, e em 1989 entrei para o Quadro Permanente, tendo ficado colocado no Centro de Instrução da Guarda Fiscal, onde estive colocado até 1999.

No Exército fui oficial de tiro e director das Carreiras de Tiro da EPI, onde iniciei de forma incipiente, a prática de tiro desportivo.

Entretanto houve a integração na GNR em 1993, tendo ficado na EPG. Comecei por ser instrutor de cadeiras na área da legislação fiscal e na área do tiro. Fui oficial de tiro e instrutor de tiro e também responsável pelas equipas de tiro da Guarda-fiscal. Fui na EPG oficial de Tiro, instrutor de tiro, e responsável pelo tiro desportivo na GNR. Fui ainda director do núcleo de tiro e responsável pela construção da carreira de tiro que lá se encontra, tendo sido eu que planeei e dirigi a construção da mesma. Faço parte das Comissões Técnicas de Tiro desde que elas foram criadas, em 1993 ou 1994.

Em 1999 saí da EPG, vim para o Comando Geral para a repartição de RP e protocolo onde estive 3 anos como adjunto do chefe da repartição, saí para o Gabinete de Psicologia que chefei durante 3 anos. Fui colocado na BT a meu pedido, onde estive 3 anos como oficial de operações e chefe da secção de operações e informações. Dando-se a extinção da BT, acompanhei o General Comandante da BT para o Comando Operacional, visto o Sr. General Meireles de Carvalho ter sido nomeado Comandante Operacional, tendo sido seu chefe de Gabinete. Continuei como seu chefe de gabinete até agora, tendo sido exonerado, para ir desempenhar funções para o quartel da EUROGENFOR em Itália.

No que respeita ao Tiro, fui oficial de tiro e instrutor de tiro, fiz vários cursos no âmbito do tiro policial e tiro desportivo. Faço tiro desportivo federado desde 1990,

sou mestre atirador em todas as modalidades de pistola excepto pistola livre. Fui várias vezes campeão distrital e nacional em todas as modalidades de pistola. Fui campeão das forças armadas, acumulando ainda outras medalhas de 2º e 3º lugar. Tenho algumas participações internacionais em taças do mundo e da Europa, e nos jogos mundiais militares estive 3 vezes. Relativamente ao tiro de instrução, fui membro da comissão técnica de tiro, fui responsável pela elaboração de alguns manuais de tiro, e pela implementação da metodologia que é utilizada pela Guarda em termos de tiro de Instrução.

## **I. Grupo – Dos aspectos gerais da formação de tiro**

*Com as perguntas seguintes pretende-se discernir qual o panorama da formação de tiro na Guarda Nacional Republicana, com observância nas competências que fornece aos seus militares. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

### **1. A formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo?**

R: Sim.

### **2. Tendo respondido afirmativamente, são as mesmas mantidas através da formação contínua? Justifique.**

R: Tenho algumas dúvidas. Daquilo que conheço, em algumas Unidades sei que se consegue manter um bom nível e que os militares se vão conseguindo manter aptos para utilizar as armas que lhes são distribuídas, mas sei que noutros locais não acontece, tendo consciência que actualmente a instrução de manutenção de tiro se eficaz a nível geral, na Guarda.

### **3. Considera que os militares afectos ao Serviço Territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança?**

R: De uma forma geral, sim, no entanto, reconheço que há lacunas e dificuldades, e certamente haverá unidades cujos militares não o consigam fazer.

### **4. Tendo respondido afirmativamente, a manutenção dessas capacidades decorre de uma boa formação contínua, versando sobre as matérias de armamento e tiro nas Unidades Territoriais?**

R: Sim, o Tiro de Manutenção é fundamental, sendo assim importante que a instrução de manutenção seja regular.

- 5. Considera que a formação nos Destacamentos Territoriais prepara os militares para responder adequadamente aos diferentes graus de ameaça, decorrentes das suas funções operacionais? Justifique.**

R: O programa de tiro de manutenção que existe é concebido para dotar os militares do mínimo de treino que lhes possibilite utilizar as armas em condições de segurança e com eficácia, se for cumprido. Se não for, não se garante que os militares consigam manter essas capacidades para toda a vida, é necessário cumprir os mínimos, e os mínimos são os estabelecidos na Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção.

## **II. Grupo – Das Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção**

*Este grupo de questões pretende reporta-se às normas reguladoras do tiro, nomeadamente o tiro de manutenção, procurando discernir quais das suas disposições possam encontrar-se inadequadas. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

- 1. Na sua óptica, é possível todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto pelas NT e RTM?**

R: As Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção estão concebidos praticamente para níveis mínimos aceitáveis. É preciso ter consciência de que não há capacidade para que toda a gente consiga ir muitas vezes por ano à Carreira de Tiro. As Normas de Tiro estão concebidas para que de uma forma eficaz, se possibilite aos militares manterem essas capacidades. Têm de ser cumpridas, cumprindo os critérios que ali estão estabelecidos. Eu afirmo, se as Unidades cumprirem o disposto nas NT e RTM, os militares serão capazes de usar as armas. Se não conseguirem, poderão ou não estar. Se elas conseguem ou não? Como disse, algumas conseguem, outras não, há falta de efectivos, falta de Carreiras de Tiro, e dificuldade em articular o tiro de forma a que toda a gente consiga fazer tiro com a regularidade que é necessária.

- 2. Que solução utilizar, na sua opinião, relativamente às disposições contidas no nº2 do artigo 12º do RTM, cuja aplicação foi suspensa, após análise da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro da GNR? Quais as consequências que, no seu ponto de vista, podem decorrer para o serviço operacional, caso esta disposição prevaleça?**



R: Houve uma avaliação feita a essa norma, em que se tomou consciência que era difícil de uma forma uniforme, as pessoas cumprirem com a obrigatoriedade de efectuar as tabelas, apesar de se considerarem mínimas. Visto que não se estava a cumprir, optou-se pela suspensão, visto a sua não suspensão iria causar graves problemas operacionais.

Quanto a consequências, voltamos no fundo ao que sempre tivemos na Guarda, dificilmente em todas as Unidades houve um cumprimento a 100% do tiro de manutenção, digamos que as consequências serão haver militares que não executam o mínimo, não tendo as perícias necessárias, mas isso é o que sempre aconteceu na Guarda. Nunca houve capacidade para dar cumprimento ao estipulado nas Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção.

**3. Considera viável a limitação da deslocação à CTir a uma vez por ano, a fim de realizar a validação, restringindo-se a restante prática a simuladores de tiro? Considera os simuladores de tiro um meio viável para a preparação dos militares para executar tiro?**

R: Considero a utilização de simuladores de tiro ou outro equipamento que permita simular o tiro real é bom, até o tiro em seco é bom. Os simuladores de tiro são excelentes meios para incrementar a prática de tiro. Naturalmente, depois é preciso complementar essa prática com o tiro real. Se a Guarda conseguir a breve trecho adquirir esses materiais, pode ser uma grande ajuda a preparar os militares para fazerem tiro.

**4. Verifica serem acumuláveis as funções de Oficial de Tiro e as de Comandante de Destacamento Territorial? Este facto, se constatado nas Unidades Territoriais, aproxima-se da “formação garantida por especialistas” que se procura com a Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, assegurando o Sargento de Tiro essa formação?**

R: Sim, actualmente como estão repartidas as responsabilidades da instrução de tiro, não é incompatível que o Oficial de Tiro desempenhe outras funções. De alguns anos a esta parte, o que se tem tentado fazer é dotar os Comandos Territoriais de Sargentos de Tiro, esses sim em exclusividade de funções, sendo a essa figura do Sargento de Tiro a que deve estar associada a função de planear e conduzir as sessões de tiro. O Oficial de tiro é um supervisor. Julgo que não é incompatível, ainda que nos Comandos Territoriais, existam alternativas para Oficial de Tiro para além do Comandante de Destacamento. E sim, o Sargento de tiro assegura a formação garantida por especialistas.

- 5. Ao serem escalados para as sessões de tiro durante o horário de patrulha, os militares descaram, inevitavelmente, uma destas duas funções que desempenham. Parece-lhe que esta prática é viável? Que soluções lhe encontra?**

R: Penso que não podemos falar em descurar, quando o militar é nomeado para a carreira de tiro, o seu serviço é esse mesmo, o que acontece é que para estar na carreira de tiro não pode estar de patrulha. Os Destacamentos e os Postos é que têm de conciliar se é possível ou não, durante a patrulha, ir à carreira de tiro.

- 6. Na sua opinião, dado a formação relativa à componente de tiro nocturno extinguir-se, para a classe de Guardas, após o Curso de Formação de Guardas, seria valoroso manter essa instrução e execução de tiro em ambiente de visibilidade reduzida, durante a formação contínua dos militares? Justifique.**

R: Não me parece viável dado o reduzido tempo disponível e a falta de meios específicos necessários a este tipo de instrução.

- 7. Na sua opinião, as Normas de Tiro da GNR e o Regulamento de Tiro de Manutenção, necessitam de ser revistos? Quais as disposições que considera mais inadequadas, além das abordadas nas perguntas anteriores?**

R: Penso que não devem ser estáticos, devem ir-se adaptando às realidades. Como tal, certamente que necessitam, e estão a ser revistas, tendo em vista adequá-las à realidade da Guarda, procurando encontrar-se parâmetros mínimos que se adequem ao mínimo de exigência para que os militares possam utilizar as suas armas em condições de segurança.

### **III. Grupo – Dos contributos para um novo modelo**

*Para terminar, vou pedir-lhe uma apreciação a alguns métodos utilizados por outras forças de segurança, por fim a discernir se se tratam de boas práticas, que possam trazer contributos à formação na Guarda Nacional Republicana. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

- 1. Parece-lhe pertinente a inclusão de uma validação teórica na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o uso de meios coercivos e recurso à arma de fogo?**

R: Eu penso que em termos de avaliação não acrescentará muito. A formação é dada quando os militares entram para a Guarda, é complementado no dispositivo durante a instrução existente. Não me parece que seja necessário colocá-los sobre

avaliação em tudo o que têm de ter presente. É preciso que eles estejam cientes de quais são as suas obrigações, e isso, têm obrigação de estar.

**2. Concorda com a inclusão de uma validação prática na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o manuseamento das armas e procedimentos de segurança?**

R: Essa questão faz parte das Normas de Tiro, faz parte da avaliação do tiro. Existem cláusulas nas tabelas de tiro, que desclassificam o elemento que tenha falhas nos procedimentos de segurança. Existem ainda cláusulas que exigem que em todas as sessões de tiro sejam dadas instruções de segurança com as armas de fogo.

**3. Considera pertinente a contemplação na doutrina da Guarda, de estágios relacionados com Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, à semelhança da PSP, com vista à melhor preparação dos militares para responder a situações operacionais de risco elevado?**

R: Eu penso que, tudo o que possa melhorar o desempenho dos militares é bom. A introdução de conteúdos que visa as intervenções tático-policiais já se faz, nomeadamente com a realização de circuitos práticos nas tabelas de tiro de manutenção.

**4. Considera valorosa a inclusão de exercícios que envolvam os métodos de simulação de desempenho e *role-playing*, utilizando por exemplo as munições *Simunition*, para melhor preparar e avaliar os militares em situações idênticas às reais, que os coloquem sob stress?**

R: Sem dúvida, é preciso é que se consigam condições para o fazer. Mas se for possível, quer em regularidade, variedade, em aproximação às situações reais. É preciso é que hajam condições para isso.

## **APÊNDICE C – ENTREVISTA AO SR. TENENTE-CORONEL NORTADAS – SECÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL)**

### **Caracterização do entrevistado(a)**

*Vou começar por pedir-lhe que enuncie alguns traços de caracterização socioprofissional.*

#### **1. Diga-me, por favor, a sua idade.**

R: 44 Anos.

#### **2. Peço-lhe que me descreva, sinteticamente, o seu percurso profissional, fazendo referência às funções desempenhadas ao nível do tiro.**

R: Ingresso na Guarda em 1991, em 1993 colocado na EG na Companhia Cinotécnica onde fiz serviço durante quase 10 anos. Durante aproximadamente 4 anos nas funções de Director do Núcleo de Tiro da GNR e Oficial de Tiro. Após a promoção a major, colocado por escolha no Gabinete Coordenador para a Cooperação e Relações Internacionais (GCCRI) dependente directamente do General Comandante Geral. Em Fevereiro de 2010 colocado no Comando Territorial de Setúbal, por oferecimento.

Comecei por pertencer à equipa de tiro da GNR, na modalidade de IPSC (Tiro Dinâmico), em 1995/6, continuo a ser praticante com alguns anos de interregno, agora por um clube civil. Durante aproximadamente 4 anos nas funções de Director do Núcleo de Tiro da GNR e Oficial de Tiro. Durante esse período, participei na elaboração de normas e regulamentos de tiro, actualizei ministrei cursos de tiro (instrutor de tiro, e restantes cursos de promoção e especialidade), entre outras actividades relacionadas com o tiro na Guarda. Actualmente, ainda faço parte da comissão técnica que procede à actualização das normas e regulamentos de tiro da GNR.

### **I. Grupo – Dos aspectos gerais da formação de tiro**

*Com as perguntas seguintes pretende-se discernir qual o panorama da formação de tiro na Guarda Nacional Republicana, com observância nas competências que fornece aos seus militares. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

**1. A formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo?**

R: Sim.

**2. Tendo respondido afirmativamente, são as mesmas mantidas através da formação contínua? Justifique.**

R: Se fosse cumprido na íntegra o determinado nas Normas e Regulamentos, sim. Neste caso o problema é o incumprimento do determinado no plano anual do tiro de manutenção.

**3. Considera que os militares de um Destacamento Territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança?**

R: Como se costuma dizer, “não existem armas perigosas, existem pessoas perigosas a manusear armas”, desta forma, considero que desde que qualquer militar tenha a consciência e cumpra sempre o que está determinado como regras/operações de segurança no manuseamento de armas, qualquer Destacamento Territorial tem capacidade.

**4. Tendo respondido afirmativamente, a manutenção dessas capacidades decorre de uma boa formação contínua, versando sobre as matérias de armamento e tiro nas Unidades Territoriais?**

R: Também é importante relembrar periodicamente as regras/operações de segurança, no entanto, trata-se de matérias que os militares têm a obrigação de cumprir e saber na perfeição. A pura das verdades é que o militar deverá estar tão familiarizado com as mesmas que sempre que recebe a arma para entrar de serviço e quando a entrega, deverá executá-las.

**5. Considera que a formação nos Destacamentos Territoriais prepara os militares para responder adequadamente aos diferentes graus de ameaça, decorrentes das suas funções operacionais? Justifique.**

R: Não. Actualmente a falta de efectivo não permite com regularidade o desvio de militares do serviço operacional para receber instrução. A utilização da arma de fogo, por mais que se tente criar situações que possam justificar o seu uso, é impossível fazê-lo, o guarda deverá é ser conhecedor dos limites impostos pela Lei. Quando ao seu uso, cabe a cada um ponderar e decidir perante cada situação se justifica ou não o seu uso. Da mesma forma como as consequências do seu uso injustificado é da responsabilidade do próprio, a decisão de usar ou não é exclusivamente pessoal.

## **II. Grupo – Das Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção**

*Este grupo de questões pretende reporta-se às normas reguladoras do tiro, nomeadamente o tiro de manutenção, procurando discernir quais das suas disposições possam encontrar-se inadequadas. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

### **1. Na sua óptica, é possível todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto pelas NT e RTM?**

R: Sim, com prejuízo para o serviço operacional e desde que sejam fornecidas as munições e restantes materiais necessários para o seu cumprimento.

### **2. Que solução utilizar, na sua opinião, relativamente às disposições contidas no nº2 do artigo 12º do RTM, cuja aplicação foi suspensa pela Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro da GNR? Quais as consequências que, no seu ponto de vista, podem decorrer para o serviço operacional, caso esta disposição prevaleça?**

R: Em 1º lugar não terá sido a Comissão que suspendeu o cumprimento do estipulado, mas sim o Comando, pelo facto que muitas Unidades não cumpriram o Plano Anual de Tiro e também pelo facto que o cumprimento dessas normas traria consequências directas no serviço operacional.

É minha opinião que se for cumprido o Plano Anual na íntegra e que exista instrutores de tiro (sargentos) em regime de exclusividade e com conhecimentos, dedicação e capacidade para tal, as consequências para o serviço operacional seriam mínimas no que diz respeito à incapacidade de alguns militares, no entanto seriam bastante benéficas na capacitação dos restantes militares.

### **3. Considera viável a limitação da deslocação à CTir a uma vez por ano, a fim de realizar a validação, restringindo-se a restante prática a simuladores de tiro? Considera os simuladores de tiro um meio viável para a preparação dos militares para executar tiro?**

R: Não. Julgo que a introdução de simuladores de tiro seria bastante benéfica no que concerne à redução de custos e possibilidade dos militares poderem praticar mais, no entanto, salvo melhor opinião, a periodicidade de ir à carreira de tiro duas vezes por ano (uma vez por semestre) seria o mínimo ideal no que concerne à realização de tiro real.

### **4. Verifica serem acumuláveis as funções de Oficial de Tiro e as de Comandante de Destacamento Territorial? Este facto, se constatado nas Unidades Territoriais, aproxima-se da “formação garantida por especialistas” que se procura com a**

**Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, assegurando o Sargento de Tiro essa formação?**

R: Julgo serem incompatíveis, ambas as funções, apesar do Comandante de Destacamento poder estar habilitado e por vezes acompanhar os seus militares. O regime de exclusividade para a instrução do tiro é fundamental.

**5. Ao serem escalados para as sessões de tiro durante o horário de patrulha, os militares descuram, inevitavelmente, uma destas duas funções que desempenham. Parece-lhe que esta prática é viável? Que soluções lhe encontra?**

R: Tal como já anteriormente referido, a falta de efectivo, obriga a essas situações. Actualmente é praticamente impossível escalar militares para a instrução, pois irão falta para efectuar o serviço de patrulha.

**6. Na sua opinião, dado a formação relativa à componente de tiro nocturno extinguir-se, para a classe de Guardas, após o Curso de Formação de Guardas, seria valoroso manter essa instrução e execução de tiro em ambiente de visibilidade reduzida, durante a formação contínua dos militares? Justifique.**

R: Julgo que será muito importante ministrar instrução em ambientes de fraca luminosidade durante o Curso de Formação de Guardas, pois são eles que começam logo expostos a essas situações. O uso da lanterna e saber usá-la deveria ser algo que deveria ser desde logo ministrado. Também é verdade que será muito mais fácil levar uma turma de alistados a efectuarem tiro em ambiente nocturno (mesmo que simulado), uma vez que nos Comandos Territoriais essa capacidade não existe, nem ser permitido na grande maioria das carreiras de tiro que a Guarda utiliza efectuar tiro à noite.

**7. Na sua opinião, as Normas de Tiro da GNR e o Regulamento de Tiro de Manutenção, necessitam de ser revistos? Quais as disposições que considera mais inadequadas, além das abordadas nas perguntas anteriores?**

R: Considero que pode-se sempre melhorar, no entanto, actualmente trata-se mais de adaptar à presente realidade. Para mim o importante é criar algo que seja verdadeiramente exequível, e não mais Normas e Regulamentos que depois não sejam cumpridos.

### III. Grupo – Dos contributos para um novo modelo

*Para terminar, vou pedir-lhe uma apreciação a alguns métodos utilizados por outras forças de segurança, por fim a discernir se se tratam de boas práticas, que possam trazer contributos à formação na Guarda Nacional Republicana. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

**1. Parece-lhe pertinente a inclusão de uma validação teórica na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o uso de meios coercivos e recurso à arma de fogo?**

R: Julgo que esse tipo de instrução é sempre uma mais-valia para todos, mas parece-me que se trata mais de uma questão legal ou de procedimentos policiais (Táctica das Forças de Segurança) do que pratica de tiro.

**2. Concorde com a inclusão de uma validação prática na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o manuseamento das armas e procedimentos de segurança?**

R: Sim. De resto antes da PSP introduzir isso, já a Guarda queria fazê-la, através dos artigos anteriormente mencionados que estão suspensos.

**3. Considera pertinente a contemplação na doutrina da Guarda, de estágios relacionados com Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, à semelhança da PSP, com vista à melhor preparação dos militares para responder a situações operacionais de risco elevado?**

R: Sim, considero muito importante.

**4. Considera valorosa a inclusão de exercícios que envolvam os métodos de simulação de desempenho e *role-playing*, utilizando por exemplo as munições *Simunition*, para melhor preparar e avaliar os militares em situações idênticas às reais, que os coloquem sob stress?**

R: Sim, considero muito importante.



## **APÊNDICE D - ENTREVISTA: SR. MAJOR VIEIRA – NÚCLEO DE ARMAMENTO E TIRO (ESCOLA DA GUARDA)**

Antes de se iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar sobre a mesma?

Coloca alguma objecção ao facto de esta Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

### **Caracterização do entrevistado(a)**

*Vou começar por pedir-lhe que enuncie alguns traços de caracterização socioprofissional.*

**1. Diga-me, por favor, a sua idade.**

R: Tenho actualmente 40 anos.

**2. Peço-lhe que me descreva, sinteticamente, o seu percurso profissional, fazendo referência às funções desempenhadas ao nível do tiro.**

R: Focando-me só no meu percurso profissional na GNR, entrei para o sétimo curso de formação de oficiais da Guarda-fiscal em 1992, entretanto dá-se a extinção da Guarda-fiscal, e o meu segundo ano de curso é feito já na GNR, aqui na Escola da Guarda, o primeiro ano foi feito em Águeda, porque assim fora estipulado, e o segundo na Escola Prática em Queluz, no 10º Curso de Formação de Oficiais da GNR. Uma vez acabado o curso em 1994, fiquei colocado na Escola Prática por escolha, sendo-me atribuída a função de adjunto do Oficial de Tiro, e a partir daí, após cerca de um ano, assumi funções de Oficial de Tiro da unidade, tendo aí ficado até 1999, ano em que fui transferido desta unidade, após conclusão do Curso de Promoção a Capitão, sendo colocado na Brigada Territorial Nº3, onde fui comandar o Destacamento Territorial de Ponte de Sôr durante quatro anos. Regressei à Escola, para fazer o CAA e o CPOS, mas tendo vindo um ano mais cedo do que o previsto, fui colocado na Escola e transferido para Portalegre, onde comande a 2ª Companhia de Instrução do alistamento 2003/2004.

Em 2004 regressei à Escola, onde leccionei matérias de legislação policial, aproveitando a minha experiência no terreno, táctica, para além de ser comandante

da CCS durante mais de um ano. Entretanto frequentei o CAA e o CPOS no ano seguinte.

Em Outubro de 2006 integrei uma missão das Nações Unidas (UNMIT), tendo estado um ano em Timor-Leste, onde organizei as equipas de entrevista aos elementos da Polícia Nacional de Timor-Leste, que tinha sido extinta, de forma a integrar novamente estes elementos, leccionei na Academia da Polícia Nacional de Timor-Leste sobre Direitos Humanos, Uso da Força e Armamento. Findo este período, fui escolhido para ser assessor do Ministro do Interior, funções que desempenhei até Outubro de 2007, altura em que regressei a Portugal.

Quando cheguei a esta unidade, foi-me pedido para assumir as funções de Chefe do Núcleo de Armamento e Tiro, que desempenho até à presente data.

#### **IV. Grupo – Dos aspectos gerais da formação de tiro**

*Com as perguntas seguintes pretende-se discernir qual o panorama da formação de tiro na Guarda Nacional Republicana, com observância nas competências que fornece aos seus militares. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

**1. A formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo?**

R: Relativamente ao Curso de Formação de Guardas, ao longo dos tempos, a formação de tiro tem sofrido evolução. Os detalhes de instrução da GNR e da PSP, por decisão do Ministro da Administração Interna (MAI), foram revistos de forma a estarem mais idênticos, procurando-se, se possível, colocar o mesmo detalhe para as duas forças de segurança. O que não foi possível, sendo que o Despacho do MAI da altura previa que, no que não fosse possível, tentar aproximar o máximo uma formação da outra. Quer na GNR, quer na PSP, aquilo que é ministrado na formação inicial, foram considerados pelos responsáveis das duas forças de segurança, como sendo os mínimos essenciais para conseguir que os militares tenham as condições mínimas aceitáveis para desempenhar a sua profissão.

**2. Tendo respondido afirmativamente, são as mesmas mantidas através da formação contínua? Justifique.**

R: O que se entende, é que após conclusão do alistamento, os militares são projectados no terreno, e o que se deve fazer para que mantenham essas características que aprenderam, deve ser o tiro de manutenção.

No tiro de manutenção, há algumas limitações que fazem com que esta modalidade de tiro não seja igual de norte a sul. As regras base são iguais para todos, mas a forma de execução não consegue ser igual para todos.

O que quero dizer com isto é que, se tivéssemos carreiras de tiro subterrâneas, imaginemos, em cada destacamento, a serem construídas de raiz, para a Guarda, fazia com que fosse mais fácil a execução de tiro de manutenção.

Enquanto dependermos de carreiras de tiro, que na maior parte das vezes não são nossas, ou que não permitem a execução de tiro em condições, sendo por exemplo abertas, e que com condições meteorológicas adversas, impedem que a execução do plano de tiro se consiga concretizar da maneira que estaria prevista.

A inexistência de condições de apoio (ambulância), a inexistência de munições, que por vezes se torna uma limitação, a impossibilidade do pessoal com formação se deslocar à carreira de tiro, torna que, o plano de tiro, que em termos teóricos é um bom plano, mas em termos práticos, se torna de difícil aplicação.

**3. Considera que os militares afectos ao Serviço Territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança?**

R: Capacidades têm, têm as competências fornecidas no alistamento. Mas foi distribuída uma nova arma, tentando-se que mesmo os guardas mais antigos tenham uma formação para manusear a Pistola *Glock*. Neste momento, tentámos colocar, tanto os guardas mais antigos como os mais novos, no mesmo patamar, recebendo formação de utilizador *Glock*. Tendo-se começado em 2008/2009, e mantido até esta data, têm-se ministrado inúmeras acções de formação para formadores *Glock*, que posteriormente formam os utilizadores.

De uma forma geral, a cada militar que vai receber formação *Glock* é-lhe dada uma hora teórica sobre aspectos de segurança geral, sobre todas as armas que não apenas a *Glock*, seguindo-se duas horas sobre características da *Glock* (montagem, desmontagem, operações de segurança), e ainda sobre os respectivos coldres. Tudo isto é colmatado com deslocação à carreira de tiro, com vista a tirar positiva nas tabelas de precisão e policial. Isto é o mínimo exigido para que os militares utilizem a pistola *Glock* nas suas funções.

Portanto, se eles têm condições, eu digo que sim; fruto de alguns acidentes que têm acontecido eu digo que têm as habilitações e competências necessárias, mas por vezes não as aplicam, resultando acidentes como o recente do camarada que deu um tiro na própria cabeça, não respeitando as regras que lhes são incutidas.

**4. Tendo respondido afirmativamente, a manutenção dessas capacidades decorre de uma boa formação contínua, versando sobre as matérias de armamento e tiro nas Unidades Territoriais?**

R: Sim, porque a formação contínua é muito importante, e faz com que os militares mantenham as capacidades que inicialmente receberam, e por vezes, há matérias que são necessárias de actualizar.

Quando falamos de formação contínua, a ideia que toda a Guarda tem do tiro é que a formação contínua é chegar à carreira de tiro e fazer tiro. O tiro de manutenção não é isso. O tiro de manutenção é mais que isso. As actuais normas de tiro contém essas disposições, mas talvez de forma pouco clara, mas no novo regulamento de tiro que está a ser preparado, estamos a ir mais além. Na formação contínua, antes de se fazer tiro, há um conjunto de técnicas e tácticas e normativos legais que têm de ser ministrados e lembrados ao efectivo. É importante que haja formação contínua, embora seja muito difícil operacionalizar com a falta de efectivos ou empenhamento dos mesmos, porque é difícil retirar os homens três horas da patrulha para estar numa sala de aula ou em outro local, a fazer um determinado tipo de exercício. Isto entra em conflito com suplementos e outras situações.

**5. Considera que a formação nos Destacamentos Territoriais prepara os militares para responder adequadamente aos diferentes graus de ameaça, decorrentes das suas funções operacionais? Justifique.**

R: Idealmente sim, em termos de formação contínua deveria acontecer. Sei que quando estive no terreno dava formação contínua, que se chamava IAQT, havendo um planeamento semanal para os postos, e quinzenal para os destacamentos. Nos postos não se conseguia concretizar. Se for um posto com efectivo considerável, pode conseguir-se com algum esforço, mas tinha postos com efectivo de oito homens, e desta forma não se consegue dar formação.

Actualmente, sei que é difícil aos Comandantes de destacamento conseguirem a disponibilidade para o fazer, mas tomando como referência os tempos em que estive a comandar digo que nem todos os comandantes de destacamento conseguiam dar formação contínua. Agora, é importante ser dada? É. Nestas matérias, não necessitaria de ser o Comandante de Destacamento, se tivermos as equipas de tiro que se pretende que hajam nos Comandos, havendo pelo menos um Oficial de Tiro e um Sargento de Tiro, que esteja dedicado unicamente ao tiro. O que se pretende é que ninguém vá dirigir tiro sem estar habilitado com o curso de instrutores de tiro. Todos os Comandos têm oficiais e sargentos de tiro em quantidade, só que nem todos estão a exercer.

Quanto a essa questão, tenho alguma dificuldade em responder, porque já saí do terreno há algum tempo, mas sei, através de conversas, que há dificuldade em cumprir.

## **V. Grupo – Das Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção**

*Este grupo de questões pretende reporta-se às normas reguladoras do tiro, nomeadamente o tiro de manutenção, procurando discernir quais das suas disposições possam encontrar-se inadequadas. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

### **1. Na sua óptica, é possível todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto pelas NT e RTM?**

R: Do conhecimento que tenho, muitas Unidades estão a cumprir o estipulado nas Normas de Tiro. Começa por um pequeno problema: anteriormente eram necessários dez oficiais de tiro em toda a Guarda; actualmente, só Comandos Territoriais são 18. Com todas as outras Unidades, são necessários entre 20 a 30 oficiais e sargentos de tiro. Houve necessidade de incrementar os Cursos de Instrutores de Tiro, e fizemo-lo. Todos os Comandos têm oficiais e sargentos de tiro. O que acontece é que não conseguem ter um sargento de tiro em exclusividade de funções, e logo aí é uma falha, porque não tendo uma pessoa dedicada apenas ao tiro, para pelo menos ir para a carreira de tiro, fazer a direcção do tiro, significa que a formação de tiro não está a ser cumprida.

Em relação ao plano de tiro, se não temos carreiras de tiro, embora tenham sido construídas pelo MAI, mas que estão numa situação por resolver, porque nem sempre estão disponíveis, porque as condições meteorológicas nem sempre o permitem, apesar de não termos ambulâncias para o tiro, que também se está a tentar resolver, apesar da dificuldade de aquisição de munições, dificuldade de combustível para as deslocações, o cumprimento deste plano também é afectado.

### **2. Que solução utilizar, na sua opinião, relativamente às disposições contidas no nº2 do artigo 12º do RTM, cuja aplicação foi suspensa, após análise da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro da GNR? Quais as consequências que, no seu ponto de vista, podem decorrer para o serviço operacional, caso esta disposição prevaleça?**

R: O problema que acarreta é que, na realidade não se pode conceber numa força policial moderna sem que os seus agentes, tendo uma possibilidade de recurso à arma de fogo, caso no tiro de manutenção que não consigam fazer treinos

necessários para conseguir ter proficiência necessária para o utilizar. Estamos portanto a distribuir um meio letal a uma pessoa, mas não lhe estamos a dar condições para que o saiba utilizar.

A ideia é, se o militar não mantiver capacidades em termos de execução de tiro é porque algo está errado, e não se pode conceber que tenha essa arma distribuída. É certo que isso traz problemas, pois não desempenhando o serviço armado, poderá originar a perda de subsídios e perda de efectivo afecto ao serviço operacional.

Isto será uma dificuldade, mas este é o caminho, temos o objectivo de o militar que não consiga tirar positiva, fica inibido de utilizar a arma. Mas não é apenas por falhar uma única vez na carreira de tiro. Existe todo um conjunto de recuperações, que está constante das Normas de Tiro, e se encontra a ser trabalhado no novo regulamento de tiro.

O que se está a pensar, é que o militar faz a sessão de tiro, não tira positiva, é logo corrigido tendo imediatamente a oportunidade de ter positiva. A ideia é logo na carreira de tiro fazer a primeira correcção, evitando necessidade de o homem se deslocar de novo à carreira de tiro. O conceito quadrimestral, que é limitativo e muito redutor obriga a não existir espaço de manobra caso hajam falhas. Dizem as actuais normas de tiro que apenas no último quadrimestre é a contar, e é inverno, e as condições meteorológicas são impeditivas de fazer recuperações. Na nossa opinião, não é possível manter este contexto. A partir do momento em que o militar consegue fazer o tiro, fica certificado para o resto do ano. O objectivo será a qualidade, ao invés da quantidade da instrução de tiro. De outro modo deixaremos de ter credibilidade perante a população e perante os tribunais.

Este é o caminho a seguir, a forma como lá chegaremos ainda tem de ser definida, obedecendo a pareceres, quer do Comando da Doutrina e Formação, Comando Operacional ou do Comando de Administração dos Recursos Internos. A meta é: se o militar não está certificado, tem de lhe ser retirada a arma de fogo.

**3. Considera viável a limitação da deslocação à CTir a uma vez por ano, a fim de realizar a validação, restringindo-se a restante prática a simuladores de tiro? Considera os simuladores de tiro um meio viável para a preparação dos militares para executar tiro?**

R: Os simuladores de tiro são uma mais-valia. Mas podendo ser uma mais-valia, levam-nos a outros problemas, não só a verba que tem de se disponibilizar, mas também aquilo que permite aos simuladores simular. A ideia era cada Comando Territorial ter um simulador de tiro, e os militares deslocar-se-iam lá. Com a tecnologia de hoje, podem simular qualquer coisa, mas por muito que possa simular,

não passa de um simulador. Não substitui a ida do militar à carreira de tiro, ter uma arma com munição real, e saber o que representa.

O simulador de tiro permite que os militares treinem o tiro, mas não ficam nervosos, enquanto que na carreira de tiro, empunhando uma arma a sério, estes ficam nervosos. Apesar de podermos fazer muito bons tiros no simulador, não é o mesmo que a carreira de tiro.

Estes simuladores podem preencher um vazio, no caso de os militares terem tempo e deslocarem-se a um simulador, para alinhar aparelhos de pontaria, para problemas de gatilho, para disparar a alvos em movimento. É uma mais-valia, mas não é a solução para resolver os problemas de tiro, é sim, integrado em todo um processo de tiro.

Fazer toda a prática em simuladores, e ir à carreira de tiro validar, é uma boa ideia, mas na prática, vai acarretar mais algumas dificuldades.

**4. Verifica serem acumuláveis as funções de Oficial de Tiro e as de Comandante de Destacamento Territorial? Este facto, se constatado nas Unidades Territoriais, aproxima-se da “formação garantida por especialistas” que se procura com a Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, assegurando o Sargento de Tiro essa formação?**

R: Existem conceitos diferentes, o de oficial e o de sargento de tiro. O oficial de tiro não tem como função dirigir sessões de tiro, embora o possa fazer, porque não está em exclusividade de funções. Eu acumulei essas funções, e fi-las todas. A questão é se as fiz com a mesma proficiência, e isso, por vezes é difícil. É difícil, mas não é impossível. Relembra-se apenas um pormenor, é que a função do Comandante de Destacamento não é das 9 às 17, ele tem de estar sempre disponível.

Quanto à segunda parte da questão, sim, porque se tem feito alguma insistência na questão da formação garantida por especialistas. Em termos de formação, corresponde ao disposto na directiva. Precisávamos de fazer mais alguma coisa: Qual a diferença entre um curso de instrutores de tiro dado em 2001 e um dado em 2010? Não tem nada a ver, até porque a carga horária foi sofrendo acréscimo. O necessário era haver sempre uma reciclagem dos formandos que frequentaram os cursos.

**5. Ao serem escalados para as sessões de tiro durante o horário de patrulha, os militares descutam, inevitavelmente, uma destas duas funções que desempenham. Parece-lhe que esta prática é viável? Que soluções lhe encontra?**

R: O que se encontra em causa é uma situação algo antiga que se prende com o facto de os militares receberem mais ou menos ordenado, conforme o número de horas que façam. Se o militar fizer 120 horas de patrulha recebe o suplemento de patrulha; se o militar fizer 400 horas de patrulha recebe o mesmo suplemento de patrulha; se o militar fizer 119 horas de patrulha não recebe o suplemento de patrulha. De uma forma muito rápida, isto não faz sentido. Não temos de receber suplementos e subsídios, temos de receber um ordenado base forte, adequado, com o qual não tenhamos necessidade de fazer mais horas ou gratificados. Com isto resolvia-se o problema, mas claro, implica muito dinheiro.

Isto levanta um aspecto, o militar estar a fazer 8 horas de patrulha, ou 4 horas de patrulha e 4 horas de instrução de tiro, ele não está a servir o cidadão? Está. Porque estando a formar-se, está a melhorar a qualidade de serviço que presta ao cidadão. Podemos ter militares na rua 8 ou 20 horas se for preciso, mas não ter qualidade, seria apenas um elemento fardado que ali se encontrava.

Pode parecer incompatível o facto de ser escalado para o tiro e estar na patrulha, a questão é que caso seja escalado para o tiro, não é escalado de patrulha, logo não recebe o suplemento que é o que está por trás desta questão. Para estar na patrulha, o militar deve ter a formação e actualização da mesma, e os normativos legais mudam com tanta facilidade que é necessário que haja formação. Agora, o ideal seria que cada um de nós fizesse auto-formação, mas não resulta. O tiro pode ser feito na hora da patrulha, o que não pode acontecer é ser feito na hora da folga. Tem de ser feito em horário de expediente.

**6. Na sua opinião, dado a formação relativa à componente de tiro nocturno extinguir-se, para a classe de Guardas, no Curso de Formação de Guardas, seria valoroso manter essa instrução e execução de tiro em ambiente de visibilidade reduzida, durante a formação contínua dos militares? Justifique.**

R: É uma situação que não está clara nas normas de tiro actuais, mas não está descurada. Nos cursos mais recentes foi introduzida a matéria de TUL (Técnica de Utilização de Lanterna), no entanto, depois de ser dada a técnica, o militar não precisa de estar de serviço para treinar a técnica. A técnica treina-se com a mão e com uma lanterna.

É preciso treino disto? Há quatro técnicas distintas, e uma quinta que resulta da mistura de todas elas, conforme o ambiente operacional. Temos de saber os princípios de actuação, e após os sabermos temos apenas de adaptar as técnicas ao terreno.

O necessário é, na formação contínua, confrontar os militares com situações, para que eles possam sair delas com base naquilo que aprenderam.



**7. Na sua opinião, as Normas de Tiro da GNR e o Regulamento de Tiro de Manutenção, necessitam de ser revistos? Quais as disposições que considera mais inadequadas, além das abordadas nas perguntas anteriores?**

R: Sim. Aliás, é uma imposição das normas aprovadas. Está previsto que um ano após a entrada em vigor, devem ser revistas. Mas no dia em que se disser que está tudo feito, está errado, porque o tiro sofre evoluções.

## **VI. Grupo – Dos contributos para um novo modelo**

*Para terminar, vou pedir-lhe uma apreciação a alguns métodos utilizados por outras forças de segurança, por fim a discernir se se tratam de boas práticas, que possam trazer contributos à formação na Guarda Nacional Republicana. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

**1. Parece-lhe pertinente a inclusão de uma validação teórica na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o uso de meios coercivos e recurso à arma de fogo?**

R: A questão de se fazer um teste: ele pode ser feito, e trazem algumas mais-valias. São bons no ambiente de curso, porque servem para medir quantitativamente o grau de atenção do aluno em determinadas situações.

Para uma sessão de formação contínua de tiro, fazer-se um teste é apenas para validar o grau de atenção do aluno nessa aula. Quero acreditar que hoje em dia, os militares têm presente toda essa parte teórica. Por vezes o que é necessário é colocá-los em situações às idênticas que vão encontrar no terreno. Eu vejo que seja mais importante falar-lhes de uma situação e treinar. Só com a parte prática é que adquirimos hábitos de treino, hábitos de resposta. Porque a parte teórica, podemos ser bons teoricamente, mas falta-nos a parte prática.

**2. Concorda com a inclusão de uma validação prática na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o manuseamento das armas e procedimentos de segurança?**

R: O grau de responsabilização que fazemos em carreira de tiro, é como um teste prático actualmente. Com a aquisição da *Glock*, o atirador tem de saber todo o conjunto de procedimentos para preparar a arma para serviço. Esse teste é feito desta forma. Todos os militares sabem fazer operações de segurança, o problema está no momento em que se esquecem de o fazer.

**3. Considera pertinente a contemplação na doutrina da Guarda, de estágios relacionados com Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, à semelhança da PSP, com vista à melhor preparação dos militares para responder a situações operacionais de risco elevado?**

R: Um dos problemas que existe, é que quando criamos situações, deveríamos englobar todas as situações. Neste momento é tudo dado por módulos separados. Nos exercícios tácticos deveríamos englobar tudo isto. Diálogo e postura é a primeira forma de interagir com o suspeito, e a forma como interagimos com ele, é a forma que ele vai reagir para connosco, e temos de saber fazer o escalar dos meios. O ideal é na formação contínua, criar-se um conjunto de situações, e isto passa pelo dinamismo do Comandante de Destacamento, porque é ele que está a dar a instrução, enquanto não houver equipas dedicadas a isto.

**4. Considera valorosa a inclusão de exercícios que envolvam os métodos de simulação de desempenho e *role-playing*, utilizando por exemplo as munições *Simunition*, para melhor preparar e avaliar os militares em situações idênticas às reais, que os coloquem sob stress?**

R: Isso, é aquilo que se queria que fosse a actualidade, mas que ainda é o futuro. E porquê? Basicamente, através dos sistemas de tiro tipo *Simunition*, permitem treinar tudo aquilo que se quer, num ambiente mais próximo possível da realidade. Podemos treinar tudo o que quisermos, porque temos os meios para treinar. Isso é o ideal, que numa primeira fase deveria ser implementado na Escola, e numa segunda fase, implementado a nível nacional. Isso faria com que deixasse de ser praticamente necessário continuar a dar instruções teóricas sobre técnicas de tiro, porque se criavam as situações, colocavam-se os homens sujeitos às situações, e após isso, corrigir.

Isto é a fundamentação de tudo o que damos a nível de instrução. O ideal, é termos um alvo, termos de falar com ele, ele reagir, e não sabermos como vai reagir, e temos de reagir de acordo com a reacção dele. Treinando isto, permite que tenhamos melhores reacções no terreno. Isto é o futuro, que deveria ser o presente da Guarda.

Agradecimentos finais.

## **APÊNDICE E - ENTREVISTA AO SR. MAJOR FREITAS – DIRECÇÃO DE FORMAÇÃO DE TIRO E TREINO (COMANDO DE DOCTRINA E FORMAÇÃO)**

### **Caracterização do entrevistado(a)**

*Vou começar por pedir-lhe que enuncie alguns traços de caracterização socioprofissional.*

**1. Diga-me, por favor, a sua idade.**

R: Tenho neste momento 51 anos.

**2. Peço-lhe que me descreva, sinteticamente, o seu percurso profissional, fazendo referência às funções desempenhadas ao nível do tiro.**

R: Em 1982 ingressei como soldado na Guarda Fiscal, estive no controlo de passaportes no aeroporto de Lisboa, fui graduado no Posto Fiscal do Jardim do Tabaco, como 2º Sargento fui Comandante do Posto Fiscal de Santa Apolónia, também como 2º Sargento fui comandante das forças de intervenção da secção fiscal de Sacavém.

Como Alferes fui instrutor de legislação policial, de transmissões e de informática na EPG. Como Tenente fui Comandante de Pelotão do 3º TPO, oficial de transmissões e de informática, na EPG.

Como Capitão comandeí 5 anos o Destacamento Territorial de Sintra, e fui ainda desempenhar as funções de Chefe da secção de Instrução da BTer nº2.

Como Major fui Adjunto do Chefe da SOIRP da Unidade de Intervenção e ainda Instrutor e Oficial de Tiro dessa mesma Unidade.

Actualmente sou Chefe da repartição de formação técnico profissional da Divisão de Formação de Tiro e Treino.

### **I. Grupo – Dos aspectos gerais da formação de tiro**

*Com as perguntas seguintes pretende-se discernir qual o panorama da formação de tiro na Guarda Nacional Republicana, com observância nas competências que fornece aos seus militares. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

1. **A formação inicial de tiro confere competências mínimas para que os militares façam recurso à arma de fogo?**

R: Sim, confere.

2. **Tendo respondido afirmativamente, são as mesmas mantidas através da formação contínua? Justifique.**

R: São, para quem executa tiro de manutenção. Quem não o executa, não as mantém. Quem executa o tiro de manutenção, tem um reavivar das competências que são transmitidas na formação inicial.

Portanto, quem cumprir o disposto nas Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção, continua a reunir as competências mínimas.

3. **Considera que os militares afectos ao Serviço Territorial têm capacidade para manusear e operar o armamento em condições de segurança?**

R: Penso que sim. O importante a referir é o aspecto psicológico dos militares, ainda além de toda a prática que possam fazer, mas têm de estar psicologicamente preparados para enfrentar as várias situações de risco, sabendo qual a função da arma que têm consigo.

A arma é um instrumento que tem de ser utilizada em situações muito restritas em que a Lei o permite, tendo que fazer o “*checklist*” muito rápido, no momento em que vão fazer recurso à arma, de todos pressupostos para que o possam fazer.

4. **Tendo respondido afirmativamente, a manutenção dessas capacidades decorre de uma boa formação contínua, versando sobre as matérias de armamento e tiro nas Unidades Territoriais?**

R: Sim, o IAQT, agora FCAA, embora se esteja a passar uma fase mista, em que estes se misturam, porque o FCAA ainda se encontra em implementação, consegue através dos Oficiais responsáveis pela instrução, prover uma boa formação de tiro.

Esta instrução é responsabilidade repartida dos Oficiais responsáveis pelas SOITRP e pelos Comandantes de Destacamento. Mas a rentabilidade da instrução seria muito maior se houvesse um oficial único que fizesse a gestão dessa instrução. Isto se houvesse condições, porque neste momento não haverão condições para haver o Oficial de Instrução, agregado às SOITRP.

5. **Considera que a formação nos Destacamentos Territoriais prepara os militares para responder adequadamente aos diferentes graus de ameaça, decorrentes das suas funções operacionais? Justifique.**

R: Cada militar reage, não só em função dos seus conhecimentos e prática, mas também do seu estado emocional. Caso exista um chefe, que consiga estar ao lado dos seus militares, esta resposta é conseguida, porque situações em grupo, típicas da Unidade de Intervenção, por exemplo, existe alguém a supervisionar os homens. O caso das patrulhas é diferente, porque é um serviço desgastante, em que acontecem várias situações, e o militar em algumas delas, de algum risco, tem de discernir se deve ou não fazer o recurso à arma de fogo. Portanto, os militares da patrulha têm de estar preparados, a nível de conhecimentos e de preparação para reagir a situações operacionais de risco, para dar essa resposta adequada.

## **II. Grupo – Das Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção**

*Este grupo de questões pretende reporta-se às normas reguladoras do tiro, nomeadamente o tiro de manutenção, procurando discernir quais das suas disposições possam encontrar-se inadequadas. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

### **1. Na sua óptica, é possível todas as Unidades Territoriais cumprirem o disposto pelas NT e RTM?**

R: As Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção que temos em vigor, não são passíveis de serem cumpridos de momento, atendendo ao número de carreiras de tiro disponíveis de momento, excepto Unidades com efectivos pequenos.

Unidades com elevado efectivo têm dificuldade, nos termos das Normas de Tiro e RTM, cumprirem o tiro. Seja por os militares em funções operacionais fazerem 3 vezes tiro por ano, e os em funções administrativas fazerem 2 sessões por ano. Seja por disponibilidade de ambulâncias. Seja pelo serviço que os militares executam no Posto. Seja pelo Posto ter dificuldade em ceder militares para as sessões de tiro. Todas estas são condicionantes que impossibilitam o cumprimento das sessões de tiro.

### **2. Que solução utilizar, na sua opinião, relativamente às disposições contidas no nº2 do artigo 12º do RTM, cuja aplicação foi suspensa, após análise da Comissão Técnica para a Revisão das Normas de Tiro da GNR? Quais as consequências que, no seu ponto de vista, podem decorrer para o serviço operacional, caso esta disposição prevaleça?**

R: Não gostaria de me pronunciar profundamente sobre essa questão. Há entidades que deveriam ser ouvidas no âmbito dessa disposição legal. Há questões que se levantam: sejam relacionadas com o retirar do militar da parte operacional para a administrativa, seja o corte dos subsídios; que caso ocorram pontualmente, não se tornam problemáticas. O problema é que os números de militares que tiram negativas são elevados, e teriam de se retirar militares do serviço operacional e colocá-los no serviço administrativo. No caso do Posto Territorial, por exemplo, não há cabimento de serviço administrativo para tantos militares. Esta é uma área que, embora associada ao tiro, implica bastante com outras áreas.

**3. Considera viável a limitação da deslocação à CTir a uma vez por ano, a fim de realizar a validação, restringindo-se a restante prática a simuladores de tiro? Considera os simuladores de tiro um meio viável para a preparação dos militares para executar tiro?**

R: Existem normas expressas sobre essa matéria. Em termos de utilização desses sistemas, parece-me positivo, e já está a proceder-se para a previsão da utilização nas Normas de Tiro. Agora, a entidade competente para a aquisição dos simuladores irá pronunciar-se. Mas realmente, nunca irá dispensar a ida à carreira de tiro, a percepção da realidade da execução prática de tiro que ela proporciona. É diferente do simulador, que no meu entender irá trazer muitos benefícios na prática da pontaria, permitindo o treino e poupança de munições, ganhando-se tempo, e deslocações à Carreira de Tiro.

**4. Verifica serem acumuláveis as funções de Oficial de Tiro e as de Comandante de Destacamento Territorial? Este facto, se constatado nas Unidades Territoriais, aproxima-se da “formação garantida por especialistas” que se procura com a Directiva nº 05/2010/CDF, de 25 de Março, assegurando o Sargento de Tiro essa formação?**

R: Neste momento, quem acompanha as sessões de tiro e coordena as mesmas, são os Oficiais de Tiro e Sargentos de Tiro habilitados com o Curso de Instrutores de Tiro. Os Comandos Territoriais têm de ter um Oficial apto para desempenhar essas funções, e caso não esteja apto, não o podem nomear para essas funções. O ideal seria que houvesse um Oficial que assegurasse toda a Instrução de FCAA, não só no tiro, como nas outras vertentes. Mas se acontece que os Comandantes de Destacamento são também Oficiais de tiro, é porque os Comandos não têm outro Oficial qualificado. A FCAA já vem no sentido de no futuro, através da criação de uma secção de instrução, destacar um oficial com funções exclusivas de instrução, e portanto a rentabilidade da instrução seria muito superior.

- 5. Ao serem escalados para as sessões de tiro durante o horário de patrulha, os militares descutam, inevitavelmente, uma destas duas funções que desempenham. Parece-lhe que esta prática é viável? Que soluções lhe encontra?**

R: A instrução tem de ser dada no horário de serviço, e penso que poucas alternativas haverá para um Comandante de Destacamento ou Posto evitar essa situação. Ao nível das consequências, deve dosear-se o tempo para cada uma das duas, evitando o máximo prejuízo a cada uma dessas funções.

- 6. Na sua opinião, dado a formação relativa à componente de tiro nocturno extinguir-se, para a classe de Guardas, após o Curso de Formação de Guardas, seria valoroso manter essa instrução e execução de tiro em ambiente de visibilidade reduzida, durante a formação contínua dos militares? Justifique.**

R: Considero pessoalmente que o tiro de instrução em período nocturno deve ser efectuado pelos militares da GNR que têm efectivamente necessidade de ser/estar preparados para o cumprimento de determinadas operações e/ou missões específicas. As disponibilidades de carreiras de tiro no período nocturno são muito, mas mesmo muito reduzidas.

- 7. Na sua opinião, as Normas de Tiro da GNR e o Regulamento de Tiro de Manutenção, necessitam de ser revistos? Quais as disposições que considera mais inadequadas, além das abordadas nas perguntas anteriores?**

R: Esses documentos encontram-se em revisão. Sobretudo, têm de ser normas e regulamentos exequíveis, e neste momento, quer em aspectos relacionados com a disponibilidade de ambulâncias, quer com disponibilidade de carreiras de tiro, não o são.

### **III. Grupo – Dos contributos para um novo modelo**

*Para terminar, vou pedir-lhe uma apreciação a alguns métodos utilizados por outras forças de segurança, por fim a discernir se se tratam de boas práticas, que possam trazer contributos à formação na Guarda Nacional Republicana. Agradeço que responda o mais objectivamente possível.*

- 1. Parece-lhe pertinente a inclusão de uma validação teórica na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o uso de meios coercivos e recurso à arma de fogo?**

R: É importante que a Guarda consiga beber o melhor da instrução de forças congéneres, a nível nacional e mundial. Temos de ter em conta a nossa realidade, e a Guarda tem de ter as suas normas, com adaptações de outras forças, mas sempre tendo em conta a adaptação ao contexto nacional.

**2. Concorda com a inclusão de uma validação prática na formação de tiro, à semelhança da PSP, versando sobre o manuseamento das armas e procedimentos de segurança?**

R: É importante certificar os militares junto da sociedade, garantir que os militares estão aptos para recorrer à arma de fogo, e esta é uma questão que pode contribuir para essa certificação.

**3. Considera pertinente a contemplação na doutrina da Guarda, de estágios relacionados com Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, à semelhança da PSP, com vista à melhor preparação dos militares para responder a situações operacionais de risco elevado?**

R: Não gostaria de confrontar a instrução da Guarda com a PSP, mas sinto que a Guarda deveria trabalhar no sentido de apurar o que melhor se adapta à sua realidade, e bebendo da formação das outras instituições aquilo que considera que pode trazer benefício.

**4. Considera valorosa a inclusão de exercícios que envolvam os métodos de simulação de desempenho e *role-playing*, utilizando por exemplo as munições *Simunition*, para melhor preparar e avaliar os militares em situações idênticas às reais, que os coloquem sob stress?**

R: Concordo plenamente com os exercícios que utilizem as munições *Simunition*, porque estes dão-nos uma aproximação às situações reais. É importante referir que quando um indivíduo sente o embate destas munições, se recorda de que efectuou mal os procedimentos que se pretendem, e isto é importante para a formação de tiro.



## APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO AOS COMANDANTES DE DESTACAMENTO E SUBDESTACAMENTO TERRITORIAL

Prática de Tiro no Serviço Territorial: Contributos para um novo modelo	
<b>Introdução</b>	
<p>Este questionário insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança, subordinado ao tema "Prática de Tiro no Serviço Territorial: Contributos para um Novo Modelo". O objectivo do questionário é recolher dados relativos à forma em como se operacionaliza o tiro de manutenção no serviço territorial. Pretende-se que as respostas sejam dadas com base na sua experiência. Os dados serão alvo de tratamento estatístico, estando salvaguardada a identidade de quem os fornece.</p>	
<b>Caracterização do Inquirido</b>	
<p><b>1. Idade:</b></p> <p><input type="radio"/> &lt; 25</p> <p><input type="radio"/> 25 - 29</p> <p><input type="radio"/> 30 - 34</p> <p><input type="radio"/> &gt; 34</p> <p><b>2. Género:</b></p> <p><input type="radio"/> Feminino</p> <p><input type="radio"/> Masculino</p> <p><b>3. Habilitações Literárias:</b></p> <p><input type="radio"/> Licenciatura</p> <p><input type="radio"/> Pós-Graduação</p> <p><input type="radio"/> Mestrado</p> <p><input type="radio"/> Doutoramento</p> <p><b>4. Posto:</b></p> <p><input type="radio"/> Alferes</p> <p><input type="radio"/> Tenente</p> <p><input type="radio"/> Capitão</p> <p><input type="radio"/> Major</p> <p><b>5. Já desempenhou funções de Oficial de Tiro:</b></p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><b>6. Está habilitado com o Curso de Instrutores de Tiro (CIT):</b></p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p>	
<b>Questões</b>	

Prática de Tiro no Serviço Territorial: Contributos para um novo modelo					
7. Escolha a opção mais adequada, classificando a frequência da instrução no seu Destacamento, no que respeita:					
	Nenhuma frequência	Pouca frequência	Alguma frequência	Regular frequência	Muita frequência
7.1. A componentes das armas, seu funcionamento, manutenção e características.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.2. Normas e procedimentos de segurança a ter em conta ao manusear o armamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.3. Grau de ameaça e padrões de uso de força.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.4. A normativos legais dos princípios de actuação policial, uso de meios coercivos e recurso a arma de fogo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Escolha a opção mais adequada perante as afirmações referentes aos seus militares:					
	Discordo Totalmente	Discordo	Não Concordo Nem	Concordo	Concordo Totalmente
8.1. A formação de tiro imposta pelo Regulamento de Tiro de Manutenção é a adequada às exigências que o serviço operacional coloca aos seus militares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.2. Os seus militares são conhecedores dos aspectos legais que envolvem o recurso a meios coercivos, especialmente à arma de fogo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.3. Os seus militares dominam os procedimentos de segurança a ter em conta aquando do manuseamento da arma de fogo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.4. Os seus militares são exaltados, quando escalados para compor nas sessões de tiro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.5. Os seus militares estão aptos a manusear a arma de fogo em condições de segurança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Escolha a opção que mais se adequa à sua opinião, perante os aspectos referentes ao tiro na Guarda:					
	Discordo Totalmente	Discordo	Não Concordo Nem	Concordo	Concordo Totalmente
9.1. As funções de Oficial de Tiro do Comando Territorial cumulativamente com as de Comandante de Destacamento, permitem a dedicação necessária à formação de tiro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.2. Os militares do seu Destacamento cumprem as sessões quadrimestrais previstas no Regulamento de Tiro de Manutenção.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.3. Os militares do seu Destacamento cumprem as sessões quadrimestrais com aproveitamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.4. Escalar os militares para sessões de tiro durante o horário de patrulha constitui prejuízo para o serviço operacional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.5. Os seus militares fazem as sessões de tiro com frequência, ainda que por motivos de serviço (ocorrências, etc.).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.6. A impossibilidade de fazer uso da arma consignada no Regulamento de Tiro de Manutenção, motivado pela obtenção de classificação negativa em sessões de tiro, é uma medida que pode constituir prejuízo para o serviço operacional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.7. Seria valoroso manter a prática de tiro noturno, dado este extinguir-se após a formação inicial (Curso de Formação de Guardas).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.8. As Normas de Tiro da GNR necessitam de ser reformuladas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### Prática de Tiro no Serviço Territorial: Contributos para um novo modelo

10. Escolha a opção que mais se adequa à sua opinião, perante as afirmações referentes à formação na Polícia de Segurança Pública (PSP):

	Discordo Totalmente	Discordo	Não Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
10.1. A estrutura de formação da PSP, com núcleos de formação adstritos aos Comandos Distritais, é valorosa para a formação dos seus agentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.2. A estrutura de formação da PSP preconiza uma formação garantida por especialistas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.3. Uma estrutura de formação idêntica teria valor para a formação dos militares da Guarda.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.4. O teste teórico efectuado aos agentes da PSP, referente aos normativos legais que envolvem o recurso à arma de fogo, é uma medida de avaliação profícua.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.5. O teste prático efectuado aos agentes da PSP, referente ao manuseamento das armas e segurança das mesmas, é uma medida de avaliação profícua.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.6. Os Estágios de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, em vigor na PSP, são uma medida eficaz na formação e avaliação dos seus agentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10.7. Faltas injustificadas a sessões de tiro deveriam, à semelhança da PSP, resultar em responsabilidade disciplinar para os militares da Guarda.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Indique, segundo a sua opinião, três das principais lacunas na operacionalização do Tiro de Manutenção nos Comandos Territoriais.

12. Indique, segundo a sua opinião, três alterações necessárias à optimização do Tiro de Manutenção nos Comandos Territoriais.

Obrigado pela sua colaboração.  
 João Cordeiro  
 Aspirante de Infantaria  
 Guarda Nacional Republicana

## APÊNDICE G – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INQUIRIDOS

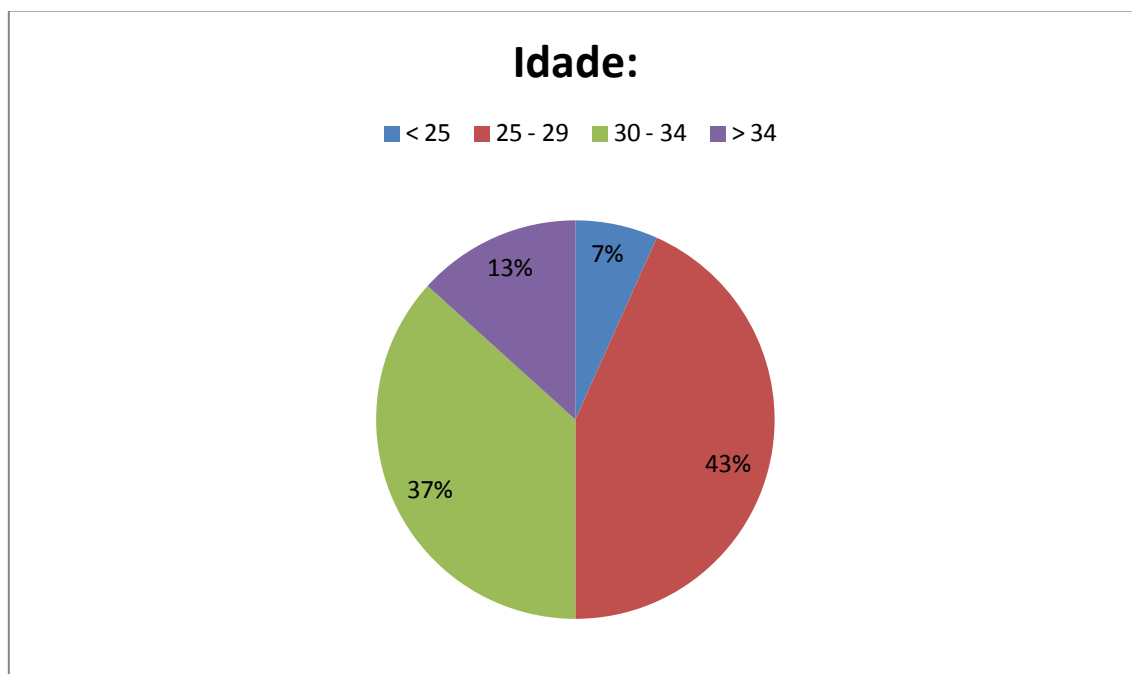


Gráfico G.1 – Idade.

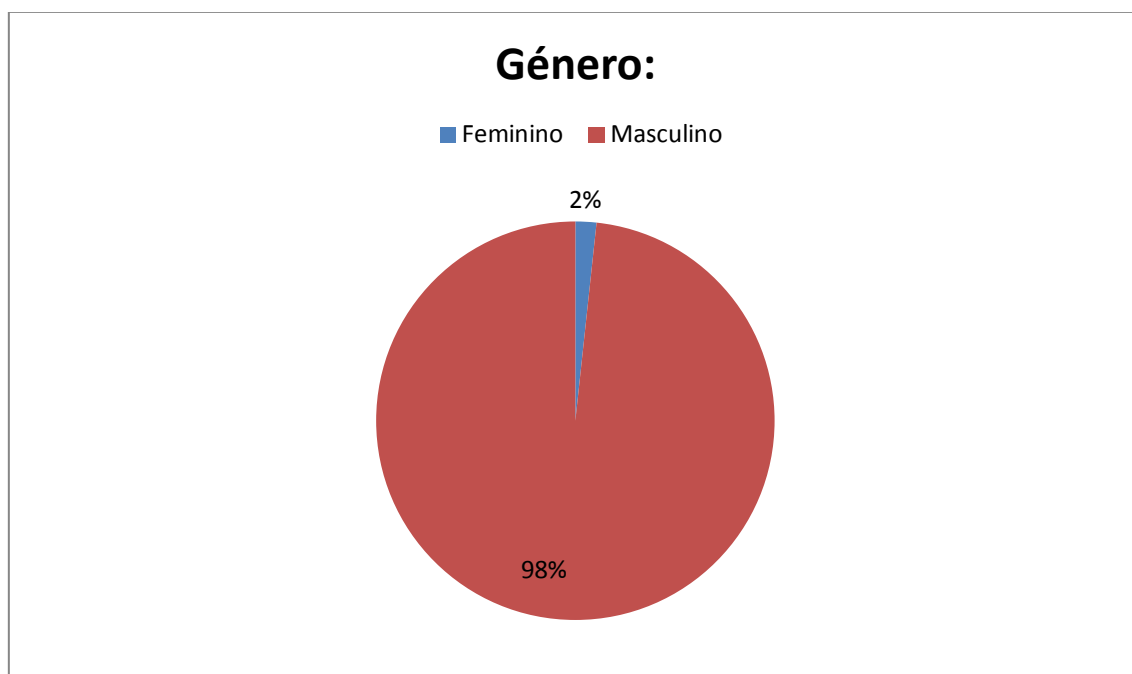


Gráfico G.2 – Género.

### Habilitações Literárias:

■ Licenciatura ■ Pós-Graduação ■ Mestrado ■ Doutorado

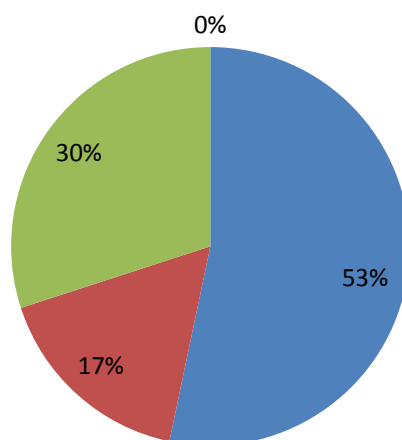


Gráfico G.3 – Habilitações Literárias.

### Posto:

■ Alferes ■ Tenente ■ Capitão ■ Major

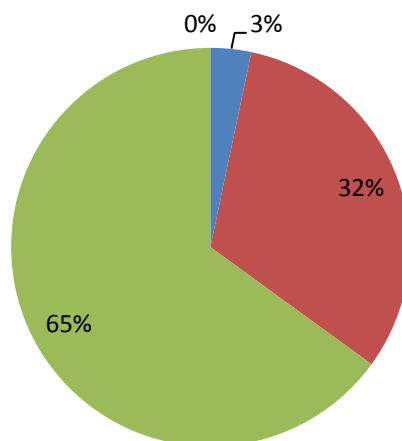


Gráfico G.4 – Posto.

### Já desempenhou funções de Oficial de Tiro:

■ Sim ■ Não

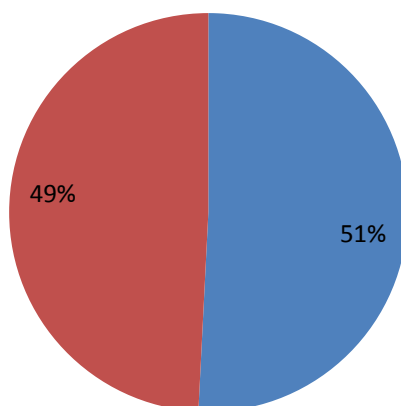


Gráfico G.5 – Já desempenhou funções de Oficial de Tiro?

### Está habilitado com o Curso de Instrutores de Tiro (CIT):

■ Sim ■ Não

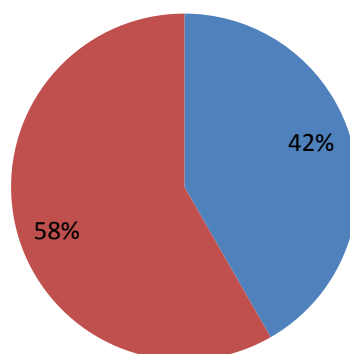
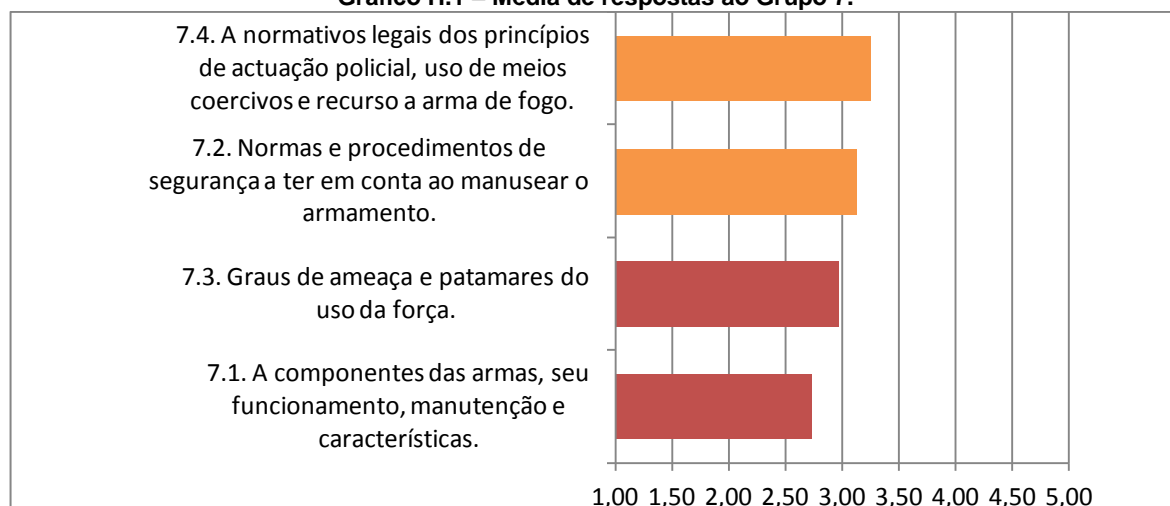


Gráfico G.6 – Está habilitado com o Curso de Instrutores de Tiro (CIT)?

## APÊNDICE H – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DO OBJECTO DE ESTUDO

**Gráfico H.1 – Média de respostas ao Grupo 7.**



**Tabela H.1 – Questão 7.1 - A componentes das armas, seu funcionamento, manutenção e características.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Nenhuma Frequência	2	3.5	3.5
Pouca Frequência	26	45.6	49.1
Alguma Frequência	16	28.1	77.2
Regular Frequência	12	21.1	98.2
Muita Frequência	1	1.8	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.2 – Questão 7.2 - Normas e procedimentos de segurança a ter em conta ao manusear o armamento.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Pouca Frequência	16	28.1	28.1
Alguma Frequência	22	38.6	66.7
Regular Frequência	15	26.3	93.0
Muita Frequência	4	7.0	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.3 – Questão 7.3 - Graus de ameaça e patamares do uso da força.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Nenhuma Frequência	3	5.3	5.3
Pouca Frequência	17	29.8	35.1
Alguma Frequência	16	28.1	63.2
Regular Frequência	21	36.8	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.4 – Questão 7.4 - A normativos legais dos princípios de actuação policial, uso de meios coercivos e recurso a arma de fogo.**

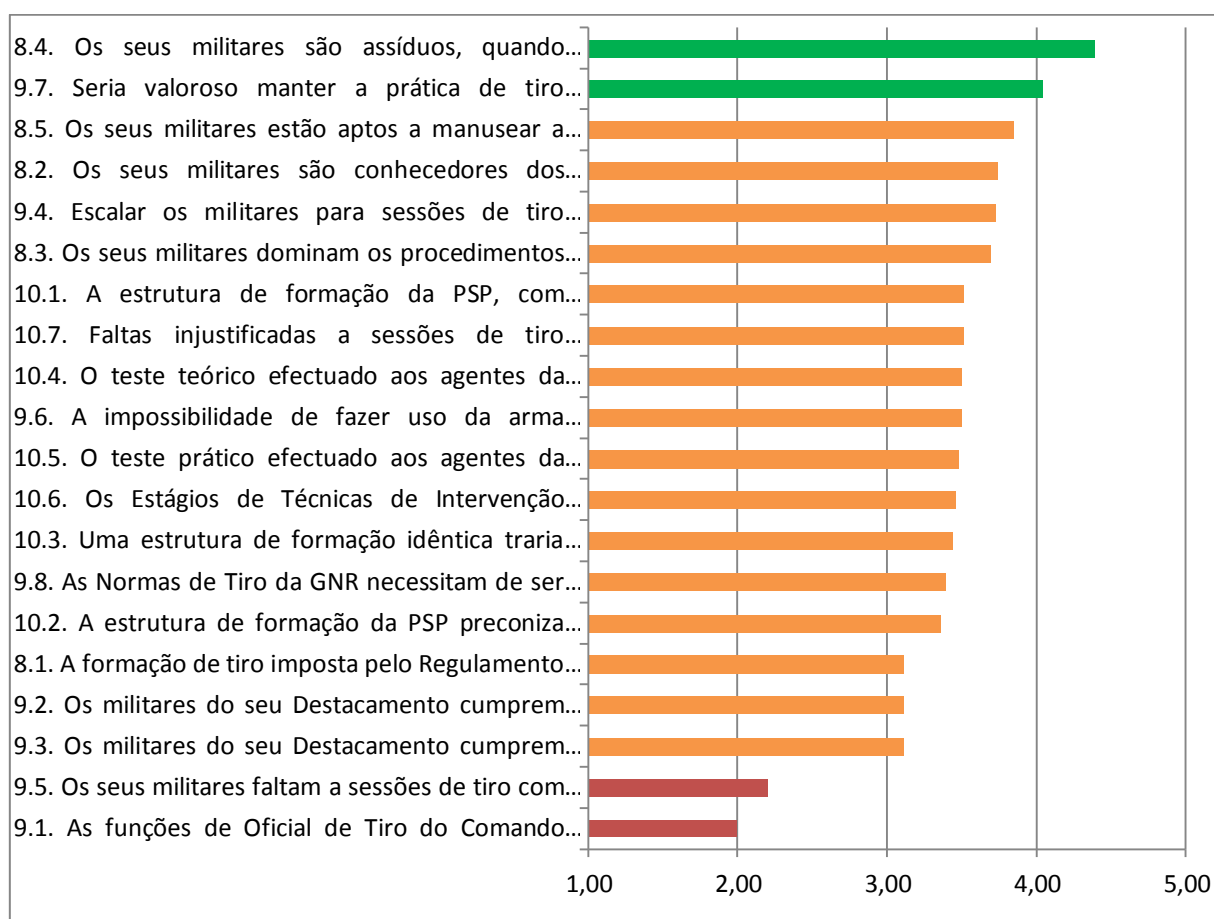
	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Pouca Frequência	11	19.3	19.3
Alguma Frequência	23	40.4	59.6
Regular Frequência	21	36.8	96.5
Muita Frequência	2	3.5	100.0
Total	57	100.0	



**Tabela H.5 – Estatística das questões do Grupo 7.**

	Q7.1	Q7.2	Q7.3	Q7.4
Média	2.72	3.12	2.96	3.25
Mediana	3.00	3.00	3.00	3.00
Moda	2	3	4	3
Desvio Padrão	.901	.908	.944	.808
Mínimo	1	2	1	2
Máximo	5	5	4	5

**Gráfico H.2 – Média de respostas aos Grupos 8., 9. e 10.**



**Tabela H.6 – Questão 8.1 - A formação de tiro imposta pelo Regulamento de Tiro de Manutenção é a adequada às exigências que o serviço operacional coloca aos seus militares.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	3	5.3	5.3
Discordo	17	29.8	35.1
Não Concordo Nem Discordo	10	17.5	52.6
Concordo	25	43.9	96.5
Concordo Totalmente	2	3.5	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.7 – Questão 8.2 - Os seus militares são conhecedores dos aspectos legais que envolvem o recurso a meios coercivos, especialmente à arma de fogo.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	5	8.8	8.8
Não Concordo Nem Discordo	8	14.0	22.8
Concordo	41	71.9	94.7
Concordo Totalmente	3	5.3	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.8 – Questão 8.3 - Os seus militares dominam os procedimentos de segurança a ter em conta aquando do manuseamento da arma de fogo.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	3	5.3	5.3
Não Concordo Nem Discordo	13	22.8	28.1
Concordo	40	70.2	98.2
Concordo Totalmente	1	1.8	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.9 – Questão 8.4 - Os seus militares são assíduos, quando escalados para comparecer nas sessões de tiro.**

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
Não Concordo Nem Discordo	3	5.3	5.3
Concordo	29	50.9	56.1
Concordo Totalmente	25	43.9	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.10 – Questão 8.5 - Os seus militares estão aptos a manusear a arma de fogo em condições de segurança.**

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
Discordo	2	3.5	3.5
Não Concordo Nem Discordo	9	15.8	19.3
Concordo	42	73.7	93.0
Concordo Totalmente	4	7.0	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.11 – Questão 9.1 - As funções de Oficial de Tiro do Comando Territorial cumulativamente com as de Comandante de Destacamento, permitem a dedicação necessária à formação de tiro.**

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	19	33.3	33.3
Discordo	26	45.6	78.9
Não Concordo Nem Discordo	5	8.8	87.7
Concordo	7	12.3	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.12 – Questão 9.2 - Os militares do seu Destacamento cumprem as sessões quadrimestrais previstas no Regulamento de Tiro de Manutenção.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	6	10.5	10.5
Discordo	15	26.3	36.8
Não Concordo Nem Discordo	8	14.0	50.9
Concordo	23	40.4	91.2
Concordo Totalmente	5	8.8	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.13 – Questão 9.3 - Os militares do seu Destacamento cumprem as sessões quadrimestrais com aproveitamento.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	3	5.3	5.3
Discordo	11	19.3	24.6
Não Concordo Nem Discordo	20	35.1	59.6
Concordo	23	40.4	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.14 - Questão 9.4 - Escalar os militares para sessões de tiro durante o horário de patrulha constitui prejuízo para o serviço operacional.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	1	1.8	1.8
Discordo	10	17.5	19.3
Não Concordo Nem Discordo	9	15.8	35.1
Concordo	21	36.8	71.9
Concordo Totalmente	16	28.1	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.15 – Questão 9.5 - Os seus militares faltam a sessões de tiro com frequência, ainda que por motivos de serviço (ocorrências, etc.).**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	13	22.8	22.8
Discordo	28	49.1	71.9
Não Concordo Nem Discordo	9	15.8	87.7
Concordo	6	10.5	98.2
Concordo Totalmente	1	1.8	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.16 – Questão 9.6 - A impossibilidade de fazer uso da arma consagrado no Regulamento de Tiro de Manutenção, motivado pela obtenção de classificação negativa em sessões de tiro, é uma medida que pode constituir prejuízo para o serviço operacional.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	5	8.8	8.8
Discordo	8	14.0	22.8
Não Concordo Nem Discordo	12	21.1	43.9
Concordo	18	31.6	75.4
Concordo Totalmente	14	24.6	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.17 – Questão 9.7 - Seria valioso manter a prática de tiro noturno, dado esta extinguir-se após a formação inicial (Curso de Formação de Guardas).**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	2	3.5	3.5
Não Concordo Nem Discordo	8	14.0	17.5
Concordo	33	57.9	75.4
Concordo Totalmente	14	24.6	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.18 – Questão 9.8 - As Normas de Tiro da GNR necessitam de ser reformuladas.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	11	19.3	19.3
Não Concordo Nem Discordo	20	35.1	54.4
Concordo	19	33.3	87.7
Concordo Totalmente	7	12.3	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.19 – Questão 10.1 - A estrutura de formação da PSP, com núcleos de formação adstritos aos Comandos Distritais, é valorosa para a formação dos seus agentes.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	1	1.8	1.8
Não Concordo Nem Discordo	30	52.6	54.4
Concordo	22	38.6	93.0
Concordo Totalmente	4	7.0	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.20 – Questão 10.2 - A estrutura de formação da PSP preconiza uma formação garantida por especialistas.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Não Concordo Nem Discordo	39	68.4	68.4
Concordo	16	28.1	96.5
Concordo Totalmente	2	3.5	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.21 – Questão 10.3 - Uma estrutura de formação idêntica traria valor para a formação dos militares da Guarda.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	1	1.8	1.8
Discordo	1	1.8	3.5
Não Concordo Nem Discordo	29	50.9	54.4
Concordo	24	42.1	96.5
Concordo Totalmente	2	3.5	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.22 – Questão 10.4 - O teste teórico efectuado aos agentes da PSP, referente aos normativos legais que envolvem o recurso à arma de fogo, é uma medida de avaliação profícua.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	2	3.5	3.5
Não Concordo Nem Discordo	28	49.1	52.6
Concordo	24	42.1	94.7
Concordo Totalmente	3	5.3	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.23 – Questão 10.5 - O teste prático efectuado aos agentes da PSP, referente ao manuseamento das armas e segurança das mesmas, é uma medida de avaliação profícua.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	2	3.5	3.5
Não Concordo Nem Discordo	29	50.9	54.4
Concordo	23	40.4	94.7
Concordo Totalmente	3	5.3	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.24 – Questão 10.6 - Os Estágios de Técnicas de Intervenção Policial e Tiro, em vigor na PSP, são uma medida eficaz na formação e avaliação dos seus agentes.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	1	1.8	1.8
Não Concordo Nem Discordo	31	54.4	56.1
Concordo	23	40.4	96.5
Concordo Totalmente	2	3.5	100.0
Total	57	100.0	

**Tabela H.25 – Questão 10.7 - Faltas injustificadas a sessões de tiro deveriam, à semelhança da PSP, resultar em responsabilidade disciplinar para os militares da Guarda.**

	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Discordo	6	10.5	10.5
Não Concordo Nem Discordo	27	47.4	57.9
Concordo	13	22.8	80.7
Concordo Totalmente	11	19.3	100.0
Total	57	100.0	



**Tabela H.26 – Estatística das questões do Grupo 8 e 9.**

	Q8.1	Q8.2	Q8.3	Q8.4	Q8.5	Q9.1
Média	3.11	3.74	3.68	4.39	3.84	2.00
Mediana	3.00	4.00	4.00	4.00	4.00	2.00
Moda	4	4	4	4	4	2
Desvio Padrão	1.047	.695	.602	.590	.591	.964
Mínimo	1	2	2	3	2	1
Máximo	5	5	5	5	5	4

**Tabela H.27 – Estatística das questões do Grupo 9.**

	Q9.2	Q9.3	Q9.4	Q9.5	Q9.6	Q9.7
Média	3.11	3.11	3.72	2.19	3.49	4.04
Mediana	3.00	3.00	4.00	2.00	4.00	4.00
Moda	4	4	4	2	4	4
Desvio Padrão	1.205	.900	1.114	.972	1.255	.731
Mínimo	1	1	1	1	1	2
Máximo	5	4	5	5	5	5

**Tabela H.28 – Estatística das questões do Grupo 9 e 10.**

	Q9.8	Q10.1	Q10.2	Q10.3	Q10.4	Q10.5
Média	3.39	3.51	3.35	3.44	3.49	3.47
Mediana	3.00	3.00	3.00	3.00	3.00	3.00
Moda	3	3	3	3	3	3
Desvio Padrão	.940	.658	.551	.682	.658	.658
Mínimo	2	2	3	1	2	2
Máximo	5	5	5	5	5	5

**Tabela H.29 – Estatística das questões do Grupo 10.**

	Q10.6	Q10.7
Média	3.46	3.51
Mediana	3.00	3.00
Moda	3	3
Desvio Padrão	.600	.928
Mínimo	2	2
Máximo	5	5

## APÊNDICE I – ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS

**Quadro 5.1 – Análise de conteúdo à questão nº1 do Grupo I.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Sim.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Sim.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- Sim (...) Quer na GNR, quer na PSP, aquilo que é ministrado na formação inicial, foram considerados pelos responsáveis das duas forças de segurança, como sendo os mínimos essenciais para conseguir que os militares tenham as condições mínimas aceitáveis para desempenhar a sua profissão.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Sim, confere.

**Quadro 5.2 – Análise de conteúdo à questão nº2 do Grupo I.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Tenho algumas dúvidas (...) em algumas Unidades sei que se consegue manter um bom nível e que os militares se vão conseguindo manter aptos para utilizar as armas que lhes são distribuídas, mas sei que noutros locais não acontece (...).
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Se fosse cumprido na íntegra o determinado nas Normas e Regulamentos, sim. (...) o problema é o incumprimento do determinado no plano anual do tiro de manutenção.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- (...) o que se deve fazer para que mantenham essas características que aprenderam, deve ser o tiro de manutenção (...) há algumas limitações que fazem com que esta modalidade de tiro não seja igual de norte a sul (...) as regras base são iguais para todos, mas a forma de execução não consegue ser igual para todos (...) se tivéssemos carreiras de tiro subterrâneas, imaginemos, em cada destacamento, a ser construída de raiz, para a Guarda, fazia com que fosse mais fácil a execução de tiro de manutenção (...) enquanto dependemos de carreiras de tiro, que na maior parte das vezes não são nossas, ou que não permite a execução de tiro em condições, sendo por exemplo abertas, e que com condições meteorológicas adversas, impede que o a execução do plano de tiro se consiga concretizar da maneira que estaria prevista (...) a inexistência de condições de apoio (ambulância), a inexistência de munições, que por vezes se torna uma limitação, a impossibilidade do pessoal com formação se deslocar à carreira de tiro, torna que, o plano de tiro, que em termos teóricos é um bom plano, mas em termos práticos, se torna de difícil aplicação.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- São, para quem executa tiro de manutenção. Quem não o executa, não as mantém. Quem executa o tiro de manutenção, tem um reavivar das competências que são transmitidas na formação inicial (...) quem cumprir o disposto nas Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção, continua a reunir as competências mínimas.

**Quadro 5.3 – Análise de conteúdo à questão nº3 do Grupo I.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- De uma forma geral, sim, no entanto, reconheço que há lacunas e dificuldades, e certamente haverá unidades cujos militares não o consigam fazer.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- (...) considero que desde que qualquer militar tenha a consciência e cumpra sempre o que esta determinado como regras/operações de segurança no manuseamento de armas (...) tem capacidade.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- (...) se eles têm condições, eu digo que sim; fruto de alguns acidentes que têm acontecido eu digo que têm as habilitações e competências necessárias, mas por vezes não as aplicam (...).
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Penso que sim. O importante a referir é o aspecto psicológico dos militares, ainda além de toda a prática que possam fazer (...) têm de estar psicologicamente preparados para enfrentar as várias situações de risco, sabendo qual a função da arma que têm consigo (...) A arma é um instrumento que tem de ser utilizada em situações muito restritas (...) tendo que fazer o “checklist” muito rápido, no momento em que vão fazer recurso (...) de todos pressupostos para que o possam fazer.

**Quadro 5.4 – Análise de conteúdo à questão nº4 do Grupo I.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Sim, o Tiro de Manutenção é fundamental, sendo assim importante que a instrução de manutenção seja regular.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- (...) é importante lembrar periodicamente as regras/operações de segurança (...) trata-se de matérias que os militares têm a obrigação de cumprir e saber na perfeição. A pura das verdades é que o militar deverá estar tão familiarizado com as mesmas que sempre que recebe a arma para entrar de serviço e quando a entrega, deverá executá-las.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- Sim, porque a formação contínua é muito importante, e faz com que os militares mantenham as capacidades que inicialmente receberam, e (...) há matérias que são necessárias de actualizar. (...) a ideia que toda a Guarda tem do tiro é que a formação contínua é chegar à carreira de tiro e fazer tiro. O tiro de manutenção é mais que isso. (...) antes de se fazer tiro (...) há um conjunto de técnicas e táticas e normativos legais que têm de ser ministrados e lembrados ao efectivo. É importante que haja formação contínua, embora seja muito difícil operacionalizar com a falta de efectivos ou empenhamento dos mesmos (...).
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Sim, o IAQT, agora FCAA, embora se esteja a passar uma fase mista, em que estes se misturam, porque o FCAA ainda se encontra em implementação, consegue (...) prover uma boa formação de tiro. Esta instrução é responsabilidade repartida dos Oficiais responsáveis pelas SOITRP e pelos Comandantes de Destacamento. Mas a rentabilidade da instrução seria muito maior se houvesse um oficial único que fizesse a gestão dessa instrução (...).

**Quadro 5.5 – Análise de conteúdo à questão nº5 do Grupo I.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- O programa de tiro de manutenção que existe é concebido para dotar os militares do mínimo de treino que lhes possibilite utilizar as armas em condições de segurança e com eficácia, se for cumprido. Se não for, não se garante que os militares consigam (...) é necessário cumprir os mínimos (...).
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Não. (...) a falta de efectivo não permite (...) o desvio de militares do serviço operacional para receber instrução. A utilização da arma de fogo, por mais que se tente criar situações que possam justificar o seu uso, é impossível fazê-lo, o guarda deverá é ser conhecedor dos limites impostos pela Lei (...).
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- Idealmente sim, em termos de formação contínua deveria acontecer. (...) sei que é difícil aos Comandantes de destacamento conseguirem a disponibilidade para o fazer (...) é importante ser dada? É. Nestas matérias, não necessitaria de ser o Comandante de Destacamento, se tivermos as equipas de tiro que se pretende que hajam nos Comandos, havendo pelo menos um Oficial de Tiro e um Sargento de Tiro, que esteja dedicado unicamente ao tiro. (...) Todos os Comandos têm oficiais e sargentos de tiro em quantidade, só que nem todos estão a exercer. (...) tenho alguma dificuldade em responder, porque já saí do terreno há algum tempo, mas sei, através de conversas, que há dificuldade em cumprir.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Cada militar reage, não só em função dos seus conhecimentos e prática, mas também do seu estado emocional. (...) os militares da patrulha têm de estar preparados, a nível de conhecimentos e de preparação para reagir a situações operacionais de risco, para dar essa resposta adequada.

**Quadro 5.6 – Análise de conteúdo à questão nº1 do Grupo II.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- É preciso ter consciência de que não há capacidade para que toda a gente consiga ir muitas vezes por ano à Carreira de Tiro. As Normas de Tiro estão concebidas para que de uma forma eficaz, se possibilite aos militares manterem essas capacidades (...) eu afirmo, se as Unidades cumprirem o disposto nas NT e RTM, os militares serão capazes de usar as armas. Se não conseguirem, poderão ou não estar (...) algumas conseguem, outras não, há falta de efectivos, falta de Carreiras de Tiro, e dificuldade em articular o tiro para que toda a gente consiga fazer tiro com a regularidade que é necessária.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Sim, com prejuízo para o serviço operacional e desde que sejam fornecidas as munições e restantes materiais necessários para o seu cumprimento.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- (...) muitas Unidades estão a cumprir o estipulado nas Normas de Tiro (...) Em relação ao plano de tiro, se não temos carreiras de tiro, embora tenham sido construídas pelo MAI, mas que estão numa situação por resolver, porque nem sempre estão disponíveis, porque as condições meteorológicas nem sempre o permitem, apesar de não termos ambulâncias para o tiro (...) apesar da dificuldade de aquisição de munições, dificuldade de combustível para as deslocações, o cumprimento deste plano também é afectado.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- As Normas de Tiro e Regulamento de Tiro de Manutenção que temos em vigor, não são passíveis de serem cumpridos de momento, atendendo ao número de carreiras de tiro disponíveis de momento, excepto Unidades com efectivos pequenos. Unidades com elevado efectivo têm dificuldade (...) Seja por disponibilidade de ambulâncias. Seja pelo serviço que os militares executam no Posto. Seja pelo Posto ter dificuldade em ceder militares para as sessões de tiro. Todas estas são condicionantes que impossibilitam o cumprimento das sessões de tiro.

**Quadro 5.7 – Análise de conteúdo à questão nº2 do Grupo II.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- (...) era difícil de uma forma uniforme, as pessoas cumprirem com a obrigatoriedade de efectuar as tabelas, apesar de se considerarem mínimas. Visto que não se estava a cumprir, optou-se pela suspensão, visto a sua não suspensão iria causar graves problemas operacionais. (...) as consequências serão haver militares que não executam o mínimo, não tendo as perícias necessárias,
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- (...) muitas Unidades não cumpriram o Plano Anual de Tiro e também pelo facto que o cumprimento dessas normas traria consequências directas no serviço operacional. (...) se for cumprido o Plano Anual na íntegra e que exista instrutores de tiro (sargentos) em regime de exclusividade e com conhecimentos, dedicação e capacidade para tal, as consequências para o serviço operacional seriam mínimas no que diz respeito à incapacidade de alguns militares (...).
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- (...) se o militar não mantiver capacidades em termos de execução de tiro é porque algo está errado, e não se pode conceber que tenha essa arma distribuída. (...) isso traz problemas (...) sendo eles o tipo de serviço que o militar desempenha, sendo que se não desempenha serviço armado, que origina a perda de subsídios e perda de efectivo afecto ao serviço operacional. (...) temos o objectivo de o militar que não consiga tirar positiva, fica inibido de utilizar a arma. (...) não é apenas por falhar uma única vez na carreira de tiro. (...) O que se está a pensar, é que o militar faz a sessão de tiro, não tira positiva, é logo corrigido e logo dada a oportunidade de ter positiva. A ideia é logo na carreira de tiro fazer a primeira correcção, evitando nova necessidade de o homem se deslocar de novo à carreira de tiro. O conceito quadrimestral, que é limitativo e muito redutor obriga a não existir espaço de manobra caso hajam falhas. Dizem as actuais normas de tiro que apenas no último quadrimestre é a contar, e é inverno, e as condições meteorológicas são impeditivas de fazer recuperações. (...) não é possível manter este contexto. A partir do momento em que o militar consegue fazer o tiro, fica certificado para o resto do ano. O objectivo será a qualidade, ao invés da quantidade da instrução de tiro. De outro modo deixaremos de ter credibilidade perante a população e perante os tribunais. Este é o caminho a seguir (...) obedecendo a pareceres quer do CARI quer de outros órgãos. A meta é: o militar não está certificado, tem de ser retirada a arma de fogo.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Há entidades que deveriam ser ouvidas no âmbito dessa disposição legal. Há questões que se levantam: sejam relacionadas com o retirar do militar da parte operacional para a administrativa, seja o corte dos subsídios; (...) caso ocorram pontualmente, não se tornam problemáticas. O problema é que os números de militares que tiram negativas são elevados, e teriam de se retirar militares do serviço operacional e colocá-los no serviço administrativo. (...) Esta é uma área que, embora associada ao tiro, implica bastante com outras áreas.

**Quadro 5.8 – Análise de conteúdo à questão nº3 do Grupo II.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- (...) a utilização de simuladores de tiro ou outro equipamento que permita simular o tiro real é bom, até o tiro em seco é bom. Os simuladores de tiro são excelentes meios para incrementar a prática de tiro. (...) é preciso complementar essa prática com o tiro real. Se a Guarda conseguir (...) adquirir esses materiais, pode ser uma grande ajuda a preparar os militares para fazerem tiro.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- (...) a introdução de simuladores de tiro seria bastante benéfica no que concerne à redução de custos e possibilidade dos militares poderem praticar mais, no entanto (...) a periodicidade de ir à carreira de tiro duas vezes por ano (uma vez por semestre) seria o mínimo ideal no que concerne à realização de tiro real.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- Os simuladores de tiro são uma mais-valia (...) mas levam-nos a outros problemas (...) por muito que possa simular, não passa de um simulador. Não substitui a ida do militar à carreira de tiro (...) não só a verba que tem de se disponibilizar, mas também aquilo que permite aos simuladores simular. A ideia era cada Comando Territorial ter um simulador de tiro, e os militares deslocar-se-iam lá. (...) por muito que possa simular, não passa de um simulador. Não substitui a ida do militar à carreira de tiro (...) Apesar de podermos fazer muito bons tiros no simulador, não é o mesmo que a carreira de tiro. (...) podem preencher um vazio (...) para alinhar aparelhos de pontaria, para problemas de gatilho, para disparar a alvos em movimento. É uma mais-valia, mas não é a solução para resolver os problemas do tiro (...) Fazer toda a prática em simuladores, e ir à carreira de tiro validar, é uma boa ideia, mas na prática, vai acarretar mais algumas dificuldades.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Em termos de utilização desses sistemas, parece-me positivo (...) nunca irá dispensar a ida à carreira de tiro, a percepção da realidade da execução prática de tiro que ela proporciona. (...) irá trazer muitos benefícios na prática da pontaria, permitindo o treino e poupança de munições, ganhando-se tempo, e deslocações à Carreira de Tiro.



**Quadro 5.9 – Análise de conteúdo à questão nº4 do Grupo II.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Sim, (...) não é incompatível que o Oficial de Tiro desempenhe outras funções (...) ainda que nos Comandos Territoriais, existam alternativas para Oficial de Tiro para além do Comandante de Destacamento. E sim, o Sargento de tiro assegura a formação garantida por especialistas. (...) o que se tem tentado fazer é dotar os Comandos Territoriais de Sargentos de Tiro, esses sim em exclusividade de funções, sendo a essa figura do Sargento de Tiro a que deve estar associada a função de planejar e conduzir as sessões de tiro. O Oficial de tiro é um supervisor. (...) ainda que nos Comandos Territoriais, existam alternativas para Oficial de Tiro para além do Comandante de Destacamento. E sim, o Sargento de tiro assegura a formação garantida por especialistas.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Julgo serem incompatíveis ambas as funções (...) O regime de exclusividade para a instrução do tiro é fundamental.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- O oficial de tiro não tem como função dirigir sessões de tiro, embora o possa fazer, porque não está em exclusividade de funções. A questão é (...) a mesma proficiência, e isso, por vezes é difícil. É difícil, mas não é impossível. (...) Quanto à segunda parte da questão, sim, porque se tem feito alguma insistência na questão da formação garantida por especialistas. (...) Precisávamos de fazer mais alguma coisa: Qual a diferença entre um curso de instrutores de tiro dado em 2001 e um dado em 2010? Não tem nada a ver (...) O necessário era haver sempre uma reciclagem do curso.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Os Comandos Territoriais têm de ter um Oficial apto para desempenhar essas funções, e caso não esteja apto, não o podem nomear para essas funções. O ideal seria que houvesse um Oficial que assegurasse toda a Instrução de FCAA (...) se acontece que os Comandantes de Destacamento são também Oficiais de tiro, é porque os Comandos não têm outro Oficial qualificado. A FCAA já vem no sentido de no futuro, através da criação de uma secção de instrução, destacar um oficial com funções exclusivas de instrução, e portanto a rentabilidade da instrução seria muito superior.

**Quadro 5.10 – Análise de conteúdo à questão nº5 do Grupo II.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- (...) não podemos falar em descurar, quando o militar é nomeado para a carreira de tiro, o seu serviço é esse mesmo (...) para estar na carreira de tiro não pode estar de patrulha. Os Destacamentos e os Postos é que têm de conciliar se é possível ou não (...).
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- (...) a falta de efectivo, obriga a essas situações (...) é praticamente impossível escalar militares para a instrução, pois irão falta para efectuar o serviço de patrulha.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- O que se encontra em causa é uma situação (...) que se prende com o facto de os militares receberem mais ou menos ordenado, conforme o número de horas que faça. Se o militar fizer 120 horas de patrulha recebe o suplemento de patrulha; (...) se o militar fizer 119 horas de patrulha não recebe o suplemento de patrulha. (...) isto não faz sentido. (...) o militar estar a fazer 8 horas de patrulha, ou 4 horas de patrulha e 4 horas de instrução de tiro, ele não está a servir o cidadão? Está. Porque estando a formar-se, está a melhorar a qualidade de serviço que presta ao cidadão. (...) o ideal seria que cada um de nós fizesse auto-formação, mas não resulta. O tiro pode ser feito na hora da patrulha, o que não pode acontecer é ser feito na hora da folga (...).
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- A instrução tem de ser dada no horário de serviço, e penso que poucas alternativas haverão para um Comandante de Destacamento ou Posto evitar essa situação. Ao nível das consequências, deve dosear-se o tempo para cada uma das duas, evitando o máximo prejuízo a cada uma dessas funções.

**Quadro 5.11 – Análise de conteúdo à questão nº6 do Grupo II.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Não me parece viável dado o reduzido tempo disponível e a falta de meios específicos necessários a este tipo de instrução.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- (...) será muito importante ministrar instrução em ambientes de fraca luminosidade durante o Curso de Formação de Guardas (...) nos Comandos Territoriais essa capacidade não existe, nem ser permitido na grande maioria das carreiras de tiro que a Guarda utiliza efectuar tiro à noite.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- É uma situação que não está clara nas normas de tiro actuais, mas não está descurada. (...) O necessário é, na formação contínua, confrontar os militares com situações, para que eles possam sair delas com base naquilo que aprenderam.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- (...) o tiro de instrução em período nocturno deve ser efectuada pelos militares da GNR que têm efectivamente necessidade de ser/estar preparados para o cumprimento de determinadas operações e/ou missões específicas. As disponibilidades de carreiras de tiro no período nocturno são muito, mas mesmo muito reduzidas.

**Quadro 5.12 – Análise de conteúdo à questão nº7 do Grupo II.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Penso que não devem ser estáticos, devem ir-se adaptando às realidades. (...) certamente que necessitam, e estão a ser revistas, tendo em vista adequá-las à realidade da Guarda (...).
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Considero que pode-se sempre melhorar, no entanto, actualmente trata-se mais de adaptar à presente realidade. (...) o importante é criar algo que seja verdadeiramente exequível, e não mais Normas e Regulamentos que depois não sejam cumpridos.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- Sim. Aliás, é uma imposição das normas aprovadas. Está previsto que um ano após a entrada em vigor, devem ser revistas. Mas no dia em que se disser que está tudo feito, está errado, porque o tiro sofre evoluções.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Esses documentos encontram-se em revisão. Sobretudo, têm de ser normas e regulamentos exequíveis, e neste momento, quer em aspectos relacionados com a disponibilidade de ambulâncias, quer com disponibilidade de carreiras de tiro, não o são.

**Quadro 5.13 – Análise de conteúdo à questão nº1 do Grupo III.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- (...) em termos de avaliação não acrescentará muito. A formação é dada quando os militares entram para a Guarda, é complementado no dispositivo durante a instrução existente. Não me parece que seja necessário colocá-los sobre avaliação em tudo (...) É preciso que eles estejam cientes de quais são as suas obrigações, e isso têm obrigação de estar.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- (...) esse tipo de instrução é sempre uma mais-valia para todos (...).
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- (...) ele pode ser feito, e trazer algumas mais-valias (...) Quero acreditar que hoje em dia, os militares têm presente toda essa parte teórica (...) o que é necessário é colocá-los em situações às idênticas que vão encontrar no terreno. Eu vejo que seja mais importante falar-lhes de uma situação e treinar. Só com a parte prática é que adquirimos hábitos de treino, hábitos de resposta (...).
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- É importante que a Guarda consiga beber o melhor da instrução de forças congêneres, a nível nacional e mundial. (...) a Guarda tem de ter as suas normas, com adaptações de outras forças, mas sempre tendo em conta a adaptação ao contexto nacional.

**Quadro 5.14 – Análise de conteúdo à questão nº2 do Grupo III.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Essa questão faz parte das Normas de Tiro, faz parte da avaliação do tiro. Existem cláusulas nas tabelas de tiro, que desclassificam o elemento que tenha falhas nos procedimentos de segurança. Existem ainda cláusulas que exigem que em todas as sessões de tiro sejam dadas instruções de segurança com as armas de fogo.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Sim. De resto antes da PSP introduzir isso, já a Guarda queria fazê-la, através dos artigos anteriormente mencionados que estão suspensos.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- O grau de responsabilização que fazemos em carreira de tiro, é como um teste prático actualmente. Com a aquisição da Glock, o atirador tem de saber todo o conjunto de procedimentos para preparar a arma para serviço. Esse teste é feito desta forma (...).
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- É importante certificar os militares junto da sociedade, garantir que os militares estão aptos para recorrer à arma de fogo, e esta é uma questão que pode contribuir para essa certificação.

**Quadro 5.15 – Análise de conteúdo à questão nº3 do Grupo III.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- (...) tudo o que possa melhorar o desempenho dos militares é bom. A introdução de conteúdos que visa as intervenções tático-policiais já se faz, nomeadamente com a realização de circuitos práticos nas tabelas de tiro de manutenção.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Sim, considero muito importante.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- Um dos problemas que existe, é que quando criamos situações, deveríamos englobar todas as situações. Neste momento é tudo dado por módulos separados. Nos exercícios táticos deveríamos englobar tudo isto. (...) O ideal é na formação contínua, criar-se um conjunto de situações, e isto passa pelo dinamismo do Comandante de Destacamento, porque é ele que está a dar a instrução, enquanto não houver equipas dedicadas a isto.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- (...) sinto que a Guarda deveria trabalhar no sentido de apurar o que melhor se adapta à sua realidade, e bebendo da formação das outras instituições aquilo que considera que pode trazer benefício.

**Quadro 5.16 – Análise de conteúdo à questão nº4 do Grupo III.**

Entrevistado	Argumentação
Entrevistado Nº1 Santos Faria Tenente-Coronel	- Sem dúvida, é preciso é que se consigam condições para o fazer. Mas se for possível, quer em regularidade, variedade, em aproximação às situações reais. É preciso é que hajam condições para isso.
Entrevistado Nº2 Firmino Nortadas Tenente-Coronel	- Sim, considero muito importante.
Entrevistado Nº3 Silva Vieira Major	- Isso, é aquilo que se queria que fosse a actualidade, mas que ainda é o futuro. (...) Basicamente, através dos sistemas de simunition, permite treinar tudo aquilo que se quer, num ambiente mais próximo possível da realidade. (...) Isso é o ideal, que numa primeira fase deveria ser implementado na Escola, e numa segunda fase, implementado a nível nacional. Isso faria com que deixasse de ser praticamente necessário continuar a dar instruções teóricas sobre técnicas de tiro, porque se criavam as situações, colocavam-se os homens sujeitos às situações, e após isso, corrigir. (...) O ideal, é termos um alvo, termos de falar com ele, ele reagir, e não sabermos como vai reagir, e temos de reagir de acordo com a reacção dele. (...) Isto é o futuro, que deveria ser o presente da Guarda.
Entrevistado Nº4 Monteiro Freitas Major	- Concorro plenamente com os exercícios que utilizem as munições Simunition, porque estes dão-nos uma aproximação às situações reais. É importante referir que quando um indivíduo sente o embate destas munições, se recorda de que efectuou mal os procedimentos que se pretendem, e isto é importante para a formação de tiro.